

WANIA CÉLIA BITTENCOURT

**CRITÉRIOS DE CRÍTICA DE MÍDIA NOTICIOSA:
UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA POLÊMICA DO LIVRO
DIDÁTICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gislene Silva.

**Florianópolis
2014**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bittencourt, Wania Célia

Crítérios de crítica de mídia noticiosa : Uma investigação
a partir da polêmica do livro didático / Wania Célia
Bittencourt ; orientador, Gislene Silva - Florianópolis,
SC, 2014.
162 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. critérios. 3. crítica de mídia. I.
Silva, Gislene. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III.
Título.

WANIA CÉLIA BITTENCOURT

**CRITÉRIOS DE CRÍTICA DE MÍDIA NOTICIOSA:
UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA POLÊMICA DO LIVRO
DIDÁTICO**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre em Jornalismo”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

Florianópolis, 26 de setembro de 2014

Francisco Jose Castilhos Karam
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Gislene Silva
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Daisi Vogel
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Rosana de Lima Soares
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Bruno Souza Leal
Universidade Federal de Santa Catarina

Vem comigo. No caminho, eu explico.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas esperam sempre o melhor da gente. Por este carinho exigente, estas merecem o meu agradecimento maior.

Agradeço a minha orientadora, Gislene Silva. Por ter me escolhido como orientanda, ainda que meu projeto inicial ainda deixasse muito a desejar. Por me conduzir com muita paciência ao mundo acadêmico e por nunca desistir de mim. Espero ainda poder trazer muitas alegrias como uma eterna aprendiz.

Agradeço ao meu namorado, Maicon Schindwein. Pela paciência e dedicação nestes dez anos de namoro e dois anos de Mestrado. Por sempre acreditar nos meus sonhos, que bem sabe são muitos. Por nunca interrompê-los.

Agradeço aos meus pais Pedro e Maria Auxiliadora (esta, *in memoriam*) e as minhas tias Bernadete e Yvonne Salema. Por sempre me mostrarem o valor da educação, ainda que de formas diferentes.

Agradeço aos meus colegas de Pós-graduação/UFSC, especialmente as amigas Silvia Mendes e Giovanna Beltrão. Pelas vezes que acolheram essa viajante nas vindas a Florianópolis. Pelas trocas de ideias, de livros, de filmes, de séries. Pelo compartilhamento de sonhos. Pelos cafés, almoços, jantares e cervejas. Pela amizade.

A todos os professores envolvidos de alguma forma na minha formação, especialmente Daisy Vogel, Rogério Christofolletti, Jorge Ijuim, Eduardo Meditsch e Francisco Karam.

Por fim, a Deus. Pois sem a vida nada disso seria possível.

RESUMO

Pesquisadores do campo da Comunicação percebem uma fragilidade no que se refere a teorias e procedimentos sobre crítica de mídia, especialmente a de produtos jornalísticos, que tem caráter esporádico e escassa discussão sobre critérios e valores. Com base neste cenário, esta pesquisa elege como objeto de estudo a crítica de mídia noticiosa e seus critérios, orientando-se por dois objetivos: (1) identificar critérios subentendidos nas impressões críticas da sociedade sobre as práticas e os processos jornalísticos e (2) fazer exercícios de crítica de mídia noticiosa, buscando observar problemas nas notícias analisadas, inferir e sistematizar critérios técnicos para se fazer a crítica. A crítica aqui proposta fundamenta-se na perspectiva dos Estudos Culturais, abordagem teórica que considera o jornalismo uma prática cultural por envolver sentidos entre produtores, receptores e notícias. Toma-se como objeto empírico o acontecimento jornalístico que ficou conhecido como a polêmica do livro didático, ocorrida no Brasil em maio de 2011, composto de dois corpora: (a) a repercussão crítica sobre as notícias, reunidas no dossiê *Por Uma Vida Melhor*, organizado pela ONG *Ação Educativa*, e (b) as próprias notícias sobre o livro publicadas no *Portal IG*, veículo que originou a polêmica.

Palavras-chave: Crítica de mídia noticiosa; Critérios; Jornalismo; Polêmica do livro didático.

ABSTRACT

Researchers in the Communication field perceive a weakness in regard to theories and procedures on media criticism, especially that on journalism, which is sporadic and has sparse discussion of criteria and values. Based on this scenario, this research chooses as object of study the press criticism and its criteria, guided by two goals: (1) identify criteria implied in society impressions on journalistic practices and processes and (2) make the critical exercise, seeking to observe problems in the news analyzed, to infer and to systematize technical criteria to make the criticism. The criticism proposed in this study is based on the perspective of Cultural Studies, approach that considers journalism a cultural practice by engaging senses between producers, receivers and news. The empirical object is the controversial about a Portuguese textbook, occurred in Brazil in May 2011, consisting of two corpora: (a) the critical impact on the news, gathered in the dossier *Por Uma Vida Melhor*, organized by the NGO *Ação Educativa*, and (b) the news about the book, published in *iG*, the media that started the controversy.

Keywords: media criticism; press criticism; criteria; journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES ENTRE CRÍTICA E MÍDIA NOTICIOSA	21
1.1 Apontamentos históricos.....	21
1.2 Jornalismo: um produto cultural	45
CAPÍTULO 2 – INTERAÇÕES CRÍTICAS DA SOCIEDADE SOBRE A MÍDIA	63
2.1 O leitor crítico.....	63
2.2 A “polêmica do livro didático”	70
2.3 Identificação de critérios de crítica de mídia noticiosa no Dossiê “Por Uma Vida Melhor”	76
CAPÍTULO 3 – EXERCÍCIO DE CRÍTICA DE MÍDIA NOTICIOSA	109
3.1 Para além das impressões	109
3.2 Sistematização de critérios técnicos por meio da análise das notícias do Portal IG	113
3.2 Considerações parciais.....	134
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

INTRODUÇÃO

Enquanto a crítica literária tornou-se “uma espécie de gênero literário a postular as exigências de todo um departamento de nossas bibliotecas” (BORNHEIM, 2007, p.34), no campo da Comunicação há uma “frágil reflexão acadêmica sobre teorias e procedimentos de crítica de mídias” (SILVA e SOARES, 2013, p.1). Silva e Soares observam a existência de publicações sobre a temática, mas advertem para o caráter esporádico destas pesquisas e para a escassa discussão sobre critérios e valores para sustentar a crítica de mídias em geral e, em particular, a crítica de imprensa. Para as pesquisadoras, “a crítica de mídias (...) está reclamando ser tratada como campo particular de pesquisa e ensino” (SILVA e SOARES, 2013, p.13).

Constatar esta fragilidade nos estudos sobre crítica de mídia no campo da Comunicação, mais especificamente dentro do subcampo do Jornalismo, não significa ignorar as críticas à imprensa. Ao criar uma relação de proximidade com o público no processo de troca de informação, a mídia está constantemente sendo observada pela sociedade e, portanto, é alvo de julgamentos tanto por parte de seus receptores diretos, quanto de profissionais do ramo e do meio acadêmico. Ou seja, “a sociedade *se organiza* para tratar a própria mídia, desenvolvendo dispositivos sociais, com diferentes graus de institucionalização” (BRAGA, 2006, p.36). Dentre estes dispositivos, estariam as críticas ao jornalismo, como colunas de *ombudsman* e observatórios e sites de monitoramento da imprensa.

Pesquisadores consideram que as críticas produzidas por diferentes setores da sociedade, geralmente carecem de embasamentos teórico-metodológicos de apreciação da mídia noticiosa. Carey (1974, p.227, livre tradução) explica que “a imprensa é atacada e frequentemente vilipendiada, mas não é objeto de análise crítica sustentada – nem em público, raramente dentro das universidades ou pela própria imprensa”¹. Braga (2006, p.334) também verifica lacunas nos dispositivos críticos dentro do processo comunicacional brasileiro e revela que, “no conjunto, o país não dispõe de um aparato de resposta

¹ No original: “The press is attacked and often vilified, but it is not subject to sustained critical analysis – not in public, and rarely within universities or the press itself.”

muito desenvolvido”².

As características das colunas de *ombudsman* dentro dos jornais e dos artigos publicados em observatórios de imprensa dão pistas dos problemas inerentes aos dispositivos de crítica de mídia noticiosa. De acordo com Glasser (2002, p.216), há poucas definições sobre a função dos textos produzidos por estes profissionais. Em pesquisa desenvolvida pela *Organização dos Ombudsmen de Imprensa* (ONO)³, os jornalistas que ocupam estes cargos indicam não saber o que e como observar a mídia, evitando, muitas vezes, apontar problemas encontrados no trabalho desenvolvido pela redação que observa. Em decorrência disso, são comumente associados a estratégias de marketing das empresas de comunicação, acusados de atuar como uma espécie de relações públicas.

Da mesma forma, os observatórios de imprensa, mesmo que com a intenção de exercer uma “resistência civil ao excessivo centralismo da mídia” (MOTTA, 2008, p.30), não parecem ter bem definidos procedimentos sobre como avaliar o jornalismo. Guerra (2007, p.10) explica que estes sites até podem utilizar, eventualmente, algum método, mas “o uso de metodologia científica para identificação e análise das matérias objeto de crítica não é exigido do ponto de vista da crítica de mídia”. Os observatórios brasileiros utilizam critérios distintos para selecionar e avaliar as notícias e que estes dependem “do enfoque que o grupo está querendo dar ao seu trabalho” (GUERRA, 2007, p.13). Em levantamento quantitativo, o pesquisador revela que enquanto alguns destes dispositivos escolhem as notícias levando em consideração possíveis problemas éticos e técnicos, outros desenvolvem um monitoramento constante sobre determinado veículo, independentemente dos problemas configurados nas notícias ou nas coberturas.

Neste cenário, é possível perceber uma indefinição sobre quais critérios poderiam ser utilizados pela crítica de mídia. Estes não estão explícitos nem para quem lê as críticas, nem para os profissionais que têm o seu trabalho criticado, nem mesmo dentro dos cursos de jornalismo. O que não caracteriza, necessariamente, a sua inexistência. Pelo contrário, os critérios apenas “não estão organizados, são difusos e

² Em seu livro *A sociedade enfrenta sua mídia*, Braga (2006) chama a reunião de diferentes dispositivos de interação com a mídia de sistema de resposta social. Quando se refere à “resposta”, ele quer dizer, que este sistema de resposta social não é muito desenvolvido. Este sistema será discutido detalhadamente nos capítulos 1 e 2.

³ Pesquisa feita em 1985, citada por Glasser (2002, p.218).

(...) se dão antes de forma impressionista” (MARCONDES FILHO, 2002, p.23).

Partindo do pressuposto de que os critérios podem ser encontrados implicitamente nas críticas existentes na sociedade, torna-se pertinente discuti-los e organizá-los de forma a aperfeiçoar a apreciação dos produtos e processos jornalísticos. Segundo Marcondes Filho (2002, p.20), seria necessário “a definição de bases razoáveis para alguns propor critérios mínimos de apreciação dos bens culturais e mediáticos, sob o risco de, não o fazendo, ter de submeter aos critérios de mercado (...) ou conformar-se em aceitar indistintamente qualquer produto”. Trabalho, na opinião do autor, a ser desenvolvido “pelos pesquisadores da comunicação, pelos profissionais bem formados, pelo trabalho docente comprometido com a qualidade” (MARCONDES FILHO, 2002, p.24). Uma crítica especializada, do ponto de vista de Braga (2002, p.49), poderia “fornecer vocabulário crítico, informação básica, métodos de aproximação” sobre o próprio jornalismo.

Esta preocupação com critérios para a análise dos produtos e processos jornalísticos de Marcondes Filho (2002) e Braga (2006), também encontrada na obra de Carey (1974), é resultado da inspiração destes autores na tradição crítica do campo da Literatura. Ao comparar a incipiente reflexão sobre crítica de mídia com os estudos literários, Braga (2006, p.61) conclui que a crítica literária estaria mais avançada do que a midiática justamente por apresentar critérios de análise e por investigar produtos/obras específicos – diferentemente dos estudos de jornalismo que têm se dedicado a analisar os meios de forma geral ou o cenário da comunicação.

Esta tradição de crítica literária surge no século XVIII, período de consolidação da sociedade burguesa perante o poder absolutista, mesma época em que ocorre a chamada revolução estética. Neste período, não há a figura de um crítico especializado, e a compreensão da literatura “serviu ao movimento de emancipação da classe média como instrumento de aquisição de amor-próprio e de articulação de suas exigências humanas contra o Estado absolutista e uma sociedade hierarquizada” (HOHENDAHL apud EAGLETON, 1991, p.4). No entanto, no fim do século XIX, a crítica passaria por um processo de profissionalização, ganhando lugar dentro das universidades. Ao torna-se um campo acadêmico, começa a seguir as exigências científicas da época, o que leva pesquisadores a delimitar o seu objeto de estudo e, ao mesmo tempo, buscar diferentes procedimentos para investigá-lo.

A crítica literária é conhecida por elucidar a literatura tendo como foco questões internas às obras. Algumas abordagens dentro da

Teoria Literária, porém, reconhecem a importância do contexto social na avaliação dos produtos literários. É o caso dos Estudos Culturais, utilizados nesta dissertação para se pensar a crítica de mídia noticiosa pela abordagem cultural. Em vez de dedicarem-se à avaliação da obra cultural por si só, as pesquisas ligadas aos Estudos Culturais avaliam as “formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como, suas relações com a sociedade e mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 1998, p.88). O termo cultura, aqui, converge os sentidos de um modo de vida de determinado povo, advindo do campo sociológico/antropológico, e de atividades artísticas intelectuais, do próprio campo da arte (WILLIAMS, 1992, p.13). Williams considera o jornalismo como parte integrante destes processos. Levando em consideração esta convergência dos sentidos de cultura, não faria mais coerência “isolar um objeto para descobrir seus componentes” (WILLIAMS apud CEVASCO, 2001, p.161). A proposta dos Estudos Culturais se aproxima do que Eagleton (1991, p.99) considera ser a função tradicional da crítica, ou seja, “no ato de manifestar-se sobre a literatura, emite uma mensagem colateral sobre a forma e o destino de toda uma cultura” (EAGLETON, 1991, p.99).

A partir de uma perspectiva dos Estudos Culturais, esta pesquisa elege como **objeto de estudo** a crítica de mídia noticiosa e seus critérios. A pesquisa orienta-se por dois **objetivos**: (1) identificar critérios subentendidos nas impressões críticas da sociedade sobre as práticas e processos jornalísticos e (2) fazer exercícios de crítica de mídia noticiosa, buscando observar problemas nas notícias analisadas, inferir e sistematizar critérios técnicos para se fazer a crítica.

Para discutir a crítica de mídia noticiosa e seus critérios, toma-se como **objeto empírico** o acontecimento jornalístico que ficou conhecido como a polêmica do livro didático, ocorrido no Brasil em maio de 2011. O caso refere-se a uma série de notícias publicadas na imprensa brasileira sobre um livro de Língua Portuguesa, distribuído pelo Ministério da Educação, que supostamente conteria erros de português e ensinaria de forma errada o português. Como corpus serão analisadas (a) as críticas sobre as notícias, reunidas no dossiê *Por Uma Vida Melhor*, organizado pela ONG *Ação Educativa*, e (b) as próprias notícias publicadas no *Portal IG*, primeiro veículo a dar a notícia e provocar a polêmica.

Este objeto empírico se mostra pertinente para discutir a crítica de mídia noticiosa e seus critérios porque, através dele, é possível verificar a dimensão que uma notícia é capaz de tomar na própria mídia e na sociedade, ainda que apresente problemas técnicos ou éticos. A

informação sobre o livro didático apareceu primeiramente nos veículos online, ganhou repercussão nos jornais e revistas impressos e chegou à televisão e ao rádio. A primeira nota sobre o assunto, publicada no *Portal IG*, recebeu mais de mil comentários somente no mês de maio do mesmo ano e outros milhares de indicações de leitura no Facebook. O caso movimentou colonistas, colaboradores e leitores dos jornais, que passaram a debater na própria mídia o assunto, sempre em tom de denunciamento, questionando a suposta qualidade do livro e da educação brasileira. Em função disso, a autora do livro e o MEC precisaram dar explicações e até o Ministério Público foi acionado para investigar o caso, o que demonstra a proporção que o caso ganhou por meio da força do discurso midiático.

Paralelamente, a polêmica do livro didático se apresenta como um fértil objeto de investigação por conter um extenso material com reações da sociedade à produção jornalística. Através de artigos, cartas, notas oficiais e postagens em redes sociais, professores, linguistas e intelectuais de diferentes áreas questionaram a veracidade das notícias veiculadas. Segundo Christofolletti (2011), em artigo no *Observatório da Imprensa*, o que se viu “nos meios de comunicação é bastante discutível não apenas do ponto de vista linguístico, mas também jornalístico (...) formando uma verdadeira tropa de choque a favor da língua pátria”⁴. Do ponto de vista do pesquisador, houve opinião apressada e ignorância na cobertura. O jornalista Luís Nassif, em seu site pessoal, foi mais enfático: “O país inteiro repetiu a ficção criada, as melhores cabeças da mídia de massa embarcando em uma canoa furada, apenas repetindo o que ouviram falar”⁵. Estas reações da sociedade à mídia sobre a polêmica do livro didático, materializada em textos produzidos por diferentes grupos, foram organizados pela ONG *Ação Educativa* na forma de dossiê, disponibilizado na internet para download.

O **percurso metodológico** adotado por esta pesquisa se dá em duas etapas. Na primeira, busca-se identificar, por meio da análise do Corpus 1 – *Dossiê Por Uma Vida Melhor*, quais critérios a sociedade, a partir das suas impressões, utilizou para avaliar as notícias sobre a polêmica do livro didático. São identificadas e descritas as passagens nas quais os pesquisadores, intelectuais e jornalistas, que tiveram seus textos reunidos no dossiê, se referem de maneira direta ou indireta às

⁴Artigo disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tempestade_em_copo_dagua.

⁵Artigo disponível em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-escandalo-do-livro-que-nao-existia>.

notícias publicadas sobre a polêmica do livro didático. A partir destas passagens, são inferidos critérios nas impressões críticas manifestadas pelo público.

Na segunda etapa do percurso metodológico, realiza-se o exercício crítico do Corpus 2 - as próprias notícias que geraram as críticas no dossiê, publicadas no Portal iG, principalmente em maio de 2011. Nesta prática, as notícias são avaliadas individualmente, observando detalhes da produção noticiosa, evidentes no produto, ressaltando os principais erros e acertos. O objetivo, no entanto, é encontrar os critérios técnicos, que são inferidos dos marcadores, ou seja, palavras-chaves destacadas ao longo do texto crítico em negrito, que funcionam como uma espécie de pista sobre o critério. Além disso, o exercício é uma forma de colocar a crítica em prática, sondando as possibilidades de sua execução.

Esta pesquisa se organiza em **três capítulos**. O primeiro trata de apontamentos históricos sobre iniciativas de crítica de mídia, com o resgate das críticas produzidas sobre o jornalismo do fim do século XIX até os dias de hoje, passando pela rejeição dos intelectuais ao trabalho desenvolvido pela imprensa, pela institucionalização empresarial da figura do *ombudsman* até a resistência oferecida pelos observatórios à grande mídia. Neste primeiro capítulo, investiga-se também o nascimento da crítica literária e o funcionamento de algumas abordagens e escolas críticas dentro do campo da Literatura, entre elas a dos Estudos Culturais Britânicos.

O segundo capítulo discute de que forma a sociedade reage às informações que recebe da mídia, especificamente quando questiona as notícias publicadas. Reflete-se, aqui, sobre as contribuições destas falas críticas para o debate sobre a crítica de mídia noticiosa, lembrando que a sociedade já dispõe de critérios para avaliar a imprensa, ainda que o faça de maneira dispersa. Desse modo, apresenta-se, de maneira mais ampla, o acontecimento jornalístico da polêmica do livro didático. Na sequência, analisa-se o Corpus 1 - *Dossiê Por Uma Vida Melhor*, que reúne falas críticas da sociedade sobre notícias publicadas em maio de 2011, em busca da identificação de critérios expressos na forma de impressões, e por isso apenas implícitos.

O último capítulo dedica-se ao exercício de crítica de mídia. Primeiramente, observando os principais problemas das notícias relacionadas à polêmica do livro didático, publicadas no *Portal IG*. Depois, buscando inferir e sistematizar critérios técnicos para se fazer a crítica de mídia noticiosa.

CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES ENTRE CRÍTICA E MÍDIA NOTICIOSA

1.1 Apontamentos históricos

Parece inviável falar sobre crítica de mídia e não lembrar que o jornalismo moderno nasceu e se consolidou, a partir do século XIX, como uma espécie de crítico das diferentes instituições sociais, especialmente dos poderes públicos. Na época e ainda hoje, no meio acadêmico e no senso comum, associa-se o jornalismo a uma atividade de serviço público com a função de receber reclamações, investigá-las, levantar informações e denunciar abusos. A melhor expressão para se referir ao jornalismo como crítico é a de Quarto Poder⁶, que passou a ser utilizada a partir do século XIX. Desde então, “inculcou-se no jornalismo a ideia de “vigia dos poderes”, que ajudou a legitimar o jornalismo e os jornalistas aos seus próprios olhos e aos olhos da sociedade” (SOUSA, 2008, p. 111-112).

O jornalismo como crítico, exercendo o “quarto poder”, se tornaria possível sustentado pela liberdade de imprensa, um direito que precisou ser conquistado. “A luta pela liberdade começa com a luta contra a censura de um poder político absoluto, sob a forma de monarquia na esmagadora maioria dos países” (TRAQUINA, 2005, p.43). A legitimidade do clero e da nobreza seria colocada em questão por uma nova classe emergente em busca de espaço, a burguesia. A imprensa, ao mesmo tempo em que se beneficia do conflito, também o integraria, tendo em vista que, por meio de suas páginas, circulavam as informações e as opiniões que embasavam o embate. Em decorrência disso, como explica Sousa (2008), as atividades pré-jornalísticas já no século XVI despertavam a atenção de autoridades, que criavam

⁶ De acordo com Oliveira (2007) e Traquina (2005), duas são as origens da expressão “quarto poder”. O publicitário inglês Edmund Burke (1729-1797) teria sido o primeiro a utilizar o termo na Câmara dos Comuns, em 1787, e teria se dirigido desta forma aos jornalistas que estavam na Galeria de Imprensa. Posteriormente, em 1828, o poeta, historiador e político britânico Thomas Babington Macaulay (1800-1859) teria feito a mesma referência. Segundo Oliveira (2007), alguns historiadores acreditam que a expressão foi cunhada inicialmente pelo ensaísta William Hazlitt, ao se referir especificamente ao jornalista William Cobbett, em 1821, em função da forma como agia perante aos políticos da época.

mecanismos como licenciamento e censura prévias para controlar a circulação de opiniões e informações. “Foram várias as tentativas de controlo do jornalismo incipiente antes de se chegar ao paradigma da liberdade de imprensa” (SOUSA, 2008, p.84).

Desta forma, a liberdade tornou-se um dos valores essenciais para o exercício do jornalismo, garantindo a autonomia dos jornais e, mais tarde, de outros veículos de comunicação para investigar e denunciar, ou seja, atuar como crítica da sociedade. Além disso, serviu para legitimar a atividade jornalística perante o público, precisando ser defendida constantemente. Uma série de entidades, ainda hoje, desenvolve ações, políticas e sociais para resguardar a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão em governos democráticos e estabelecê-la em países autoritários⁷. Em carta aberta, a *Associação Nacional dos Jornais* (ANJ) afirma que a liberdade é um “direito humano inalienável e sua proteção, um elemento essencial para as sociedades democráticas”⁸.

Nota-se, no entanto, que o discurso da liberdade de imprensa não tem sido utilizado somente para garantir o caráter informativo e de denúncia da imprensa nas sociedades democráticas. Costuma ser evocado igualmente como um mecanismo de defesa quando aparecem críticas às práticas midiáticas ou à postura assumida pela mídia em determinadas coberturas. L. Silva (2010, p.15) assinala que os veículos de comunicação “apelam pelos mais elevados valores da liberdade, da democracia e da independência, especialmente, quando identificam algum sinal de ameaça ao exercício das suas atividades e, por vezes, também dos seus interesses econômicos”. A liberdade, portanto, tem sido um valor que garante ao jornalismo investigar e publicar informações, mas igualmente protege as empresas de comunicação de possíveis críticas. No lugar das críticas, defende-se que a própria concorrência entre os veículos de comunicação resultaria, ao fim, na

⁷ Entre algumas instituições que atuam na defesa da liberdade de imprensa em diferentes países é possível citar a ONG *Repórteres Sem Fronteiras*, a *Federação Internacional de Jornalistas* (IFJ), a *Sociedade Interamericana de Imprensa* (SIP), entre outras. O site da ANJ disponibiliza uma lista com cerca de 20 instituições com este fim. Disponível em <http://www.anj.org.br/programas-e-acoos/liberdade-de-imprensa/organizacoes-para-a-defesa-da-liberdade-de-expressao>.

⁸ Declaração disponível no site da ANJ, em <http://www.anj.org.br/programas-e-acoos/liberdade-de-imprensa>.

avaliação e qualificação dos produtos jornalísticos. Conforme realça Marcondes Filho (2002, p.20), é um raciocínio do “neoliberalismo, que invadiu o campo das comunicações e das tecnologias informáticas: não se precisa mais da crítica, pois a própria sociedade (leia-se o mercado) pode fazer seu julgamento”. Segundo Bertrand (2002, p.46), os profissionais de comunicação que defendem esta ideia não percebem o quanto é limitada esta suposta liberdade que serve aos interesses econômicos, e insistem na convicção de que “se um veículo não serve bem ao seu público (...) o mercado se encarregará de eliminá-lo”.

As críticas, portanto, são vistas “não como um meio de melhorar a qualidade do jornalismo e consolidar sua independência, mas como uma ameaça direta a sua liberdade. Durante séculos, eles [os jornalistas] lutaram tanto para trabalhar livremente que agora consideram sua liberdade um valor supremo” (BERTRAND, 2002, p.23)⁹. Ao observar a reação dos jornalistas sobre o tema, Carey (1974, p.227, livre tradução) concluiu que “a ideia de crítica de imprensa se tornou uma execração para os jornalistas, e a palavra em si se converteu em um farol semântico que, infalivelmente, atrai uma série de mariposas emocionais” (CAREY, 1974, p.227, tradução livre)¹⁰. Metaforicamente, Carey identifica um receio por parte da classe profissional de que qualquer espécie de julgamento da mídia passe a ocasionar uma censura ao trabalho desenvolvido pelos jornalistas.

Os antecedentes históricos de cerceamento ao trabalho da imprensa, a sombra de experiências como órgãos censores e departamentos de regulação e a obscuridade da prática de conselhos de mídia ocasionam esta preocupação dos jornalistas com uma possível censura. Haveria, contudo, uma confusão entre os termos censura e crítica. Enquanto a censura caracteriza-se como “o exame prévio de conteúdo com possibilidade de restrição à sua publicação” (SILVA, L., 2010, p.15), a crítica assemelha-se a “uma resposta ativa e contínua (...) sobre os produtos apresentados ao público” (CAREY, 1974, p.231,

⁹ Destaca-se que a crítica à qual Bertrand (2002) refere-se aqui não são apenas textos reflexivos e analíticos sobre a mídia, mas quaisquer mecanismos de avaliação do trabalho da imprensa, denominados pelo autor como meios de responsabilização da mídia (MAS).

¹⁰ No original: “The very idea of criticism has become anathema to journalists and the word itself has become a semantic beacon which unerringly attracts a host of emotional moths.”

tradução livre)¹¹. A censura, portanto, antecede a produção e a publicação das notícias, enquanto a crítica busca ser uma avaliação dos produtos que já foram disponibilizados à audiência. Bertrand (2002, p.24) defende que, “uma vez entregues, os produtos precisam ser avaliados criticamente pelos consumidores”, o que não configura qualquer espécie de cerceamento.

De acordo com Carey (1974, p.235, tradução livre), não há qualquer instituição social isenta de avaliação crítica. O próprio jornalismo, como já dito, se incumbe desta tarefa. “Nas páginas dos jornais, particularmente nas edições dominicais, encontra-se informação, análise e crítica de todas as instituições contemporâneas”¹². Contraditoriamente, “permanece o fato de que uma instituição se mantém curiosamente isenta de análise de crítica: a própria imprensa” (CAREY, 1974, p.235, tradução livre)¹³.

Embora haja uma resistência dos profissionais e dos veículos de comunicação à crítica, não se pode negar a existência de iniciativas de avaliação dos produtos midiáticos denominadas crítica de mídia ou *media criticism*. Para Carey (1974), estas iniciativas se equiparariam a ataques ou resistências à própria mídia e, mesmo juntas, não chegariam a consolidar “uma tradição de crítica de mídia sustentada, sistemática”¹⁴ (CAREY, 1974, p.227). Porém, como argumenta Braga (2006, p.334), que esta crítica “funcione mal, como nos parece, não nos autoriza desprezá-la”. Pelo contrário, reforça o autor, os dispositivos críticos, “ainda que apresentem algumas lacunas, estão fazendo um trabalho apreciável no ambiente geral de escassez”.

Braga (2006) sustenta que estes julgamentos, ainda que incipientes, sobre as práticas e processos jornalísticos fazem parte do processo da comunicação. Além do sistema de produção, que cria conteúdos como as notícias, e do sistema de recepção, formado por leitores, espectadores e ouvintes dispostos a receber e consumir tais

¹¹ No original: “The press requires a strong critical tradition that makes an active and continuous response in terms of factual detail, unemotional language and articulate values to the materials present to the public.”

¹² No original: “In its pages, particularly the Sunday edition, one finds information, analysis, criticism of every contemporary institution.”

¹³ No original: “The fact remains that one institution is curiously exempt from analysis and criticism – the press itself.”

¹⁴ No original: “There is no tradition of sustained, systematic, and intellectually sound criticism of the press.”

conteúdos, haveria o sistema de resposta social¹⁵. Este, ao lado da produção e a recepção, completaria o ciclo comunicacional, correspondendo a “atividades de resposta produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos” (BRAGA, p. 22, 2006). Produtiva porque a sociedade, ao se relacionar com os produtos que assiste, lê e ouve, produziria novos significados sobre os conteúdos, muitas vezes, publicando suas opiniões, divergências e colocações na própria mídia; e direcionadora porque abre caminho, de certa forma, para a circulação dos conteúdos produzidos pela mídia, gerando novos sentidos entre os próprios produtores e outros receptores, possibilitando diferentes leituras sobre um mesmo processo ou produto midiático. Inúmeras formas de interação existiriam dentro deste terceiro sistema, entre elas, a interação crítica sobre a mídia, voltada para interpretação e/ou julgamento dos produtos midiáticos.

Partindo deste raciocínio de Braga (2006), observa-se que o jornalismo é constantemente observado pela sociedade, sendo alvo de comentários tanto por parte de seus receptores diretos, quanto de profissionais do ramo e do meio acadêmico. Se a crítica faz parte do próprio processo comunicacional, torna-se ainda mais lógico que os primeiros questionamentos sobre as práticas jornalísticas tenham ocorrido quase que ao mesmo tempo do nascimento dos primeiros jornais. Naquela época, entre os séculos XVII e XIX, o público leitor destas publicações já fazia a avaliação, ainda que informal, dos jornais. Avaliação esta que, por sinal, não era muito positiva. “A imprensa era identificada com demagogos, fanáticos, ou, simplesmente, escritores de terceira categoria”, e, ao mesmo tempo, seus profissionais eram encarados como “perigosos revolucionários” (TRAQUINA, 2005, p.45-46).

Logo após a sua criação, a imprensa foi alvo de ataques. Mas durante os primeiros séculos, a maioria dos críticos se indignava por espírito partidário ou por esnobismo. Na segunda metade do século XIX, a prostituição da imprensa de informação provocou a cólera dos paladinos da moralidade cívica, mas seus ataques dispersos estavam enfiados em livros, relatórios e revistas

¹⁵ Neste capítulo, apresentamos o sistema de resposta social, identificado por Braga (2006), e algumas de suas características. Este será retomado no capítulo 2, quando será feita a análise do dossiê Por Uma Vida Melhor, que pode ser compreendido como um dispositivo de crítica da sociedade.

de restrita difusão (BERTRAND, 2002, p.241).

Um dos primeiros críticos do jornalismo foi o austríaco Karl Kraus que, por meio da sua revista *Die Fackel* (O Archote), se tornou um “símbolo da imagem negativa que os intelectuais do final do século XIX e do início do século XX traçaram para o jornalismo e os jornalistas” (OLIVEIRA, 2007, p.134). O trabalho de Kraus é considerado “um dos maiores repertórios de artigos contra o jornalismo e os jornalistas. Mestre do aforismo e da frase cortante, dedicou quase quatro décadas da sua vida a anotar faltas, escândalos e abusos precisos da imprensa” (OLIVEIRA, 2007, p.135). Karl escreveu peças de dramaturgia, ensaios e 500 conferências sobre temas diversos e chegou a ser “convidado para ocupar o cargo de editor do *feuilleton* do *Neue Freie Presse*”, mas preferiu ficar produzindo “sozinho o pequeno folhetim, rindo de todos – de Freud, da Esquerda, da Direita, dos imortais e, sobretudo, do jornalão *Neue Freie Presse* que encarnava a requintada decadência vienense” (DINES, 1982, p.152). O material produzido sobre o jornalismo por Kraus, publicado em uma espécie de revista, primeiramente financiada pelo próprio pai e, posteriormente, mantida com recursos próprios, seria um dos principais trabalhos do escritor. Durante 39 anos, mais especificamente entre 1899 e 1936, ele desenvolveu “a mais ácida ironia no retrato do papel da imprensa” (OLIVEIRA, 2007, p.134). Justamente pelo caráter irônico e decididamente parcial da produção desenvolvida por Kraus, com a intenção, literal, de combater a imprensa, a crítica desenvolvida por ele se afasta da ideia de uma análise baseada em fundamentos, aproximando-se muito mais da “manifestação cultural (...) de um satirista, debochado e iconoclasta” (DINES, 2002, p.1).

A crítica das práticas midiáticas ensaiaria uma aproximação com a atual *media criticism* por meio de um trabalho desenvolvido, em 1920, pelos jornalistas norte-americanos Walter Lippmann e Charles Merz, a partir “da análise da cobertura da Revolução Russa pelo mais importante jornal americano, o *The New York Times*” (DINES, 2002, p.1). O artigo, produzido pela dupla de jornalistas e publicado no jornal *The New Republic*, “demonstra meticulosamente como o principal jornal do país prestou um desserviço ao público através de reportagens incompletas e preconceituosas, nada menos do que um desastre” (GOLDSTEIN, 2007, IX).

[Lippmann e Merz] puseram-se a colecionar tudo o que o jornal publicou a respeito da rebelião

contra o governo imperial (...). Recortaram e contaram, examinaram teores e fizeram estatísticas, compararam – do sentido das manchetes à maneira como “fontes” tornaram-se relevantes, da formulação das legendas das fotos ao destaque das matérias” (DINES, 2002, p.1).

O fato de Lippmann e Merz terem sido movidos por procedimentos de pesquisa analítica contribuiu para que escapassem da crítica de uma mídia “idiossincrática, espasmódica e inflamada” e, assim, evitando o “panfleto indignado” (DINES, 2002). O raciocínio da dupla vinha do próprio entendimento do jornalismo como uma atividade crítica da sociedade: se a imprensa, a cada vez que publicava uma denúncia, precisava investigar e colher provas antes de publicar, a atividade crítica sobre o jornalismo deveria seguir a mesma trajetória, ou seja, investigar rigorosamente os procedimentos de produção das notícias.

Dines (2002) classifica este trabalho como um marco fundamental na história do jornalismo, considerando-o como o episódio em que se “estabeleceram paradigmas definitivos e universais para obrigar a imprensa e seus profissionais a admitir a crítica”. Parece, contudo, uma visão bastante otimista de Dines. Goldstein (2007, p.IX), por exemplo, identifica o trabalho de Lippmann e Merz como “parte de uma rica – e amplamente esquecida e ignorada – parte da crítica de mídia que tem surgido esporadicamente nos últimos 100 anos ou mais”. Esquecida e ignorada, ressalta-se, porque a crítica destinada à avaliação dos produtos jornalísticos nunca foi bem vista entre os profissionais da área.

Goldstein observa que, nos Estados Unidos, mesmo que sejam identificados julgamentos sobre a imprensa produzidos por jornalistas ou os chamados “críticos profissionais”, muitas das investidas na manutenção, mesmo frágil, da crítica de mídia não foram conduzidas pelos próprios profissionais do campo, mas principalmente por meio de membros de outros setores da sociedade, como advogados, políticos e escritores. O autor recorda que, de uma maneira que iria se repetir por todo o século, “outsiders eram muitas vezes mais ousados e penetrantes em sua crítica do que a imprensa em si (...) usando a linguagem raramente utilizada por jornalistas na avaliação da sua performance

(GOLDSTEIN, 2007, p. XII, tradução livre)¹⁶. Estas críticas externas à imprensa circulavam em diferentes suportes, como ensaios, palestras, colunas em jornais e até capítulos de livros, sendo que o seu principal alvo era a concentração do poder midiático nas mãos de poucos grupos. Apesar de louváveis, principalmente por apresentarem uma abordagem inversa ao pensamento dominante sobre o jornalismo, a maioria destas críticas tinha um tom “ultrajante e irreverente” que se afastava do modelo mais analítico produzido inicialmente pelos jornalistas Lippmann e Merz.

As preocupações até então esparsas sobre a qualidade do jornalismo e sobre as possíveis interferências na independência e na liberdade dos jornais serão endossadas, a partir da década de 1940, por uma pesquisa desenvolvida pela Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. A pedido da empresa *Time Inc.*, que custeou o projeto, com o apoio da Enciclopédia Britânica, o reitor da universidade, Robert Hutchins, montou uma equipe de estudiosos, a Comissão on the Freedom of Press, que ficou conhecida como Comissão Hutchins¹⁷, com a intenção de investigar “o estado presente e prospectos futuros da liberdade de imprensa” (HUTCHINS, 1947, p.V, tradução livre)¹⁸. Ao todo, foram colhidos depoimentos de 58 pessoas diretamente ligadas à imprensa e feitas 225 entrevistas com membros da indústria, do governo e de agências privadas, todos, de alguma forma, preocupados com a qualidade e a produção da mídia. Foram ainda organizados 17 encontros de discussão sobre o assunto. O resultado do trabalho, publicado em 1947, sob o nome de *A Free and Responsible Press – A General Report on Mass Communication, Newspaper, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books*, traça uma relação entre liberdade de imprensa, responsabilidade social e crítica de mídia. Conclusivamente, o relatório mostra que “a comissão está ciente de que as agências de comunicação de massa não são as únicas a influenciar a formação da cultura e opinião

¹⁶ No original: “Outsiders were often more daring and penetrating in their criticism than the press itself (...) using language rarely used by journalists in appraising their own performance.”

¹⁷ Sob o nome de *press*, a Comissão Hutchins considerava não apenas a imprensa, como é conhecida no Brasil, formada por jornais e revistas nos formatos impressos, televisivos e radiofônicos, mas englobava produtos cinematográficos, livros, propagandas, entre outros produtos midiáticos.

¹⁸ No original: “the present state and future prospects of the freedom of the press.”

pública norte-americana. Mas, juntas, são provavelmente a influência mais poderosa hoje” e ressalva que este “relativo poder das agências faz com que tenham grandes obrigações” (HUTCHINS, 1947, p.VII, tradução livre)¹⁹. Na verdade, “o relatório da Comissão Hutchins propunha uma nova agenda a partir de um conjunto de orientações que apelaram à responsabilidade como contrapartida à liberdade de imprensa” (PAULINO, 2010, p.39), algo que deveria funcionar com a ajuda dos jornalistas, das empresas e da própria sociedade.

Uma das principais condutas apresentadas pela comissão para alcançar este compromisso de responsabilidade social na oferta de conteúdos ao público seria a crítica mútua, ou seja, a crítica da imprensa produzida pelos próprios profissionais da comunicação e pela sociedade que consome os seus produtos. O relatório já identificava a confusão no entendimento do termo liberdade, tal como defendida pelos proprietários dos veículos de comunicação, e a dificuldade por parte dos membros da mídia em aceitar as críticas. Sobreavisa, por exemplo, que “uma das principais maneiras mais efetivas de se melhorar a mídia é bloqueada por ela mesma. Por uma espécie de lei não escrita, a imprensa ignora os erros e as deturpações, as mentiras e os escândalos das quais os seus membros são culpados” (HUTCHINS, 1947, p.65-66, tradução livre)²⁰. E pede que a imprensa “abandone a prática de recusar comentário mútuo e adote um decidido policiamento por meio da crítica da imprensa e pela imprensa”²¹.

Padrões profissionais não são possíveis de ser alcançados enquanto as falhas e os erros, as fraudes e os crimes, cometidos pela imprensa forem silenciados pelos outros membros da profissão. (...) A formalização da imprensa como

¹⁹ No original: “The comission is aware that the agencies of mass communication are only one of the influences forming American cultures and American public opinion. They are, taken together, however, probably, the most powerful single influence today (...) the relative power of the press carries with it relatively great obligations.”

²⁰ No original: “One of the most effective ways of improving the press is blocked by the press itself. By a kind of unwritten law the press ignores the erros and misrepresentations, the lies and scandals, oh which its member are guilty.”

²¹ No original: “the abandonment of the practice of refraining from mutual comment and the adoption instead of a resolute policy of criticism of the press by the press are indicated.”

uma profissão, com o poder de privar um membro que errou da sua atuação, é improvável e talvez indesejável. Temos evidenciado repetidamente o desejo de que o poder do governo não deve ser invocado para punir as aberrações da imprensa. Se a imprensa é para ser responsabilizada e se quer se manter livre, seus membros devem disciplinar uns aos outros e o único meio que eles têm disponível é a crítica pública (HUTCHINS, 1947, p. 94, tradução livre)²².

De acordo com Goldstein (2007), o apelo para o desenvolvimento de crítica de mídia feito pela Comissão Hutchins caiu em “ouvidos surdos”. Imediatamente após a publicação e divulgação do relatório, houve uma reação contrária às colocações feitas pelos pesquisadores da Universidade de Chicago, reiterando o discurso que traça uma relação direta e equivocada entre crítica e censura. Seriam abafadas, mais uma vez, as possibilidades de instituição de um fórum amplo para a discussão dos processos e práticas jornalísticas. Paulino (2010, p.39) explica que “o texto provocou polêmica ao propor a criação de um órgão independente para avaliar a atuação da mídia e recebeu críticas de grande parte das instituições de comunicação, receosas de regulamentações que se materializassem em interferências restritivas à liberdade de imprensa”.

Ainda que as reações ao relatório não tenham sido tão positivas quanto aguardavam os pesquisadores, não afetando diretamente a relação entre jornalismo e crítica, resoluções positivas foram retiradas da experiência, especialmente no que se refere ao caráter ético da profissão. A partir do relatório, passou-se a discutir mais amplamente a Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa, “uma possível base para

²² No original: “Professional standards are not likely to be achieved as long as the mistakes and errors, the frauds and crimes, committed by units of the press are passed over in silence by other members of the profession (...) the formal organization of the press into a profession, with the power in the organization to deprive and erring member of all his livelihood, is likely and perhaps undesirable. We have repeatedly evidenced our desire that the power of government should not be invoked to punish the aberrations of the press. If the press is to be accountable – and it must be if it is to remain free – its members must discipline one another by only means they have available, namely, public criticism.”

se fundamentar um sistema de jornalismo ético, à medida que estabelece como princípio central a ideia de que os comunicadores estão obrigados a serem responsáveis com seu público, prestando conta de suas atividades” (PAULINO, 2010, p.38). O relatório, ao definir a “necessidade de os jornalistas conciliarem liberdade e responsabilidade, se tornaria célebre e incontornavelmente citado pelos manuais de ética e deontologia” (OLIVEIRA, 2007, p.164).

Anos depois da divulgação do relatório da Comissão Hutchins, diferentes mecanismos voltados à crítica da mídia foram desenvolvidos nos Estados Unidos, importados por outros países, como é o caso do Brasil. Entre os mais conhecidos está o *ombudsman*. O ofício foi espelhado em um cargo público da Suécia. Conforme explica Jacoby (2002, p.223), “os sábios suecos, sabendo que o Estado e a sua burocracia não são respeitadores da liberdade, estabeleceram este conceito de “cão de guarda” a serviço dos cidadãos”. Transportando o conceito para o campo do Jornalismo, o *ombudsman* teria como a principal função ser uma espécie de porta-voz do público dentro da redação. O primeiro cargo de *ombudsman* da imprensa ocidental foi implantado no *Courier-Journal*, de Louisville, no Kentucky, em 1967, ocupado pelo jornalista John Herchenroeder²³. Apesar de, na concepção original, o *ombudsman* devesse interferir nas decisões e publicações do jornal, estando “a serviço do público”, relatos desta primeira experiência indicam que Herchenroeder atuava como uma espécie de secretário da redação, sendo “encarregado das queixas dos leitores” e, a partir delas, produzia um relatório distribuído internamente aos profissionais, não fazendo “nenhum comentário público” (GLASSER, 2002, p.215). A imagem de um *ombudsman* que analisa a produção jornalística do veículo de comunicação em que atua e publica as suas colocações no próprio jornal, como conhecido hoje, surge somente em 1970, no jornal norte-americano *Washington Post*, que instituiu a coluna chamada *The News Business*, com comentários internos e externos sobre a redação e seus produtos.

²³ Durante muitos anos, os Estados Unidos eram identificados como o país em que foi criado o primeiro *ombudsman* da imprensa. No entanto, na década de 1990, após trocas de informações, passou-se a reconhecer que a primeira experiência, neste sentido, foi criada no Japão, no periódico *The Yomiuri Shimbun*, em 1922. Informações mais detalhadas podem ser consultada no artigo Os MAS no Japão – Uma batalha para abrir o mundo da mídia, de Takeshi Maezawa, publicado no livro O Arsenal da Democracia, de Claude-Jean Bertrand (2002).

No Brasil, “o exemplo mais consistente da presença desse profissional [o *ombudsman*] nas empresas jornalísticas brasileiras é o do jornal *Folha de S. Paulo*” (LOURES, 2008, p.169). Inspirado em experiências norte-americanas e europeias, o diário brasileiro instituiu o cargo oficialmente em 1989, que permanece ativo até os dias de hoje. Outras iniciativas foram instituídas: no jornal *O Povo*, de Fortaleza (CE), em 1994; na rádio AM Povo/CBN, de Fortaleza (CE), em 1998; na Rádio Bandeirantes e na TV Cultura, em 2004.

Apesar de o *ombudsman* parecer, de certa forma, uma resposta positiva, ainda que tardia, ao relatório da *Comissão Hutchins*, muitos são os questionamentos sobre a qualidade e a validade da atuação destes profissionais. Não há uma clareza sobre quais as funções, os limites e as responsabilidades deste cargo, que se modifica dependendo da redação. A principal contestação gira em torno da aparente dupla ocupação do *ombudsman*: ao mesmo tempo em que deve “servir ao público”, ele remete-se à chefia da redação e tem o seu salário pago pela empresa que, supostamente, deveria questionar. Em decorrência disso, os textos produzidos por este profissional tendem a preencher “uma função de relações públicas para os jornais e não asseguram um aporte regular de comentário crítico sobre a imprensa local” (GLASSER, 2002, p.219). Serviriam mais para justificar os erros perante o público do que, necessariamente, cobrar uma postura diferente por parte de jornalistas e da própria empresa jornalística. Por não funcionarem como um fórum de debate entre produtores e consumidores, “tendem a restringir o debate e a limitar a crítica circunscrevendo a discussão aos jornalistas e a outros peritos internos ao mundo da mídia” (GLASSER, 2002, p.220). Para Carey (1974, p.238, tradução livre), por serem produzidos internamente, estes textos apenas reproduzem o olhar de quem está acostumado com aquela rotina, não sobrando espaço para o desenvolvimento de uma “crítica sustentada de intelectuais, professores, escritores e cidadãos, que estão do lado de fora do aparato dos jornais”²⁴.

Outra experiência que surge nos Estados Unidos, que terá o crescimento registrado no fim da década de 1960 e início da década de 1970, são as revistas críticas, conhecidas como *journalism reviews* (JRs), que abrangiam as principais cidades norte-americanas e observavam os principais jornais do país. As JRs podem ser definidas como “um periódico (ou mais raramente um programa de rádio ou

²⁴ No original: “sustained critical attention from intellectuals scholars, writers and ordinary citizens that are outside the apparatus of the newspapers”

televisão) consagrado à mídia e antes de tudo à crítica desta” (BERTRAND, 2002, p.241). A primeira JR nasceu, efetivamente, em 1940, com o nome de *In Fact*, tendo durado até o ano de 1950. Somente em 1968 haveria uma explosão editorial destas publicações.

o movimento norte-americano nasceu em outubro de 1968, quando um grupo de jornalistas de Chicago trouxe a público seu furor contra a imprensa local: eles criaram um modelo para as cerca de 30 JR que iam ser lançadas no decurso dos cinco anos seguintes. Foi um período de intensa observação e monitoramento da imprensa norte-americana, quando também passaram a surgir conselhos de imprensa, comissões de deontologia e intensificar o trabalho de pesquisadores universitários (BERTRAND, 2002, p.242).

As JRs eram produzidas por jornalistas, em grandes e pequenas cidades, e por profissionais do meio acadêmico, dentro das universidades. Por problemas com as formas de financiamento do produto e a pouca aderência do público-alvo, composto por membros de sindicatos, professores e os próprios jornalistas, a maioria não durou mais do que dois anos. Muitas delas não tinham uma boa imagem perante os profissionais das redações, sendo acusadas, muitas vezes, de “serem mediócras ninharias, veículos de vaidade pessoal, folhas de recriminação, atentados dissimulados contra a livre iniciativa ou mesmo incentivos à intervenção governamental” (BERTRAND, 2002, p.254). Com a dificuldade de se manter financeiramente, os artigos publicados nas JRs tinham caráter colaborativo. No entanto, muitas vezes, duvidava-se da sua qualidade. De acordo com Bertrand (2002, p.255), os artigos costumavam ser “mal documentados, mal construídos, mal escritos” e as JRs locais não distinguiam “uma explosão retórica de uma investigação séria, que confundem mexericos de sala de redação com revelações úteis, que planejam vinganças pessoais contra queixas legítimas”. Bertrand (2002) explica que estas publicações exigiam que a mídia dedicasse tempo para a verificação de informações, que apresentasse sempre o outro lado da história e que fizessem a releitura das provas de possíveis denúncias. Porém, internamente, poucos artigos publicados nas JRs se dedicavam a seguir estas regras tão cobradas do jornalismo comercial.

Estas iniciativas de crítica de mídia nos Estados Unidos vieram

a influenciar movimentos semelhantes no Brasil como a criação de cargos como o *ombudsman* e a instituição de observatórios de imprensa, conforme dito anteriormente. Antes disso, porém, algumas iniciativas já haviam sido registradas. Para Dines (1982, p.150), o padroeiro da atividade crítica sobre o jornalismo seria Lima Barreto que “ousou ridicularizar não apenas as panelinhas literárias que se abrigavam nas redações dos grandes jornais, como também o jogo do poder”. Tal crítica seria capaz de mostrar o jornalismo como instituição, ou seja, que “jamais foi uma ferramenta a serviço da sociedade”, estando sempre “adaptada aos escopos de uma competição política que visava apenas à alternância de grupos e não de ideias no comando do processo decisório” (DINES, 1982, p.150) Posteriormente, jornalistas como Godin da Fonseca, Otávio Malta e Paulo Francis, entre as décadas de 1940 e 1960, teriam se dedicado a observar e comentar o trabalho da imprensa. O primeiro exerceu a função de crítico em diferentes jornais, entre eles *O Mundo*, enquanto Malta e Francis atuaram no *Última Hora*, de Samuel Wainer. Nenhum deles, no entanto, teria criticado a imprensa como instituição. Estes, segundo Dines (1982, p.150), teriam criticado e desmascarado “jornais, jornalistas ou desempenhos jornalísticos que em sua ótica estavam errados. Mas não feriam a estrutura nem o processo como um todo porque, cada um deles em sua respectiva trincheira era fruto da mesma árvore”.

Para Marques de Melo (1986), seria o próprio jornalista Alberto Dines o pioneiro no *media criticism* brasileiro, por meio da coluna *Jornal dos Jornais*, publicada aos domingos, na *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1975 e 1977. Dines acabara de retornar dos Estados Unidos após um período como professor-visitante na *Columbia University*, em Nova York, no ano acadêmico de 1974-1975, quando foi chamado pelo diretor do jornal, Otávio Frias, para se tornar colaborador da empresa, atuando como “chefe da sucursal do Rio de Janeiro e também para escrever um artigo político diário. Aceitou o desafio (...) e disse que queria fazer uma coluna de crítica de imprensa (...) No domingo seguinte à conversa, foi publicada pela primeira vez a coluna” (LOURES, 2008, p.162-163). O conteúdo era composto de “observações e percepções do nosso cotidiano jornalístico cuja riqueza circunstancial as torna fragmentos indispensáveis à compreensão dos fenômenos que ocorreram naqueles tempos de autoritarismo” (MARQUES DE MELO, 1986, p.13). Dines comentava não apenas a atuação do próprio jornal em que trabalhava, mas de toda a mídia, levando em conta o contexto político e social da época. Em função das pressões da Ditadura Militar, a coluna foi encerrada por decisão dos

proprietários dos jornais em 1977.

Como exposto por Marques de Melo, embora o *Jornal dos Jornais* seja um marco dos primórdios do *media criticism* brasileiro, o próprio Dines, anteriormente, já havia se dedicado a criticar a imprensa brasileira. “Em visita ao World Press Institute (vinculado à Universidade de Columbia - EUA), Dines encantou-se com o boletim do *The New York Times*: “Vencedores e Pecadores”, que fazia a crítica interna ao jornal”. A partir da experiência, em 1965, ele e o jornalista Fernando Gabeira, que trabalhavam no *Jornal do Brasil*, “resolveram lançar uma publicação que fosse um fórum de críticas à mídia, em 1965” (LOURES, 2008, p.161), uma espécie de revista que circulava internamente ao jornal, conhecida como Cadernos de Jornalismo e Editoração²⁵. De acordo com Jawsnicker (2008, p.153), ao todo foram publicadas 49 edições, com periodicidade irregular.

Seus artigos e ensaios, ali reproduzidos, demonstravam a inquietação intelectual de um fazedor de notícias que ultrapassava o registro pitoresco da sua atividade (como ainda acontece com tantos jornalistas afamados) para teorizar sobre sua prática cotidiana e retirar lições de capazes de guiar novos talentos (MARQUES DE MELO, p.12, 1986).

Paralelamente, outras atividades começaram a surgir no país: em 1972, nasceram os *Cadernos de Comunicação Proal*, da Editora e Comunicação Proal, de Manoel Carlos da Conceição Chaparro, Francisco Gaudêncio Torquato do Rêgo e Carlos Eduardo Lins da Silva, uma publicação sobre a mídia que circulava no meio acadêmico; em 1977, o *Jornal da Cesta*, coluna publicada no jornal alternativo *Pasquim*; e o livro *O papel do jornal*, também de Dines. (LOURES, 2008; EGYPTO, MALIN, 2008).

O conjunto destas experiências, ainda que dispersas e pouco duradouras, ajudaram a construir o que é conhecido como *media criticism* no Brasil. Dines, em artigo publicado nos anais da Intercom, em 1982, tenta definir o termo. Enfatiza, por exemplo, o caráter rebelde

²⁵ De acordo com Jawsnicker (2008), “a publicação circulou com três nomes: nas seis primeiras edições saiu como Cadernos de Jornalismo. Em seguida, como Cadernos de Jornalismo e Editoração e, finalmente, como Cadernos de Jornalismo e Comunicação.” Na citação em questão, mantivemos a escolha da autora.

da atividade. Segundo ele (1982, p.151), o crítico de mídia precisa se reconhecer como “um maldito, um renunciante, abrindo mão de um lugar ao sol no *establishment*. Caso contrário, suas posições serão malditas, isto é, levianas”. E atesta que “o *media criticism*, como de resto toda a função crítica levada às últimas consequências, é necessariamente subversivo” (DINES, 1982, p.152).

Entender-se como um processo marginal à produção midiática, assim como evidenciado por Dines (1982), seria a única forma de que os comentários mais ácidos sobre a imprensa deixassem de ser apenas incidentais, mas fizessem uma análise “conjuntural e estrutural” da própria imprensa, o que seria inadmissível dentro dos veículos de comunicação como bem percebeu quando sua coluna na *Folha de S. Paulo* deixou de ser publicada. Para que o *media criticism* exista “é indispensável que seja vocalizado sem constrangimentos, à margem do *status quo* e, não, esmagado dentro dele.” (DINES, 1982, p.151). E sugere que a crítica abasteça a imprensa alternativa, nas quais as pressões internas não interfeririam na avaliação do jornalismo.

Para além do lugar da crítica, em determinadas passagens do artigo, Dines dá pistas sobre o quê e como criticar a imprensa. Explicava que aqueles que consideravam séria a atividade de crítico deveriam “acrescentar uma contribuição pessoal no exame de obras ou atuações” ou “procurar fazer dissecações sobre os usos, costumes e das ideias em voga” (DINES, 1982, p.148). Timidamente, o autor lança algumas noções sobre um modo de operação do crítico de mídia. Contudo, sua preocupação, naquele momento histórico, aproximava a crítica de mídia a uma resistência aos grandes veículos de comunicação, que monopolizavam o cenário da mídia no Brasil, país em busca de um processo de redemocratização. Por isso, mais do que apresentar um modo para se fazer a crítica, o autor preocupa-se em defender a sua importância, explicando a sua função no meio midiático e os possíveis resultados da sua resistência. Na opinião dele, os verdadeiros críticos “mexem na essência da nossa estrutura paternalista e autoritária, quase sempre impermeável a qualquer colaboração. Por isso, são automaticamente marginalizados, expelidos do circuito” (DINES, 1982, p.148). Como exemplo, ele cita a sua própria experiência como crítico, ainda que internamente, no jornal *Folha de S. Paulo*.

(...) o “Jornal dos Jornais”, criado em julho de 1975 na *Folha de S. Paulo*, apesar de seu enorme sucesso junto ao público, era muito mal visto pelos quadros dirigentes ou intermediários da

grande imprensa. Encarado como órgão para conceber galardões de excelência e não como desvendador de lentidão com que a imprensa assumia a distensão, o JJ foi criticado por chefes e chefetes ávidos por elogios enquanto ensinava ao grande público a ler jornais e deles exigir uma melhor atuação (DINES, 1982, p.153).

O relato de Dines indica a direção em que a crítica de mídia segue no Brasil: um espaço de enunciação externo aos jornais, oferecendo uma resistência ao jornalismo enquanto instituição, ou seja, com a sua relação com a política, na forma de observação e monitoramento das práticas midiáticas, especialmente com as funções de exigir uma melhor atuação da imprensa e, ao mesmo tempo, ensinar o público a ler a mídia. Seguindo estes preceitos sobre *media criticism*, quase 15 anos após da publicação do artigo, o jornalista encabeça uma das iniciativas mais conhecidas e duradouras de crítica no Brasil, o site *Observatório da Imprensa* (OI). Lançado em 1996, com o lema “Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito”, o projeto surgiu dentro do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e atualmente é mantido pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), organização social sem fins lucrativos voltada a atividades de formação, treinamento, reciclagem e consultoria. A inspiração veio do Observatório de Imprensa de Lisboa, de Portugal. Define-se como um “fórum permanente onde os usuários da mídia (...) organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até há pouco, desempenhavam o papel de agentes passivos.”²⁶ Em 1998, ganhou uma versão televisiva; no rádio, estreou em 2005.

Pesquisas na área de Comunicação recorrentemente levantam a importância do OI no cenário de crítica de mídia brasileira. Loures (2008, p.165-166) descreve o site como “a experiência de crítica de mídia que alcançou até o momento maior visibilidade na sociedade brasileira”, podendo ser conhecido como o “pioneiro na prática sistemática do *media criticism*”. Egypto e Malin (2008, p.178), integrantes do próprio Observatório, ressaltam que “o OI converteu-se numa história de sucesso (...). Cedo deixou de ser identificado apenas

²⁶ Informações disponíveis no site Observatório da Imprensa, em www.observatorio.com.br.

como uma instituição de pesquisa e ensino e constitui-se como produto jornalístico – melhor dizendo, metajornalístico”.

Além conter todas as características do *media criticism*, como formulado anteriormente por Dines (1982), o OI se propõe a realizar uma “observação contínua do desempenho da imprensa”, sem “ignorar a interface com o público” (EGYPTO E MALIN, 2008, p.178). Ou seja, torna-se uma arena de debate aberta a toda e qualquer pessoa interessada em emitir a sua opinião sobre a mídia. No próprio site, a equipe expõe que o “Observatório da Imprensa funcionará como um fórum permanente onde os usuários da mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas –, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se”²⁷.

Se Dines foi influenciado por modelos norte-americanos e europeus de *media criticism*, as iniciativas encabeçadas por ele no Brasil, especialmente o OI, serviram de motivação para a criação de outros observatórios, criados como entidades civis ou vinculados a universidades. O OI “mobilizou os espíritos críticos e reflexivos em relação ao acompanhamento da atividade jornalística, inspirou também o ambiente acadêmico a fazer parte deste projeto” (GUERRA, 2007, p.4). Rothberg (2010) identifica os principais interesses dos observatórios:

- a) oferecer ao público em geral um conjunto de balizas para avaliar a adequação das mídias jornalísticas em relação ao que delas deve se esperar como compromisso com a cidadania, aqui entendida como direito civil de liberdade de informação; b) compor um meio coadjuvante na formação universitária na área de comunicação e jornalismo; c) divulgar um painel para que os próprios jornalistas sejam incentivados a refletir sobre seus acertos e eventuais falhas (ROTHBERG, 2010, p.53).

Em 1998, foi cogitada a possibilidade de criação de uma rede de observatórios, com a intenção de possibilitar um intercâmbio de experiências sobre a rotina e prática da produção de críticas de mídia. Por inúmeras dificuldades, o projeto só veio efetivamente a se

²⁷ Informações disponíveis no site Observatório da Imprensa, em www.observatorio.com.br.

concretizar em 2005, quando foi criada a Rede Nacional de Observatório de Imprensa (Reno), uma associação colaborativa dedicada ao fortalecimento da crítica produzida dentro e fora do ambiente acadêmico. De acordo com Christofolletti e Damas (2006), a “Reno tem sido ativa do ponto de vista produtivo e também consolidado relações. Seus membros têm frequentemente trocado informações (...) Além disso, grupos de debate são articulados em eventos acadêmicos a fim de fortalecer os contatos e as iniciativas”.

Entre 2006 e 2007, levantamento produzido por membros da Reno registravam a existência de aproximadamente 20 observatórios acadêmicos no Brasil, envolvendo 31 professores-pesquisadores e 220 estudantes em 10 estados. Dados do próprio site da instituição, mais especificamente da seção “Elos da rede”, datados de 2013, indicam que o grupo conta com 13 observatórios acadêmicos ou pertencentes à sociedade civil²⁸. Em levantamento feito por Guerra (2007, p.16), apesar das inúmeras divergências entre os grupos, o pesquisador concluiu que “embora os grupos tenham as suas peculiaridades, que devem ser reconhecidas e respeitadas, há sinais de convergência que podem ser explorados sem que nenhum deles perca a sua própria identidade”.

Estes observatórios integrantes do Reno, bem como outros mecanismos de crítica de mídia já supracitados, como colunas de *ombudsman*, *journalism reviews*, foram categorizados por Bertrand (2002) como *media accountability system* ou meios de responsabilização da mídia (MAS). Em definição proposta pelo autor, os MAS seriam “qualquer meio de incitar a mídia a cumprir adequadamente o seu papel: pode ser uma pessoa ou um grupo, um texto ou um programa, um processo longo ou curto” (BERTRAND, 2002, p.10). Ao todo, haveria mais de sessenta formatos de MAS, exercendo um “misto de controle de qualidade, serviço ao consumidor, educação contínua e muito mais – não apenas, decerto, auto-regulamentação” (BERTRAND, p.35, 2002). Em outras palavras, Bertrand (2002, p.55) considera que “os MAS são armas poderosas, embora brandas, (...) para garantir que um melhor serviço ao público seja fornecido pelos meios de comunicação e que os jornalistas recuperem a confiança e o favor do público”. Ao depositar suas esperanças na melhoria da mídia por meio da crítica, o autor resume o caráter engajado da literatura existente sobre o assunto. O trabalho de Bertrand, assim como de outros autores que se dedicaram a discutir o tema da crítica, mais do que pensar e discutir teorias ou metodologias sobre crítica de mídia, ou ainda compreender os

²⁸ Informações disponíveis no site da Reno: <http://renoi.blogspot.com.br/>

processos críticos já existentes, acaba por defender a importância da crítica.

O caráter engajado desta bibliografia torna-se notório quando se percebe que estes autores não apenas se dedicaram a escrever sobre o assunto, mas fazem ou já fizeram parte de algum dispositivo crítico, especialmente dos sites de observatórios de imprensa. De alguma forma, a produção bibliográfica sobre o tema é um meio de validar a própria atividade destes críticos. Seria possível dizer, por exemplo, que Dines (1984; 2012) escreve sobre *media criticism* para legitimar a crítica, mas também para validar a sua posição de crítico. Igual é a postura de autores contemporâneos que escrevem sobre crítica e, ao mesmo tempo, participam de ações como as da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoj)²⁹.

Da mesma forma que estes autores reiteram a necessidade de se consolidar a crítica de mídia ao aderirem a esta prática por meio de diferentes dispositivos, eles impõem um tom de militância à crítica em si. Militância que endereça as críticas especialmente aos grandes conglomerados de comunicação, àqueles que a ignoram ou recusam a existência da crítica. Christofolletti (2003), ao identificar os impasses para uma efetiva crítica de mídia no Brasil, vê a concentração do poder midiático nas mãos de poucos grupos como um dos principais entraves para o desenvolvimento desta prática. Dines (1982, p.151), por sua vez, julga necessário que a crítica destine-se a “enquadrar a estrutura que cria, estimula e orienta” o jornalismo tal como é praticado nos dias de hoje e que, automaticamente, marginaliza os *media critics*. As críticas são também no entendimento de Motta (2008, p.21) são “uma resistência ao excessivo centralismo da mídia e impermeabilidade da indústria cultural e informativa”.

Em decorrência de seu caráter reativo e de contraposição, as críticas se distanciariam da ideia de uma análise baseada em critérios. Ao analisar mais especificamente o caso do *Observatório da Imprensa*, Braga (2006, p.115) constata que a crítica publicada no site se “afasta decididamente da possibilidade de “distanciamento crítico” ou de análise estritamente “profissional”, digamos técnica, baseadas nas “boas regras” do bem apurar e do bem redigir”. Ou seja, eles não observam detalhadamente ou descrevem como o jornalismo atua, mas impõem um padrão de exigências sobre como deveria atuar. Braga (2006, p.131)

²⁹ Dois exemplos seriam os livros *Observatórios de Mídia* e *Vitrine de Vidraça* que, ainda que teorizem sobre o assunto, é composto por autores que também integram alguma rede de observatórios.

conclui que o OI tenta “esclarecer (as posições defendidas) e obter a adesão para esse [o seu] ponto de vista”. Em decorrência desta característica de militância, este observatório funcionaria, como afirma Albuquerque et al (2001), mais como um agente, catalisando opiniões que se assemelhem à posição que pretende defender, do que uma arena aberta ao debate sobre a mídia.

[o lugar da edição] permite ao Observatório da Imprensa não apenas destacar o seu próprio discurso, como também hierarquizar os demais, atribuindo-lhes maior ou menor pertinência. Em decorrência disso, o Observatório, não obstante ser um espaço polifônico, se apresenta como um espaço muito menos plural do que nos parecia ser em princípio (ALBUQUERQUE et al, 2001, p.10).

Se há uma preocupação em prescrever que comportamento a mídia deveria ter, seria possível dizer que o caráter militante da mídia está diretamente associado à preocupação com a qualidade dos processos e das práticas jornalísticas. Ao mesmo tempo em que a crítica tem como intenção “revelar os desvios, a parcialidade, a superficialidade, a descontextualização e as baixarias”, combatendo a forma de condução do jornalismo nos dias de hoje, estes processos críticos procuram “influir na profissão ou nas políticas públicas para o setor” (MOTTA, 2008, p.22). Há, portanto, uma expectativa de mudanças no sistema de produção. “A crítica praticada pelos exemplos de observadores da mídia não é um fim em si mesmo, mas um caminho para alcançar níveis mais elevados de uso de técnicas na mídia” (CHRISTOFOLETTI e DAMAS, 2006, p.21, tradução livre)³⁰.

Pesquisas no campo da comunicação, no entanto, revelam a dificuldade em definir o que seria qualidade no jornalismo. Guerra (2010, p.70) fez uma tentativa ao “sistematizar algumas experiências de pesquisa que podem vir a constituir um conceito de Programa de Qualidade Jornalística (PQJ)”, ou seja, um ciclo que envolva a própria produção e a avaliação das práticas jornalísticas, que poderia ser operacionalizado pelas próprias organizações de mídia quanto por organizações autônomas. A intenção do pesquisador é justamente fazer

³⁰ No original: “The constancy of these efforts is due to a desire for revision and reform (...) The criticism practiced by the examples of media watchers is not an end in itself, but a way to reach higher levels of techniques in the media”

com que os objetivos dos MAS não sejam apenas intenções, mas que causem alguma mudança positiva no sistema produtivo e, ao mesmo tempo, ajudem os veículos de comunicação a detectar e corrigir os problemas. Na investigação sobre qualidade, no entanto, o termo está fundamentado em conceitos advindos do campo das pesquisas em Administração. Seria possível dizer que o pesquisador compara o jornalismo a bens e serviços, baseando-se em especificações técnicas desta prática, bem como as expectativas dos consumidores. Esta analogia com o campo administrativo, no entanto, ignora as características culturais da produção e da circulação dos processos e produtos midiáticos. Guerra recorre a valores como objetividade, relevância social, pluralidade para integrar este programa de qualidade, mas estes conceitos não parecem dialogar com uma proposta tão palpável como a proposta dos estudos na área administrativa.

Benedeti (2006, p.152) também buscou investigar elementos que poderiam ajudar a discutir a qualidade da informação jornalística. No entanto, como a pesquisadora mesmo relata, ela teria chegado apenas ao “ponto de partida para o esboço de um referencial de qualidade”, sem alcançar algo conclusivo sobre o tema. Benedeti acaba circunscrevendo sua pesquisa ligando o conceito de qualidade a valores como veracidade, comunicabilidade, pluralidade, liberdade, interesse público, inteligibilidade e transmissibilidade. Admite que estes atributos “podem se desdobrar em muitos outros”, o que deixa uma lacuna para futuras pesquisas sobre o assunto. Além disso, conforme explica (Benedeti, 2006, p.152), estes valores são capazes de “orientar e motivar a reflexão dos profissionais, embora não possa determinar a prática jornalística”, o que pode não servir aos interesses da crítica de mídia tal como se configura hoje, com a clara intenção de prescrever a prática jornalística.

Há, portanto, uma preocupação dos diferentes dispositivos de crítica de mídia em corrigir e em aperfeiçoar a prática hoje produzida pelo mercado (BRAGA, 2006, p.292). Os critérios de avaliação, porém, são dispersos. Enquanto alguns optam por uma crítica do ponto de vista mais profissional, com base em aspectos técnicos e éticos da profissão, outros elegem como critério o atendimento de aspectos políticos e sociais dos meios de comunicação. Ocorre de um mesmo dispositivo apresentar críticas com mais de uma orientação criteriológica.

O *ombudsman* enquanto um dispositivo crítico faria a avaliação da imprensa do ponto de vista profissional, “em função de sua qualidade e atendimento das responsabilidades da imprensa” e levando a adoção de “valores e princípios da profissão” (BRAGA, 2006, p.298). De

acordo com Braga (2006), estes colunistas examinam as notícias com base em cláusulas expressas nos manuais de redação e consensualidades morais e técnicas da área.

Já os observatórios da imprensa, inclusive os vinculados a universidades, ainda que tenham como base critérios técnico-profissionais não sistematizados, atuariam como “atores políticos que expressam uma resistência”, funcionando como ouvidorias (MOTTA, 2008, p.22). Estariam interessados em observar que papel a mídia exerce (ou na maioria dos casos, não exerce) na contribuição de uma sociedade mais democrática. Um dispositivo de crítica de mídia que atuaria desta forma seria o próprio *Observatório da Imprensa* (OI). Como afirma Braga (2006, p.295), o OI “mais do que analisar as competências profissionais e técnicas da produção, preocupa-se com o jornalismo como ““ambiente” e processo estruturador de esfera pública”.

Outro dispositivo crítico com caráter mais político do que técnico ou ético seria a *Agência de Notícias dos Direitos da Infância* (ANDI) que “que monitora a mídia como uma estratégia de mobilizar e tornar as pessoas mais sensíveis a este tema [infância]” (CHRISTOFOLETTI e DAMAS, 2006, p.25). A Andi tende a observar como a prática do jornalismo interfere na sociedade, funcionando, muitas vezes, uma reação à forma como determinados assuntos são abordados pela mídia. Esta maneira de fazer a crítica ficou conhecida especialmente nos Estados Unidos como *advocacy*, quando há a interferência de um MAS sobre algum tema específico.

Christofoletti e Damas (2006, p.25, livre tradução), em pesquisa feita sobre os dispositivos críticos imprensa na América Latina, especialmente os observatórios, reconhecem a variedade de aspectos analisados por estes. No entanto, reforçam que “ainda que cada observatório centralize a sua atenção sobre temas específicos, é possível afirmar que todos eles estão interessados na avaliação de coberturas em termos de um jornalismo ético”³¹. Para os pesquisadores, portanto, a ética seria um critério comum a todos os dispositivos críticos analisados.

Seria possível dizer que a crítica ética não se aparta nem da crítica política nem da crítica técnica. Pelo contrário, este critério complementa e, até mesmo, se sobressai nos dispositivos críticos. Quando Braga (2006, p.298) afirma que o Observatório da Imprensa é

³¹ No original: “even though each observatory centers its attention on specific themes, it can be affirmed that they are all interested in the evaluation of the coverage in terms of ethical journalism”

um dispositivo com interesses políticos, ou seja, que “tem como critério de base seu ideário, segundo o qual questões relevantes da sociedade devem direcionar os processos jornalísticos”, implicitamente a ética está inclusa no processo de avaliação. O mesmo ocorre com o *ombudsman*, tendo em vista que os manuais de redação já incluem critérios éticos em seu conteúdo.

A ética, combinada a outros critérios, entre eles, o técnico e o político, abre espaço para o caráter militante dos dispositivos críticos, transformando-os em uma oposição ao monopólio midiático. Segundo Motta (2006, p.30), num primeiro momento, o contra-argumento foi importante para demonstrar uma consciência do papel do jornalismo na sociedade. Hoje, no entanto, a crítica “não pode esgotar-se na mera reação às ações da mídia, não deve ser apenas reativa ou opositora”, sendo necessário traçar objetivos políticos, profissionais e pedagógicos, evitando agir de maneira impressionista (MOTTA, 2006, p.30). Neste caso, a explicitação de critérios, para além do ético, seria necessária a fim de fortalecer o próprio campo da crítica.

Hoje, cada vez que uma notícia, uma cobertura jornalística ou um tema recebe comentários destes críticos, o debate gira em torno de “esmiuçar incansavelmente o verdadeiro sentido de “interesse público”, “jornalismo de qualidade”, “liberdade”, “responsabilidade” fazendo com que a discussão “se dissolva em um debate filosófico sobre valores universais e natureza humana” (BERTRAND, 2002, p.53). Também Carey (1974, p.243) preocupa-se com a possibilidade de que estes dispositivos de crítica de mídia possam se tornar meros processos burocráticos, discutindo sobre os hábitos abstratos da profissão, o direito à informação, os recursos de proteção aos repórteres, às normas e os cânones da profissão, não ajudando no entendimento das práticas jornalísticas com elas realmente funcionam e não necessariamente sobre como elas deveriam funcionar.

Para Braga (2006, p.60), não soubemos ainda desenvolver, no campo midiático, dispositivos críticos capazes “de tensionar produtivamente os trabalhos de criação e produção, nem eficazmente estimular, cobrar, avaliar e selecionar bons produtos, nem ainda oferecer bases eficazes para interpretação direta no ambiente do usuário”. Como sugestão, o autor propõe analisar mais especificamente os produtos, assim como já ocorre tradicionalmente na crítica cultural. De acordo com Braga (2006, p.61), “quanto mais desenvolvidos sejam os dispositivos críticos, mais provavelmente eles se voltam para a análise de produtos específicos (e menos para análises do meio em sua generalidade)”. As principais análises críticas sobre o jornalismo, hoje,

acabariam por investigá-lo mais como um meio de comunicação, como a televisão, o jornal e o rádio, em vez de se dedicar a observar diferentes produtos que compõem estes meios, indicando possíveis similaridades e diferenças. No campo da cultura, os processos críticos

(...) não se desenvolvem em torno de um processo produtivo genérico (“o livro”, “a música”, “o teatro”...), mas sim, sobretudo, em torno de produtos específicos ou de conjuntos de produtos (tipos, gêneros, “escolas”, períodos...). De certa forma, é o conjunto (das produções e das falas, em relação de contiguidade e de tensão) que constrói, socialmente, a literatura, a música, o teatro (BRAGA, 2006, p.58).

Carey (1974, p.244) defende que a crítica de mídia “é totalmente análoga à crítica literária ou qualquer outro objeto cultural”. Partindo desta proposta, seria necessário compreender a história e o funcionamento desta tradição de crítica de produtos culturais.

1.2 Jornalismo: um produto cultural

Seguindo a reflexão de Braga (2006) e Carey (1974), que vislumbram na crítica de obras culturais referências para o aperfeiçoamento da incipiente crítica de mídia, parece importante rever aspectos da análise de produtos literários, teatrais, cinematográficos para entender o seu funcionamento.

A acepção moderna de crítica nasce no século XVIII, período de mudanças políticas, econômicas e sociais. Antes disso, teria havido apenas amostras de uma proto-história desta atividade, seja no trabalho de filósofos gregos, seja posteriormente nas figuras do gramático ou do humanista (BORNHEIM; NUNES, 2007). Duas mudanças estabelecem a Era da Razão para o nascimento da crítica: (1) o surgimento da esfera pública, espaço discursivo próprio da burguesia em ascensão (EAGLETON, 1991); (2) e o surgimento do regime estético (RANCIÈRE, 2009; 2011).

A esfera pública era um conjunto de instituições sociais, composta por clubes, cafés, sociedades e, principalmente, periódicos, nos quais diferentes indivíduos intercambiavam opiniões de forma igualitária, racional e pública, mimetizando a troca de mercadorias em voga na época (HABERMAS, 1984). Eagleton (1991) esclarece que este

espaço discursivo é uma invenção da sociedade burguesa em conflito com o regime repressivo do Estado absolutista e, igualmente, o lugar de nascimento da chamada moderna crítica europeia. Hohendahl (apud EAGLETON, 1991, p.3-4) explica que, no século XVIII, o século das Luzes, “o conceito de crítica não pode ser desvinculado da instituição da esfera pública. (...) Através de sua relação com o público leitor, a reflexão crítica perde o seu caráter privado. A crítica abre-se ao debate, tenta convencer, convida à contradição. Torna-se parte do intercâmbio público de opiniões”.

Destaca-se que a ideia de público e, particularmente, de um “público que julga”, surge com a esfera pública (HABERMAS, 1984 p.41). Antes, a apreciação dos produtos culturais era restrita aos membros da corte, os mesmos que financiavam os artistas. No entanto, no século XVIII, ao mesmo tempo em que as classes estavam em choque, percebia-se a “necessidade de se unificarem a aristocracia governante as classes médias, cada vez mais poderosas”, principalmente em função do compartilhamento de interesses econômicos (EAGLETON, 2006, p.26). Esta aproximação entre aristocracia/nobreza e burguesia se torna possível no ambiente da esfera pública, pois não seria o status social que definiria quem poderia acessar e opinar sobre a cultura, mas a capacidade de qualquer indivíduo, independentemente de posição social, em apresentar argumentos. “O que a fundamenta [a esfera pública] é a verdade, e não a autoridade, e sua moeda corrente, em vez da dominação, é a racionalidade” (EAGLETON, 1991, p.11). Como explica Eagleton (1991, p.3), “o poder social, o privilégio e a tradição supostamente não mais conferem aos indivíduos o direito de falar e julgar, mas sim a intensidade com que são capazes de constituir-se enquanto sujeitos discursantes ao compartilhar um consenso de razão universal”.

A isonomia entre as classes dentro da esfera pública, baseada no fato de a razão se sobrepor à autoridade no debate, contribuiu para a consolidação e a emancipação da burguesia. De acordo com Hohendahl (apud EAGLETON, 1991, p.4), “o debate literário, que anteriormente servira como forma de legitimação da sociedade cortesã nos salões da aristocracia, transformou-se numa arena que preparou caminho para a discussão política das classes médias”. Ou seja, a troca de opiniões na esfera pública suscitou o esclarecimento da burguesia, extrapolando o campo cultural, voltando-se para o campo político. A burguesia passou a instruir-se e, com isso, a questionar o Estado absolutista e a sociedade hierarquizada.

Eagleton (1991) explica que este cenário se torna profícuo para

o surgimento da figura do crítico. E é através do aparato de jornais e revistas especificamente que encontra espaço para divulgar opiniões sobre diferentes produtos e obras. Através dos periódicos, “a crítica inglesa é capaz de vislumbrar suas próprias origens gloriosas” (EAGLETON, 1991, p.18-19)³². Estes jornais e revistas da época permitem ao crítico dialogar com um público amplo, já composto pela burguesia em ascensão.

A figura do crítico sedimentada neste período distancia-se de uma crítica profissional. Os comentários da época eram “*ad hoc* e impressionistas, carentes de qualquer estrutura teórica ou de princípios normativos” (EAGLETON, 1991, p.11-12). Eles baseavam-se mais em exemplos empíricos e opiniões de cunho emocional do que qualquer fundamento técnico ou teórico. O crítico até poderia ser um juiz, “mas os juízos que emite não devem ser confundidos com os veredictos implacáveis de uma autoridade olímpica” (EAGLETON, 1991, p.14). Sua função era circular por várias áreas, englobando diferentes opiniões e, partir delas, estabelecendo posições. O crítico deveria fazer comentários que, a princípio, todos poderiam ter (HOHENDAHL apud EAGLETON, 1991). Sua tarefa era transmitir conhecimentos para uma sociedade de classes sociais e conhecimentos distintos.

A essa altura, a crítica literária vista como um todo não é ainda um discurso especializado e autônomo, ainda que ele assuma formas mais técnicas; é antes um setor do humanismo ético genérico, indissociável da reflexão moral, cultural e religiosa. (...) A esta altura, a crítica não é ainda “literária”, mas sim “cultural”: O exame dos textos literários é um momento relativamente marginal de um empreendimento mais amplo, que explora as atitudes para com os criados e as normas de cortesia, o *status* das mulheres, as afeições familiares, a pureza da língua inglesa, a natureza do amor conjugal, a psicologia dos sentimentos e as normas relativas à toalete (EAGLETON, 1999, p.12).

O crítico “procurava abrir os olhos de todos para a literatura; melhor dizendo, abrir-lhes a mente, formar a sua capacidade de

³² Entre os periódicos ingleses da época destacam-se o *Spectator*, de Addison, e o *Tatler*, de Steele.

juízo, ensiná-los a pensar e oferecer-lhes noções gerais sobre arte e vida” (BELJAME apud EAGLETON, 1991, p.5-6). Sua tarefa, dividido entre a aristocracia e a burguesia, era unificar a cultura como “detentor e regulador do humanismo geral, guardião e instrutor do gosto do público” (EAGLETON, 1991, p.16).

Habermas (1984) aborda questões semelhantes sobre o papel do crítico na sociedade do século XVIII. Reitera que, apesar de a esfera pública servir para a emancipação da burguesia, ela se concretizou através de uma aliança com a nobreza, fazendo com que o raciocínio público fosse aprendido “pela vanguarda burguesa da classe média culta em contato com o “mundo elegante””. Além do uso do raciocínio nos debates, a esfera pública era aberta a todos os indivíduos e tinha como uma das principais características o fato de possibilitar o exame de “setores que até então não eram considerados questionáveis”, o que colocou em xeque as autoridades da época (HABERMAS, 1984, p.53).

Com relação à figura do crítico, se Eagleton (1991) identifica-o como uma espécie de juiz, Habermas (1984) prefere o termo “árbitro das artes”. Segundo ele, os críticos da época tinham a função de mandatários e pedagogos. Mandatários, pois, como “porta-vozes do público, não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a do argumento”, e pedagogos, pois podiam “voltar-se contra o próprio público se, como especialistas, clamavam contra “dogmas” e “moda”” (HABERMAS, 1984, p.58). O crítico, portanto, lidava com opiniões diferentes dentro da sociedade e, ao se expressar, tentava fazer ponderações, levando em consideração a reação da opinião pública, buscando, de alguma forma, uma espécie de consenso entre os membros da esfera.

Ambos, Habermas (1984) e Eagleton (1991), entendem que o debate cultural levou a discussões políticas, tendo em vista que através do acesso e da reflexão sobre a sociedade e seus produtos culturais a burguesia tornou-se capaz de enxergar a si mesma. “Só mediante a apropriação crítica da filosofia, da literatura e da arte é que também o público chega a se esclarecer, até mesmo a se entender como processo vivo do Iluminismo” (HABERMAS, 1984, p.58).

Além da esfera pública burguesa, que consolida a razão no lugar da autoridade, o surgimento do regime estético também interfere no advento da crítica moderna no fim do século XVIII. A chamada revolução estética define o momento em que “a questão da sensibilidade como forma de conhecimento ganhou um lugar na filosofia ao lado da

razão” (LEENHARDT, 2007, p.19)³³. Conforme esclarece Rancière (2011), o regime estético não é uma ciência, teoria ou disciplina, mas um regime de pensamento específico do sensível, sobre a percepção e a reflexão da arte. “A estética não existe enquanto teoria da arte, mas sim enquanto uma forma de experiência, um modo de visibilidade e um regime de interpretação” (RANCIÈRE, 2011, p.11).

Destaca-se que o regime estético se opõe ao regime poético, no qual “invenção artística estava em consonância com uma certa ordem hierárquica do mundo, ordem essa que determinava os temas passíveis de serem representados, bem como as formas de representação mais adequadas” (RANCIÈRE, 2011, p.4). Esta oposição vai causar uma modificação no entendimento da arte. Se no regime poético estão predeterminados temas, objetos e públicos, no regime estético esta predeterminação está suspensa. “A hierarquia de temas e gêneros cai por terra. Todos os temas gozam de igual estatuto e podem ser tratados mediante toda e qualquer forma de representação (...) deixa de haver qualquer fronteira entre os objectos que merecem ser considerados como artísticos e outros objectos” (RANCIÈRE, 2011, p.4-5). Em outras palavras, Bornheim (2007, p.34) expõe que este novo regime passa a “questionar os velhos pressupostos pedagógicos instalados nas raízes mesmas da criação artística em todo o passado”. Ou seja, “a vivência da arte topa como que de repente com uma experiência absolutamente nova em toda a história da arte: a ausência de fundamento” (BORNHEIM, 2007, p.38).

A suspensão promovida pelo regime estético afeta diretamente a ideia de público de arte. Conforme explica Rancière (2011), no regime poético, as regras da produção artística estavam em harmonia com a resposta do público. As práticas culturais atentavam para os efeitos que a produção teria sobre uma audiência pré-determinada. Mas, como já visto, o período moderno revoluciona esta concepção. “A multiplicação do público, isto é, coexistência de muitos públicos sequiosos de possuir obras de arte, abre uma brecha na unicidade de gosto” (LEENHARDT, 2007, p.19). Se antes o artista colocava na arte exatamente aquilo que a audiência seria capaz de perceber, no regime estético esta relação não existe mais.

³³ O marco para o surgimento do regime estético está no lançamento de algumas obras, entre elas, *Estética*, de Alexander Baumgarten, e *Crítica da faculdade de julgar*, de Immanuel Kant (LEENHARDT, 2007; EAGLETON, 2006; RANCIÈRE, 2009).

A forma que [a beleza] é apreciada pela experiência estética não é a mesma forma que um artista impõe à matéria. (...) A experiência estética não se limita a passar por cima das hierarquias dos gêneros e dos temas de arte – ignora também algo que parece fulcral a prática artística: a vontade de impor uma determinada forma à matéria e de exercer um efeito específico sobre a sensibilidade do espectador. Assim, experiência estética (...) parece constituir uma forma muito particular e paradoxal de liberdade e igualdade (RANCIÈRE, 2011, p.6).

A ampliação do público e a modificação no acesso da arte passam a interferir na produção. Os artistas, “pressentindo a autonomia nova que lhes pode garantir esse público, deixam sua própria sensibilidade se exprimir mais livremente sobre a tela”, concebendo um novo papel para si (LEENHARDT, 2007, p.19). À vista disso, a experiência estética está no processo produtivo da obra, ou seja, na estética do objeto, e na própria leitura que o público fará dela, individual ou coletivamente, a estética do sujeito (BORNHEIM, 2007).

Neste cenário, o crítico ganha nova função: a de mediação. Um “papel de mediação entre um público (...) em princípio capaz de reações sensíveis, mas insuficientemente livre para deixar que elas se expressem por si mesmas, e os artistas, que afirmam cada vez mais a irreprimível transcendência de sua subjetividade” (LEENHARDT, 2007, p.20). Quando não se sabe o que o artista quer dizer com a sua obra e com o surgimento das múltiplas interpretações que podem ser feitas pela audiência, o crítico identifica a possibilidade de se tornar um vínculo entre obra/artista e público. Assim, é a partir de uma crise da comunicação de arte, instituída pelo regime estético, que a crítica se consolida. Ou seja, “a crítica vive da morte da comunicação”, já que ela precisa elucidar para os integrantes da esfera cultural o processo e os significados da arte (BORNHEIM, 2007, p.39).

Do ponto de vista de Rancière (2011), o regime estético, ainda que de maneira indireta, conecta-se à vida social. Para ele, “a emancipação social teve origem numa forma de subversão estética: surgiu com a apropriação dos membros das “classes baixas” de formas de experiência, percepção e linguagem que não eram consideradas adequadas à sua condição, ou seja, à condição de “subalternos”” (RANCIÈRE, 2011, p.10). O olhar desinteressado da estética poderia levar o indivíduo a enxergar além daquilo que a sua posição dentro da

sociedade lhe permite ver. Eagleton (2006), porém, quando fala de estética vincula-a a alienação. Segundo ele, antes as pessoas haviam “escrito poemas, montado peças ou pintado quadros com finalidades variadas, enquanto outros haviam lido ou visto essas obras de arte de diferentes maneiras. Agora, estas práticas concretas (...) estavam sendo reunidas em uma faculdade especial, misteriosa, conhecida como a “estética”” (EAGLETON, 2006, p.30). Sobre a análise estética dos produtos culturais, Eagleton (2006, p.31) expõe que “toda a razão de ser da escrita “criativa” era a sua gloriosa inutilidade, um “fim em si mesmo”, altaneiramente distante de qualquer propósito social sórdido”. Teria ocorrido, portanto, um isolamento das práticas materiais de uma função social.

Eagleton (1991), no que se refere à crítica, será ainda mais incisivo quanto ao afastamento das questões sociais. De acordo com ele, ultrapassada a fase da esfera pública, o que se percebe é uma desintegração deste espaço aberto ao debate e, ao mesmo tempo, uma adesão intensa da arte pelas forças do mercado. Neste cenário, os críticos passam a assumir “uma postura de meditação quase filosófica sobre a natureza e as consequências do ato criativo” (EAGLETON, 1991 p.34). Decisão paradoxal que acaba por isolá-los. “Para preservar a sua eficácia, a crítica deve distanciar-se tão radicalmente da esfera em que intervém que acabará por consumir-se em sua própria luminosidade e pureza, o que irá privá-la de toda e qualquer eficácia” (EAGLETON, 1991, p.53).

A partir desta breve reflexão sobre algumas das motivações e percursos da crítica de produtos culturais, torna-se evidente que o jornalismo, neste histórico, se configurou como um veículo de difusão em vez de um objeto de apreciação. Conforme explana Eagleton (1991, p.11), “os periódicos dos primórdios do século XVIII foram um elemento fundamental da emergente esfera burguesa”, pois através deles o crítico era capaz de dialogar com um público cada vez mais amplo. Por meios semelhantes, também se expressariam os críticos interessados no sensível das obras culturais. Conforme indica Leenhardt (2007), a crítica estética também utiliza a linguagem verbal, especialmente a escrita, para descrever, evocar sensações e resgatar a validade dos objetos analisados. Ainda hoje, no próprio campo da Comunicação, os veículos são vislumbrados como um canal para o entendimento e o esclarecimento entre os artistas/obras e o público. Em dicionário da área, a crítica é encarada como uma análise “a respeito de determinada manifestação artística, publicada geralmente em veículos de massa (jornal, revista, livro, rádio, TV) e emitida por jornalista, professor,

escritor ou por outros especialistas” ou ainda uma “apreciação estética e ideológica (...) a respeito de trabalho literário, teatral, cinematográfico, de artes plásticas etc” (RABAÇA e BARBOSA, 2002). Esta visão do jornalismo como um meio, e não como um objeto de apreciação, está atrelada ao fato de este ser constantemente vislumbrado como um serviço público, sustentado na verdade e na objetividade jornalística. Mesmo que esta concepção corresponda à parte do que é (ou se entende ser) o jornalismo, ela tende a negligenciar que as notícias também são um produto simbólico e, portanto, que merecem avaliação semelhante à de produtos culturais diversos.

Esta dificuldade de o jornalismo ser reconhecido como um produto cultural se assemelha ao dilema vivido por outra mídia: a televisão. Serelle e Soares (2012), ao investigar a crítica dos produtos televisivos, observam que estes são frequentemente colocados à parte do “estado da arte”, gerando um “descompasso entre a centralidade da televisão na sociedade brasileira e a forma como (...) essa mídia é relevada no jornalismo cultural” (SERELLE E SOARES, 2012, p.3). São esquecidas as possibilidades estéticas de seus produtos. Para Machado (2000, p.21), é preciso reconhecer que a televisão é um “indiscutível fato da cultura de nosso tempo”.

(...) os intelectuais de formação mais tradicional resistem à tentação de vislumbrar um alcance estético em produtos de massa, fabricados em escala industrial. No seu modo de entender, a boa, profunda e densa tradição cultural (literatura, música, teatro e artes plásticas), lentamente filtrada ao longo dos séculos por uma avaliação crítica competente, não pode ter nada em comum com a epidérmica, superficial e descartável produção em série de objetos comerciais de nossa época, daí porque falar em qualidade ou criatividade a propósito da produção televisual só pode ser perda de tempo. Naturalmente, a argumentação fica sempre no plano genérico e nunca evolui até a comparação efetiva e desapaixonada dos dois tipos de produto (MACHADO, 2000, p.23).

De acordo com Machado (2000), em função de os produtos de massa serem relegados como objetos culturais e estéticos, estes acabavam por receber apenas análises de cunho mercadológico. O autor

observa que as potencialidades da televisão (e de outros objetos semelhantes) só poderão ser realmente percebidas a partir do momento em que as análises mercadológicas forem deixadas de lado e, conseqüentemente, a análise macroscópica do cenário das comunicações, e passe-se a investir em uma observação microscópica sobre os produtos – o mesmo argumento de Braga (2006). No caso da televisão, seria necessária uma análise mais específica sobre os programas televisivos. Para Machado, e também para Serelle e Soares (2012, p.7-8), esta análise precisa ser valorativa, baseada em repertórios e valores, ou seja, “traços diversos, de aspectos culturais, ideológicos, institucionais, relacionados à tradição de um repertório e/ou ancorados em contextos em que determinadas performances adquirem importância aumentada”. Destaca-se que tais valores e repertórios não equivalem aos cânones na literatura – um termo também hoje questionado no campo literário. Os repertórios e os valores são “pontos de apoio imprescindíveis para ancorar os trabalhos de reflexão e avaliação do que a televisão produz” (MACHADO, 2000, p.26).

No que se refere ao jornalismo, Machado (2000) chega a discutir o telejornal como um gênero televisivo. Assinala, no entanto, que as análises focam o conteúdo e não necessariamente o gênero em si, esquecendo as influências do contexto cognitivo e sociocultural na interpretação das notícias. Para ele, “se quisermos realmente compreender como funciona o telejornal, é preciso, portanto, abstrair os seus aspectos episódicos e enfrentar o desafio mais difícil, que é a sua forma significativa” (MACHADO, 2000, p.101). Ao mesmo tempo, reflete sobre a difícil tarefa de analisar o jornalismo, principalmente em função do amplo entendimento desta prática social:

Se entendemos o *jornalismo*, dentro ou fora da televisão, como uma instituição de mediação simbólica entre determinados eventos e um público de leitores ou espectadores para quem esses eventos podem ser considerados relevantes, é quase inevitável que a discussão a seu respeito seja permanentemente afetada por questões de ordem macroestrutural, como os problemas ético-profissionais envolvendo a seleção e interpretação das notícias, ou aqueles relacionados com o papel das empresas e profissionais na condução dos conflitos que eles têm por função reportar (MACHADO, 2000, p.99).

Com esta colocação, Machado (2000) parece ponderar que uma análise do ponto de vista cultural e estético deveria preterir questões macroestruturais, ou seja, diferentes interferências no produto em si – a ideologia de cada profissional, o cenário político do país, a posição política do jornal, entre outras – não seria possível dar conta do macro e, por isso, a necessidade de investir no micro, no caso, no gênero em si. No entanto, esta separação não é tão simples – talvez, até mesmo intangível. Do ponto de vista do jornalismo, uma análise microscópica, por exemplo, poderia se deter sobre as notícias, ocasionando aqui a chamada crítica de mídia noticiosa. Esta, porém, não pode ignorar diferentes aspectos do processo produtivo das notícias nem de sua repercussão, ambos ligados a questões macroestruturais. Ou seja, a análise microscópica do jornalismo está relacionada com a macroscópica. É isto que faz com que o jornalismo seja uma prática simbólica tão rica, inserida em diferentes contextos culturais.

Considerando isto, não podem ser ignoradas pesquisas dentro do subcampo do Jornalismo que investigam uma espécie de vertente cultural das notícias. Entre as atividades às quais o jornalismo se alinharia de maneira mais próxima, em função de aspectos textuais, estaria a literatura, especialmente no que diz respeito a narrativas. Para Tuchman (1999), as notícias, ou aquilo que chama de relatos jornalísticos, seriam estórias³⁴. Citando o pesquisador norte-americano Robert Park, a autora salienta que “a notícia de jornal é uma forma de literatura popular, uma reencarnação das ainda populares novelas apresentadas de uma outra forma” (TUCHMAN, 1999, p.258). Ainda que a comparação do jornalismo com gêneros literários possa causar estranheza a determinados pesquisadores muito afeitos ao paradigma da objetividade e da verdade jornalística, a autora pode perceber, a partir das observações etnográficas feitas em redações, que os jornalistas costumam dar mais ênfase às estórias do que aos acontecimentos em si. Ou seja, preocupam-se mais com a forma como vão narrar a realidade. Tuchman chega a afirmar que um repórter que lida com fatos e um contador de histórias que produz contos não são atividades antitéticas, ou seja, caminham muito próximas, já que buscam capturar uma realidade e construir uma estória. Mas ressalva:

Dizer que uma notícia é uma “estória” não é de

³⁴ No texto original, há uma espécie de trocadilho com a palavra estória (ou story) em inglês, utilizada como sinônimo do que no Brasil se chama de matéria.

modo alguma rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente (TUCHMAN, 1999, p.262).

É buscando entender quais seriam as qualidades narrativas das notícias ou o que seria exatamente o processo de construir “estórias” que Bird e Dardenne (1999) consideram as produções jornalísticas como “narrativas culturalmente construídas”. Partindo de pesquisas do campo da antropologia e investigações sobre folclore e mito, os autores qualificam as produções jornalísticas como construções culturais. As notícias fariam parte de uma espécie de sistema simbólico, sendo que seu significado se dá na troca entre produtores e leitores. Em outras palavras, compara-se esta produção textual com rituais, artes e jogos, sendo que em todos eles estariam inclusas informações sobre valores e comportamentos compartilhados pelos membros de uma mesma sociedade.

As notícias, como os mitos, não “contam as coisas como elas são”, mas “contam as coisas segundo o seu significado. Assim, as notícias são um tipo particular de narrativa mitológica com os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelo público. Sabemos, quando lemos ou ouvimos uma notícia, que estamos numa “situação narrativa” particular (...) que exige um tipo específico de posição para ser compreendida (BIRD E DARDENNE, 1999, p.267).

Na concepção destes autores, o jornalismo, assim como o mito e o folclore, lidaria com estórias cheias de valores embutidos e, através de sua ação em sociedade, apenas reforçaria conceitos já existentes, alimentando este sistema.

Assim como Tuchman, Bird e Dardenne (1999) consideram que aproximar o jornalismo de narrativas ou atividades culturais não é negar a sua essência. Para eles, este é um processo necessário para reconhecer uma dimensão das notícias até então negada, ou seja, a de transcender

“suas funções tradicionais de informar e explicar e também considerar que a estrutura na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura” (BIRD E DARDENNE, 1999, p.265).

Da aproximação do jornalismo com obras culturais e, mais especificamente, com literatura derivará o entendimento de Carey (2000;1974) sobre o que é e como deve proceder a crítica à imprensa. O autor (2000, p.18) entende que o jornalismo é “uma forma vernacular de literatura, uma prática imaginativa que emergiu em determinado momento histórico (por volta do século 17) em relação com o crescimento da alfabetização e, acima de tudo, com um movimento social da democracia republicana”³⁵. Também ressalta que se trata de uma “prática social, um fenômeno histórico, parte do discurso político de uma nação e seus cidadãos, e uma peça de arte narrativa – que é uma forma da arte de contar histórias que ocorre sob condições industriais modernas” (CAREY, 2000, p.19, livre tradução)³⁶. Em função destas concepções, o autor considera inadequada a crítica baseada na responsabilidade social ou ainda a crítica que avalia somente o impacto sobre a audiência e seus comportamentos – a crítica de mídia precisa ser uma crítica cultural.

Eu estou argumentando que a crítica da imprensa é essencialmente a crítica da linguagem: é uma resposta vital por parte do público sobre a linguagem utilizada pela imprensa para descrever os acontecimentos que os padrões da linguagem jornalística aceitam ser descritos. A crítica é totalmente análoga à crítica literária ou à crítica de qualquer outro produto cultural. Uma avaliação da adequação dos métodos que os homens usam para observar o mundo, da linguagem que eles usam para descrevê-lo e os tipos de mundo que tais métodos e linguagens implicam existir. Ela requer atenção próxima e pública sobre os métodos, procedimentos e técnicas de investigação jornalística e a linguagem jornalística de reportar.

³⁵ No original: “that is, a vernacular form of literature, an imaginative practice that emerged at a given historical moment (roughly the 17th century) in relationship to the growth of literacy and above all, the social movement of republican democracy”

³⁶ No original: “(...) a social practice, a historical phenomenon, part of the political discourse of a nation and a people, and a piece of narrative art – that is a form of art of storytelling which it takes in modern industrial conditions.”

(CAREY, 1974, p.244)³⁷.

Ainda que Carey (1974) concorde que o jornalismo seja uma prática social, a compreensão do autor sobre os aspectos culturais desta atividade perpassa muito mais a linguagem das notícias do que a relação entre a produção jornalística e os grupos envolvidos. Porém, esta intensa preocupação com a linguagem, ainda que seja um dos aspectos a serem levados em conta na crítica de mídia noticiosa, não dá conta da total complexidade do jornalismo como prática cultural. Um dos riscos desta abordagem é justamente incorrer no erro da crítica literária, como explanado por Eagleton (1991), ou seja, isolar o texto e esquecer os aspectos sociais ao seu redor. Conforme Eagleton (1991, p.99-100), “a crítica só pôde reivindicar seriamente o direito de existir quando a “cultura” se tornou um projeto político premente, a “poesia” passou a constituir uma metáfora da qualidade da vida social, e a linguagem se converteu num paradigma de práticas culturais”. Ou seja, a crítica não se concentra meramente no texto, mas busca compreender o envolvimento deste com processos simbólicos em sociedade. É a partir desta interpretação de crítica que Eagleton (1999), quando defende o retorno aos primórdios da crítica, valoriza o trabalho desenvolvido pelos Estudos Culturais Britânicos.

Surgidos na década de 1960, no Centre for Contemporary Cultural Studies, em Birmingham, na Inglaterra, os Estudos Culturais são conhecidos por uma abordagem que rompe com as pesquisas até então dominantes no campo da cultura e por apoiarem-se na interdisciplinaridade para observar fenômenos contemporâneos (HALL, 1980; ESCOSTEGUY, 1998). “Desde o início, então, Estudos Culturais foram “engajados” em um conjunto de disciplinas, abordando questões embaraçosas, mas relevantes sobre a sociedade e a cultura contemporânea” (HALL, 1980, p.17)³⁸. De acordo com Escosteguy

³⁷ No original: I am arguing that press criticism is essentially the criticism of language: it is a vital response on the part of the public to the language the press uses to describe events and to the events that accepted standards of journalistic language allow to be described. It is fully analogous to literary criticism of any cultural object: an assessment of the adequacy of the methods men use to observe the world, the language they use to describe the world, and the kind of world that such methods and language imply is in existence. It requires therefore close public attention to the methods, procedures and techniques of journalistic investigation and the language of journalistic reporting.

³⁸ No original: “From its inception, then, cultural Studies was an ‘engaged’ set of disciplines, addressing awkward but relevant issues about contemporary

(1998, p.88), os Estudos Culturais Britânicos se orientam pelas “relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e mudanças sociais”.

Este modo de estudar fenômenos culturais contemporâneos deriva do entendimento que pesquisadores desta abordagem teórica têm do termo cultura. Williams (1992) propõe a convergência da visão antropológica/sociológica e a visão artística/literária. Funde-se, portanto, a ideia de cultura como “modo de vida global” distinto dentro do qual percebe-se, hoje, um “sistema de significações” bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas da atividade social” e de cultura como atividades artísticas intelectuais, de modo a “incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas todas as “práticas significativas”” (WILLIAMS, 1992, p.13). O autor insiste que estas definições – a antropológica/sociológica e a artística/literária – não podem ser compreendidas separadamente ou de maneira excludente, sendo, na verdade, complementares. Williams desenvolve uma

(...) construção teórica de um conceito de cultura que permite compreender não apenas os monumentos e as artes, mas também que é nosso próprio modo de vida que nos possibilita entendê-los. Explicando um pouco melhor: a definição mais prosaica de cultura como um modo de vida, e a mais elevada, de cultura como produtos artísticos, não representam alternativas excludentes: o valor de uma obra de arte individual reside na integração particular da experiência que sua forma plasma. Essa integração é uma seleção e uma resposta ao modo de vida coletivo sem o qual a arte não pode ser compreendida e nem mesmo chegar a existir, uma vez que seu material e seu significado vêm deste coletivo (CEVASCO, 2001, p.48).

As pesquisas sobre cultura, anteriores a esta abordagem teórica, de acordo com Hall (1980, p.27), davam ao texto uma centralidade que

society and culture, often without benefit of the scholarly detachment or distance which the passage of time alone sometimes confers on others fields of study”

gerava uma abstração da prática social. Para os pesquisadores dos Estudos Culturais, esta desvinculação não é possível. Os produtos culturais são “uma prática social que se dá entre pessoas em situações específicas, portanto com significados específicos que podem variar – e efetivamente variam – em diferentes situações sócio-históricas” (CEVASCO, 2001, p.130). Ou seja, não pode desvalorizar o contexto em que as obras são produzidas e recebidas. Deixa, portanto, de fazer sentido o modelo de crítica em que a ideia era “isolar um objeto para descobrir seus componentes” (WILLIAMS apud CEVASCO, 2001, p.161). Por isso, as obras passam a ser identificadas como práticas significativas. “O objetivo da análise materialista é desvendar as condições desta prática e não meramente elucidar os componentes dessa obra” (CEVASCO, 2001, p.160).

Esta preocupação com o redor da produção cultural, no entanto, não elimina a análise textual. Conforme explica Hall (1980, p.27), esta abordagem “não exclui a análise do texto, mas o trata como um arquivo, descentrado o seu privilégio e status – um tipo de evidência, entre outros.” Para Escosteguy (1998, p.89), a cultura é o termo que “conecta tanto a análise literária quanto a investigação social”. O texto, porém, não pode ser explicado sem ponderar as convenções sociais que levaram à sua produção e também à sua circulação dentro da sociedade. Reconecta-se forma e sentido ou, como prefere Williams, forma e conteúdo: “não pode é haver “separação entre “conteúdo” e “forma”, pois encontrar a forma é, literalmente, encontrar o conteúdo” (WILLIAMS apud CEVASCO, 2001, p.53).

Esta definição de cultura faz com que os pesquisadores deixem de lado a visão reducionista de “alta cultura” e passem a estudar aquilo que antes era relevado: manifestações populares e a indústria cultural, incluindo o jornalismo. Ao recusar a velha noção de “obras culturais” e ampliá-la para a proposta de “práticas significativas”, Williams acaba por inserir a mídia como uma atividade que merece ser investigada pela crítica. Revela que “seria difícil emitir juízo de valor, simples e direto, a propósito de todos esses variados produtos. Mas eles exigem uma apreciação valorativa” (WILLIAMS, 1969, p.310). Williams (1969, p.310) vai reconhecer que “os novos meios de comunicação representam um dos maiores avanços técnicos do nosso tempo. O mais antigo deles, e ainda o mais importante, é a imprensa, que passou por grandes aperfeiçoamentos técnicos”. Entre os veículos que mais despertaram o seu interesse está a televisão, sobre a qual desenvolveu diferentes pesquisas e buscou demonstrar “claramente como o conteúdo, a forma e a utilização da televisão são determinados pelas condições

socioeconômicas” (CEVASCO, 2001, p.227).

Ainda sobre os chamados *media studies*, Hall (1980) explica que as pesquisas superaram noções cristalizadas dentro do campo. Deixaram, por exemplo, de propagar uma suposta influência direta dos meios de comunicação sobre a cultura e a sociedade a partir do momento em que visualizaram o ativo papel da audiência no processo de decodificação midiática. Além disso, abandonaram a ideia de um texto jornalístico transparente, ou ainda isento/parcial, e reiteraram a necessidade de investir em análises linguísticas e também análises de estruturas ideológicas dos discursos. Conforme explica Dalpiaç (2013), a análise cultural possibilitou ir além do processo produtivo ao levar em conta os grupos culturais envolvidos, jornalistas e receptores, e o contexto de produção. Desta forma, tornou-se possível, no jornalismo, “enxergar dimensões não somente materiais, mas também simbólicas” (DALPIAZ, 2013, p.38).

Sobre o jornalismo, Hall (1999, p.224) propõe uma discussão específica sobre o que chama de produção social das notícias. De acordo com o autor, longe de ser transparente, a produção noticiosa faria parte de um “processo complexo que se inicia numa escolha e selecção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”. Como tal, envolveria a organização burocrática na qual esta prática está inserida, a estrutura de valores-notícia na seleção e a relevância das estórias e a apresentação ao presumível público. Uma crítica de mídia, portanto, deveria levar em consideração todos estes fatores na avaliação das notícias.

Especificamente sobre o último fator, ou seja, a apresentação das notícias ao presumível público, Hall chama atenção para a ideia de mapas culturais, ou seja, uma série de informações compartilhadas entre os jornalistas e os públicos, que ajudaria os jornalistas a definir o que pode e o não pode tornar-se notícia.

Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através dos quais os acontecimentos são “tornados significativos” pelos *media*. Um acontecimento *só faz sentido* se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais “mapas” culturais do mundo social, não poderiam “dar sentido” aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico

do que é “noticiável” (HALL at al, 1999, p.226).

Em outras palavras, Hall at al (1999) afirma que “os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida cotidiana”.

Por isso, ainda que a maneira como a imprensa molda ou se deixa moldar pelos acontecimentos noticiosos seja um aspecto a ser observado, parece necessário recuar quando se fala de crítica de mídia. É preciso, retomando hall, reconhecer que existe um conhecimento coletivo anterior, ou seja, mapas culturais sobre a própria atividade jornalística. Jornalistas e receptores compartilhariam um conhecimento sobre “o que é o jornalismo”, que leva (ou não) a esta prática se estabelecer como tal na sociedade. É deste possível consenso sobre a prática jornalística que seriam construídos valores e repertórios nos quais a crítica de mídia noticiosa poderia se ancorar para fazer uma avaliação dos produtos jornalísticos.

Neste sentido, a proposta do pesquisador alemão Otto Groth, pensada em meados do século passado, dialoga com a investigação sobre o jornalismo como um produto/prática cultural. Assim como a investigação dos Estudos Culturais, Groth concebe a influência da sociedade sobre as obras culturais. Na concepção do autor, a ciência dos jornais é uma ciência da cultura, tendo em vista que a cultura pode ser entendida como um “conjunto de criações humanas de sentido que está em constante crescimento e mutação” (GROTH, 2006, p.187). Haveria, portanto, uma relação intrínseca entre sentido, ser humano e obras culturais, tendo em vista que as obras são criadas pelas e para as pessoas, que influenciam os valores e os fins que tais obras terão.

Ou seja, toda obra cultural é configurada de maneira finalística pelos seres humanos, é construída por eles *de maneira que faça sentido*, de modo que seja apropriada ou seja considerada como apropriada para satisfazer suas necessidades físicas e mentais. (...) Ao contrário de toda a “natureza”, a obra cultural tem, como realização de um sentido, uma “realidade de sentido”; ela está, portanto, direcionada *teleologicamente para o ser humano*, para o “sujeito”, e sua estrutura é, em seu conjunto e em todas as suas partes, *objetivo-subjetiva* (GROTH, 2006, p.187-188).

No entanto, ao mesmo tempo em que Groth observa os aspectos sociais da obra, ele reconhece a existência de características inerentes à obra, até então relevadas, mas que exigiriam uma investigação mais profunda. Segundo ele, “o espírito humano nunca é senhor sozinho, pois também está sujeito às exigências da coisa. Cada sistema cultural, cada uma das obras que fazem parte dele tem sua própria essência, suas leis próprias” (GROTH, 2006, p.250).

De certa forma, Groth critica as investigações sobre o jornalismo que se atêm apenas aos temas por este abordado – e não ao que ele denomina essência dos jornais. Expõe o autor que a ciência dos jornais precisa “perguntar primeiramente a respeito dessa unidade interior assim determinada e constatar nossos problemas e conceitos de acordo com ela, mas não pesquisar, por exemplo, os conteúdos político-históricos ou os produtos “literários” dos jornais e revistas” (GROTH, 2006, p.188). Registra também que independentemente do formato em que o jornal circulava – e hoje temos exemplos de jornalismo impresso, radiofônico, televisivo e online – são essas características essenciais que definiriam se determinada produção era jornalismo ou não.

Muito embora esta pesquisa não queira discutir “a essência do jornalismo”, as reflexões propostas por Groth ajudam a pensar de que forma a crítica de mídia noticiosa poderia investigar os produtos jornalísticos: de uma maneira microscópica, observando pequenos detalhes nas notícias, compreendendo suas características mais intrínsecas. Ao mesmo tempo, esta análise microscópica não pode abandonar as relações de sentidos entre o produto e o público, como observado por Groth e também pelos pesquisadores dos Estudos Culturais. É neste sentido que, no próximo capítulo, discutem-se as interações críticas da sociedade sobre a mídia para, posteriormente, no terceiro capítulo, investigar as características do produto jornalístico.

CAPÍTULO 2 – INTERAÇÕES CRÍTICAS DA SOCIEDADE SOBRE A MÍDIA

2.1 O leitor crítico

Durante um longo período, pesquisas acadêmicas consideraram o processo comunicativo midiático unilateral. Manteve-se, durante muito tempo, o entendimento de que a ação estava totalmente centrada no emissor, restando ao receptor apenas reagir aos estímulos. Desta forma, o leitor/telespectador/ouvinte era uma tábula rasa na qual as informações produzidas eram depositadas. No entanto, como afirma Martín-Barbero (1995, p.55), os estudos de recepção modificaram esta forma de pensar a comunicação e passaram a “estudar não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura”. Ainda assim, muitos pesquisadores continuavam a ver a recepção apenas como uma etapa do processo, estudando-a em separado, o que gerou poucas ou limitadas respostas para entender a efetiva participação da sociedade dentro do sistema comunicacional.

Na esteira destas discussões, Braga (2006, p.21) pondera que “a abrangência dos processos midiáticos (...) não se esgota nos subsistemas de produção e de recepção”. Para ele, há elementos que permitem superar o instituído dualismo entre “mídia” e “sociedade” e reconhecer atividades interativas, através das quais esta mesma sociedade é capaz de não apenas consumir, mas também de reagir aos produtos midiáticos e produzir novos sentidos, gerando o que o autor chama de respostas. Desta forma, como já explanado sucintamente no primeiro capítulo, Braga (2006) identifica a existência de um terceiro sistema dentro do processo comunicativo, o qual denomina sistema de resposta social ou de sistema de interação sobre a mídia.

A palavra interação é recorrente no trabalho de Braga e importante para entender a sua proposta. Mais do que uma etapa, o autor (2012, p.39) sugere efetivamente que “as interações são o lugar de ocorrência da comunicação”. Segundo ele, sem a interação, a comunicação não se completa, transformando-se apenas em um processo informacional, ou seja, com a informação sendo transmitida em um único sentido, sem qualquer reverberação social. Em função de a interação ser uma atividade aparentemente desligada do sistema de produção e, geralmente, associada aos consumidores, Martín-Barbero (1995, p.57) chegou a afirmar que a “recepção é um espaço de interação”. Para Braga (2006), entretanto, são duas atividades distintas,

embora interconectadas. O sistema de interação sobre a mídia se distingue do sistema de recepção por ocorrer somente após o consumo de produtos, o que gera uma circulação diferida e difusa de conteúdos e de sentidos.

(...) o que importa mais é a circulação posterior à recepção, ou seja, uma vez completada a processualidade mais diretamente “econômica” (ou comercial) do processo, do “fazer chegar”, os produtos não são simplesmente “consumidos” (no sentido de “usados ou gastos”). Pelo contrário, as proposições “circulam”, evidentemente trabalhadas, tensionadas, manipuladas, reinseridas nos contextos mais diversos. O jornal pode virar papel de embrulho e lixo, no dia seguinte, mas as informações e os estímulos continuam a circular. O sistema de circulação interacional é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia (BRAGA, 2006, p.28).

Recentemente, trabalhos acadêmicos que estudam as novas tecnologias, especialmente as ferramentas das redes sociais da internet, investigam o funcionamento e a importância da interação no atual cenário tecnológico e informatizado. Fontcuberta (FONTCUBERTA, 2006, p.21, livre tradução)³⁹, uma das pesquisadoras desta linha de pesquisa, observa que “uma das características do atual sistema midiático é o aumento progressivo da interação com suas diferentes audiências que cumprem um papel ativo e de protagonista no desenvolvimento do próprio sistema”. Braga, porém, reflete que estas atividades interativas não são algo novo nem exclusivo deste novo cenário. Pelo contrário, “desde as primeiras interações midiáticas, a sociedade *age e produz* não só com os meios de comunicação, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social” (BRAGA, 2006, p.22). Enquanto Fontcuberta, entre outros estudiosos alinhados à pesquisa de interação em cenários tecnológicos, está interessada em

³⁹ No original: “Una de las características del actual sistema mediático es el aumento progresivo de la interacción con sus audiencias que cumplen un papel activo y protagonista en el desarrollo y desempeño del propio sistema.”

entender como o leitor/telespectador/ouvinte é capaz de se envolver na produção de conteúdos, dando base para investigações sobre leitores-repórteres ou jornalismo cidadão, parte da investigação de Braga busca entender como a sociedade interage *sobre* os processos e produtos midiáticos, ou seja, investiga como as pessoas são capazes de produzir sobre o que já foi produzido e consumido e como essa produção afeta diretamente o próprio sentido social sobre a mídia e seus diferentes produtos. A sociedade, portanto, se organiza “para retrabalhar o que circula, ou melhor: para fazer circular, de modo necessariamente retrabalhado, o que as mídias veiculam”, ou seja, “ela complementa essa midiaticização por meio de operações de trabalho e de circulação comentada daquilo que o sistema produtivo oferece ao sistema de recepção” (BRAGA, 2006, p.39).

Ainda que argumente que a interação exista desde os primórdios das mídias, Braga explica que o sistema de interação social não é de fácil identificação, não tendo sido categorizado anteriormente de forma sistêmica dentro do campo. A dificuldade de reconhecê-lo desta forma deve-se, principalmente, ao caráter disperso e difuso das diferentes atividades que o compõem, que podem, num primeiro momento, não apresentar uma macrológica comum. Contudo, estes processos e dispositivos “participam, pela natureza mesmo de suas atividades, de um sistema social mais amplo, caracterizado pelo fato de fazer circular ideias, informações, reações e interpretações sobre a mídia e seus produtos e processos – de produzir respostas” (BRAGA, 2006, p.30). O sistema, segundo o autor, seria mais conceitual do que físico, mesmo que haja alguns dispositivos interacionais mais institucionalizados e mais evidentes como cineclubes, sites de *media criticism*, fóruns de debate, crítica jornalística, revistas com temáticas midiáticas e produções acadêmicas sobre o tema, alguns deles já discutidos no primeiro capítulo desta dissertação. Em determinados casos, o sistema de interação pode se misturar ao próprio sistema de produção, pois “as falas e as reações sobre a mídia utilizam, com frequência, a própria mídia como veiculador” (BRAGA, 2006, p.40). Desta forma, seções de cartas, artigos opinativos, colunas de ombudsman, mesmo que sejam publicados na mídia tradicional, também podem ser categorizados como dispositivos interativos deste sistema.

Sustentar que a interação é inerente ao processo de comunicação, funcionando como um sistema com lógica própria e existindo desde os primórdios da mídia, torna-se possível ao considerar tal interação uma prática sociocultural. Isto porque não envolve apenas a relação entre os leitor/telespectador/ouvinte com os veículos de

comunicação, mas engloba a construção de um entendimento coletivo sobre os produtos e processos midiáticos. Conforme alega Fontcuberta, vive-se em uma era midiática, fazendo com que as pessoas, querendo ou não, pertençam “a uma cultura que não pode se entender à margem dos meios de comunicação. Precisamos deles (...) para tentar entender o mundo em que vivemos” (FONTCUBERTA, 2006, p.15, livre tradução)⁴⁰. Ao mesmo tempo, Braga (2006, p.27) considera que “os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta, entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura”.

A construção deste entendimento coletivo em uma sociedade midiática ocorre através do que Braga chama de interações sucessivas. “A sociedade, suas instituições e pessoas não apenas se *comunicam*, mas pensam sobre isso e organizam largas partes de seu comportamento e seus processos sociais conforme o entendimento que têm a respeito” (BRAGA, 2012, p.27). De acordo com o autor, as pessoas escutam-se mutuamente e modificam a compreensão sobre determinados produtos com base nesse conhecimento coletivo, social e cultural. O receptor “recebe e processa os conteúdos dos meios de acordo com sua trajetória pessoal, o contexto em que recebe, e suas necessidades como usuário, de forma que produz uma interação com a mensagem, que leva muitas vezes a modificar os propósitos do emissor” (FONTCUBERTA, 2006, p.21)⁴¹.

Quando Martín-Barbero (1995) propunha estudar a interação como uma forma de recepção, ainda que conceitualmente de maneira diferente de Braga (2006; 2012), ele também demonstrava interesse em entender o sentido que os conteúdos midiáticos adquiriam no processo de troca social. E exemplifica:

Quem levou anos investigando a telenovela sabe que o sentido dela tem muito mais a ver com a circulação da significação do que com a significação do texto. É contando a novela uns aos outros que se constrói o seu sentido (...) É nessa

⁴⁰ No original: “a una cultura que no puede entenderse al margen de los medios de comunicación. Los necesitamos (...) para intentar entender el mundo em el que vivimos”

⁴¹ No original: “recibe y procesa el contenido de los medios de acuerdo a su trayectoria personal, el contexto em que los recibe, y sus necesidades como usuário, de forma que se produce una interacción com el mensaje, que lleva muchas veces a modificar sustancialmente lós propósitos del emissor”.

circulação de discursos que se constrói o sentido que finalmente vai ter a novela para um grupo social determinado (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.58).

Da mesma forma que Martín-Barbero compreende que o entendimento da telenovela se dá na interação social, também é possível dizer que o significado das notícias depende da circulação de discursos sobre elas. Ou seja, “o produto não é apenas uma coisa que circula, é um resultado (variável) das interações” (BRAGA, 2012, p.33).

Entre estas práticas socioculturais, interessa aqui a interação crítica com a mídia, mais especificamente com as notícias. As críticas, de acordo com Braga (2006), são a face mais visível do sistema de interação sobre a mídia. É por meio do processo crítico que a sociedade deixa mais evidente que não apenas consome os produtos, mas reflete sobre eles e, inclusive, compartilha pontos de vista, podendo gerar dúvidas e esclarecimentos para os produtores e outros receptores. Alguns dispositivos críticos deste sistema já foram expostos no primeiro capítulo. Porém, como o sistema é difuso, outras falas críticas sobre a mídia podem ser encontradas de maneira dispersa na sociedade, pois os próprios leitores/telespectadores/ouvintes têm uma postura de questionamento perante os veículos de comunicação. Fontcuberta (2006) afirma que o leitor cada vez mais pergunta, interpreta, se questiona, interpela, por fim, critica.

[este leitor] abomina a trivialidade como se publicam fatos não triviais; se dá conta de que há fatos que nunca se convertem em notícias e notícias que nunca merecerão sê-las; se enoja ao constatar isso; não se contenta com uma única versão dos fatos; critica os diários, mas não pode viver sem eles; se pergunta por que não estão melhores, por que às vezes estão mal escritos; se indigna quando aparecem casos flagrantes de incompetência ou, pior, de desonestidade profissional entre os jornalistas; mas também é capaz de apreciar uma boa reportagem, um bom título, uma boa cobertura noticiosa, a qualidade de uma investigação e de suas fontes, e o rigor com que se constrói uma denúncia de jornal”

(FONTCUBERTA, 2006, p.17, livre tradução)⁴².

Em função de as interações sobre a mídia serem um processo sociocultural, infere-se que as críticas ao jornalismo manteriam uma relação direta com o próprio contrato de comunicação, ou, como emprega Charaudeau (2009), o acordo prévio entre os sujeitos envolvidos no processo comunicativo, os produtores e os receptores. Este contrato de comunicação, do ponto de vista do autor, seria composto por um quadro de referência a partir do qual os sujeitos envolvidos no contrato poderiam influenciar-se, seduzir-se e até mesmo agredir-se. Do ponto de vista do jornalismo como um discurso, Benetti (2007, p.7) percebe que para que o contrato de comunicação se efetive “os interlocutores devem reconhecer as permissões e as restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero”. De certa forma, é o leitor/telespectador/ouvinte que valida a atividade jornalística com base no próprio papel dentro do contrato e no conhecimento, advindo do quadro de referência, sobre o que é jornalismo e o que são as notícias. É o receptor, através das interações, quem legitima a atividade jornalística.

Este leitor também se pergunta “quem é ele (jornalista) para que me fale assim?”, e então aciona seus conhecimentos sobre o que deva ser jornalismo e sobre o que supõe ser a competência de um jornalista. Na verdade, a resposta a esta pergunta está relacionada às condições de finalidade de propósito já ditas, que necessariamente devem ser compreendidas pelo leitor para que ele possa conferir ao jornalista a legitimidade e a autoridade para enunciar (BENETTI, 2007, p.10).

⁴² No original: “abomina de la trivialidad com que se publican hechos no triviales; se da cuenta de que hay hechos que nunca se convierten em noticias y noticias que nunca merecieron serlo; se noja al constatarlo; no se queda com una sola version de lós hechos; critica a los diarios pero no puede vivir sin ellos; se pregunta por qué no son mejores, por qué a veces están tan mal escritos; se indigna cuando aparecen casos flagrantes de incompetencia o, peor, de deshonestidad profesional entre los periodistas; pero también es capaz de apreciar um buen reportaje, um buen título, uma buena cobertura noticiosa, la calidad de uma investigación y sus fuentes, y el rigor com el que se construye una denuncia periodística.”

Martín-Barbero recorda que muitos dos aparatos que se compra trazem consigo um manual de uso. Da mesma forma, a comunicação só se dá com “base nos modos de uso que esses aparatos são socialmente reconhecidos e comercialmente legitimados” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.57). Para que haja comunicação, é preciso que ela seja reconhecida socialmente como tal; para que haja jornalismo, é preciso que a notícia seja reconhecida e legitimada.

Pondera-se, então, que as críticas ocorrem quando o contrato de comunicação entre os sujeitos envolvidos é quebrado, ou melhor, quando o leitor não consegue identificar características do quadro de referência no produto apresentado. De acordo com Charaudeau, a instância midiática se apoia em imaginários da sociedade, como a ideia de furo de reportagem, de confiabilidade ou de possibilidade de revelação de fatos para ter a credibilidade esperada pelos receptores. Contudo, “se a informação for decepcionante, ele poderá, com razão, ter dúvidas sobre a validade das outras informações que concernem a outros campos de competência” (CHARAUDEAU, 2009, p.81).

Em geral, estas críticas produzidas pela sociedade não identificam problemas no processo de produção das notícias. De acordo com Benetti (2007, p.10) “raramente o leitor coloca, neste jogo do contrato, questões específicas sobre o modo como aquele texto foi produzido, mesmo porque a não-transparência sobre as rotinas produtivas tem sido uma das ferramentas do jornalista para assegurar legitimidade”. O receptor apenas aciona as percepções que tem sobre os produtos midiáticos e sobre o assunto que tornou-se notícia e averigua se pode ou não validar/acreditar determinada informação. Este raciocínio do receptor pode vir a gerar críticas, falas que são mais impressões do que leituras analíticas, mas que dão pistas de como o jornalismo se legitima ou não social e culturalmente.

Considerando estas discussões, chega-se ao entendimento de que é possível discutir os dispositivos de interação crítica com a mídia e, conseqüentemente, o próprio jornalismo, a partir dos discursos críticos sobre determinado acontecimento jornalístico. Através destas falas, possivelmente baseadas nas expectativas que a sociedade tem para com o jornalismo, é possível identificar quais critérios a sociedade em geral utiliza para avaliar os processos e produtos jornalísticos. Desta forma, a repercussão do caso que ficou conhecido como “a polêmica do livro didático” torna-se um objeto fértil para as discussões aqui propostas.

2.2 A “polêmica do livro didático”

A “polêmica do livro didático” foi um acontecimento jornalístico ocorrido na imprensa brasileira em maio de 2011, com desdobramentos midiáticos e sociais nos meses de junho e julho do mesmo ano. O caso se refere a notícias publicadas em diferentes veículos que denunciaram o uso de um livro de Língua Portuguesa⁴³ por supostamente “ensinar errado” o português nas escolas públicas brasileiras. A acusação recaía contra a publicação *Por Uma Vida Melhor*, da Coleção Viver e Aprender, da Editora Global, e seus responsáveis, como o Ministério da Educação, que distribuiu o livro, e a autora Heloísa Ramos⁴⁴. As notícias e a repercussão do caso permaneceram na mídia nos meses que se seguiram à publicação das primeiras notícias. No entanto, pela visibilidade tomada pelo acontecimento, a polêmica tornou-se tema de monografias e artigos acadêmicos e até mesmo palestras no campo da Linguística, que ultrapassam o período noticioso do caso. Desta forma, a divulgação das notícias foi seguida por duas fortes repercussões: uma focada em críticas ao próprio livro e à educação brasileira em geral e a outra, que interessa aqui, destinada a questionar a qualidade das notícias publicadas sobre o assunto.

Mais precisamente, seria possível dizer que o caso é composto por duas polêmicas distintas, mas interconectadas. A primeira delas é a “criação de um “espetáculo” por parte das reportagens, visto que aparentaram levantar uma polêmica, mas na realidade construíram uma polêmica: a do debate entre o certo e o errado na língua, a do fim da “gramática”, a do modo apropriado a ensinar Português” (DOURADO, 2011, p.47). Em tom de denúncia, diferentes veículos de comunicação, jornalistas e colunistas questionaram a qualidade do livro didático de

⁴³ O capítulo do livro didático criticado completo pode ser acessado em www.acaoeducativa.org.br/downloads/V6Cap1.pdf.

⁴⁴ O livro didático *Por Uma Vida Melhor* pertence ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), projeto do governo federal que, por meio do Ministério da Educação, busca garantir a distribuição de livros didáticos de diferentes disciplinas gratuitos a alunos de Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas brasileiras. A escolha do livro é feita pelos professores de universidades e os próprios professores das unidades escolares. Sobre o livro criticado, de acordo com o MEC, foram distribuídos exemplares para 4.236 escolas públicas, destinado à educação de Jovens e Adultos (EJA), no ano de 2011.

Língua Portuguesa, distribuído pelo MEC, acusando-o de ensinar errado a língua materna e relativizar o uso da gramática normativa.

O primeiro veículo a publicar a suposta acusação e, posteriormente, exaltar o presumido furo de reportagem foi o portal *iG*, do grupo português Ongoing, acionista minoritário do grupo Ejesa, que edita os jornais *Brasil Econômico*, *O Dia*, *Marca* e *Meia Hora*. Mais precisamente, às 7h, do dia 12 de maio de 2011, um post da coluna *Poder Online* declarava no título que “livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”⁴⁵. O texto de quatro parágrafos descreve passagens encontradas no capítulo “Escrever é diferente de falar”, destacando que o livro didático indica que “não há necessidade de se seguir a norma culta para a regra da concordância”⁴⁶. Nesta primeira notícia, não há referência a outros capítulos da obra ou explicação dos autores ou do Ministério da Educação sobre o assunto. Há uma leitura, exposição e interpretação de passagens específicas do livro didático.

A repercussão destas primeiras informações foi ampla. Somente este *post* recebeu mais de mil comentários no mês de maio de 2011 e outras milhares de sugestões de leitura na rede social *Facebook*. Às 16h08min, o portal *iG* ampliou a nota, transformando-a em uma matéria com o título de “‘Não somos irresponsáveis’ diz a autora de livro com ‘nós pega’”, já com uma declaração da linguista Heloísa Ramos. Na mesma semana e no decorrer da semana posterior à publicação do *IG*, muito provavelmente em função da ampla reverberação nas redes sociais, outros sites, jornais e telejornais brasileiros passaram a dar destaque para o caso, tanto nas páginas noticiosas quanto opinativas. Colunistas de jornais e revistas, editoriais, artigos de opinião e cartas enviadas pelos próprios leitores opinavam sobre o assunto. Reinaldo Azevedo, em seu blog no site da revista *Veja*, disse que o livro fazia “apologia ao erro”, além de ser uma “fraude intelectual”⁴⁷. Guilherme Fiúza, colunista da revista *Época*, fez comparações políticas com base na obra: “As variações linguísticas e as variações éticas vão formando esse novo país igualitário, que nutre orgulhosa simpatia pela

⁴⁵ Disponível em: <http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>

⁴⁶ Disponível em: <http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>

⁴⁷ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-fz-a-apologia-do-erro-exponhoa-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente/>>.

ignorância”⁴⁸. Nasce, assim, a primeira polêmica do livro didático que é uma reação da mídia e de parte da sociedade contra o livro e os envolvidos na publicação. A ampla repercussão sobre o caso demonstra a força do discurso da mídia, que instigou o debate sobre a língua materna e sobre a educação brasileira. Além disso, forçou a autora responsável pelo livro, o MEC e a ONG Ação Educativa, responsável pela orientação pedagógica da publicação, a dar explicações públicas sobre o conteúdo e até mesmo o Ministério Público foi acionado para investigar a obra.

O acontecimento conhecido como a “polêmica do livro didático”, no entanto, permite não apenas confirmar este poder da imprensa de influenciar a chamada opinião pública, mas também dá condições de observar e entender a interação crítica da sociedade sobre os processos e produtos midiáticos. Esta interação ocorreu no que se pode chamar de “segunda polêmica do livro didático”, ou seja, a reação crítica da sociedade sobre a forma de condução das notícias. À medida que as notícias e as opiniões contrárias ao livro eram publicadas, pesquisadores do campo da Linguística e da Educação, entre outros profissionais, começaram a se manifestar contra a cobertura midiática, considerada por eles deturpada. Para os críticos, houve uma confusão na diferenciação do uso dos termos língua falada e língua escrita e desconhecimento sobre um campo particular da Linguística, a Sociolinguística, que estuda o uso social da língua. De acordo com Baronas e Cox (2013, p.66), a primeira providência dos professores e pesquisadores deste campo “foi ir ao livro mesmo e recuperar o cotexto extirpado pelos críticos”⁴⁹. Ou seja, eles tentavam explicar e, até mesmo, defender as motivações da autora ao ensinar as diferenças entre fala e escrita, norma culta e norma popular, o que para eles, por diferentes motivos, foi ignorado pela cobertura da mídia tradicional. Destaca-se que algumas destas manifestações foram instigadas por órgãos de classe, como a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (Alab) e da Associação Brasileira de Linguística (Abralin). A sugestão destes grupos era fazer com que os linguistas também fossem ouvidos e desfizessem a polêmica instaurada. Algumas destas vozes utilizaram veículos tradicionais para se expressar, entre elas seções de cartas e de artigos dos grandes jornais brasileiros. Outros, contudo, optaram por se manifestar através das novas mídias, entre elas blogs pessoais e redes

⁴⁸Disponível em <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/guilhermefiuza/2011/05/17/os-%E2%80%98livro%E2%80%99-do-mec/>>.

⁴⁹ O cotexto aqui refere-se ao contexto linguístico.

sociais como *Twitter* e *Facebook*.

Destaca-se que embora a maioria destas críticas tenha sido produzida por pesquisadores do campo da Linguística e tenha tido como objetivo desfazer a polêmica inicial, elas dão pistas sobre aquilo que a sociedade considera falha na cobertura midiática noticiosa. A ONG Ação Educativa, por exemplo, afirma que “informações incorretas ou imprecisas foram divulgadas com base em uma frase retirada de seu contexto” e ainda destaca que muitos veículos omitiram informações essenciais para entender as motivações da obra⁵⁰. Colunista de Língua Portuguesa no portal *Terra*, Sírio Possenti primeiramente disse que todos que leram a obra, leram errado e adicionou que “muitos a comentaram sem ler”⁵¹. Velho (2012 p.13), ao investigar o caso do ponto de vista da análise do discurso, observou que a polêmica ocorreu devido ao uso amplo, pela imprensa, de “trechos desconexos e descontextualizados do livro didático”.

Posteriormente à repercussão imediata da obra, diferentes monografias e artigos acadêmicos encontraram, do ponto de vista do discurso, problemas nas reportagens sobre o tema. Baronas e Cox (2013, p.75) alegaram que o recorte e a aforização levaram à distorção das notícias, construídas com base no “apagamento do contexto e contexto em que os enunciados foram produzidos, a inexistência de prévia leitura do material pelos leitores do jornal, o silenciamento da voz de quem de fato participou da elaboração do material e a não explicitação das fronteiras entre os elementos alterados e criados pelos jornalistas e os elementos do próprio livro”. Para Biondo (2012, p.1), “a repercussão midiática negativa sobre o livro estaria relacionada a uma concepção de leitura, escrita e oralidade ideologicamente ligada apenas às práticas valorizadas de uso da língua e isolada dos contextos sociais em que essas práticas se inserem”. Silva L.G. (2013, p.12) adverte que “a mídia ainda sustenta seu discurso pautada por concepções de língua há muito desconstruídas cientificamente”.

A “polêmica do livro didático” trouxe à tona questões relacionadas a um longo embate sobre gramática normativa e variedades linguísticas, existente desde a época do Império. Análises históricas mostram que a discussão sobre os usos das variantes linguísticas está

⁵⁰Disponível em <http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final_30_06_2011.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.

⁵¹ Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>>.

presente na produção textual brasileira desde a separação de Brasil e Portugal. No período, houve uma extensa discussão sobre a transformação do português de Portugal em um português brasileiro. Segundo Marcondes (2008, p.11) “naquele contexto, os debates e as polêmicas sobre a língua nacional brasileira ainda eram intensos e frequentemente, no Brasil e em Portugal, publicavam-se textos a favor ou contra a conservação linguística”. Desta forma, ao longo da história, a imprensa tornou-se um espaço de revalidação da língua utilizada pela elite. Segundo Marcondes (2008, p.47), “esses espaços na mídia, em geral, possuem um tom incisivo e autoritário ao falar do uso linguístico. Muitas vezes, esses enunciados mostram a intolerância e o preconceito linguístico destes autores”.

Além disso, reavivou a discussões sobre a influência da imprensa na consolidação da chamada norma culta. A mídia defenderia o uso irrestrito da Gramática Tradicional, que “preocupa-se em normatizar o uso da língua, prescrevendo, isto é, determinando o que é certo e o que é errado a partir de um modelo de língua padrão”, e ignorando a função da Linguística que “como ciência, ocupa-se, não em normatizar e prescrever, mas em descrever/explicar como as diferentes línguas se estruturam e o que é pertinente a cada qual delas” (DELLAGNELO E RIZATTI, 2009, p.29).

Diferentes pesquisas discutem a influência da mídia no âmbito da consolidação de determinadas linguagem. Dois pesquisadores brasileiros são amplamente lembrados quando este assunto vem à tona: Maria Marta Pereira Scherre, doutora em Linguística pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e atualmente professora visitante da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo), e Marcos Bagno, doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela USP (Universidade de São Paulo) e, atualmente, professor da UNB (Universidade de Brasília). Ambos são conhecidos pela produção textual sobre o assunto. Scherre escreveu *Preconceito lingüístico: doa-se lindos filhotes de poodle*, no qual acusa a imprensa de ser preconceituosa com a fala dos mais pobres. Antes mesmo da polêmica do livro didático, Scherre (2005, p.116) já havia discutido sobre a abordagem predominante da língua na imprensa. Segundo a autora, “a mídia brasileira tem faltado com a verdade ao enfatizar a ideia de que as formas linguísticas ou de prestígio são as únicas certas, do ponto de vista da estrutura linguística”. Já Bagno possui uma série de livros sobre o assunto, entre eles, *Preconceito Linguístico - O que é e como se faz*, *A língua de Eulália*, e *Dramática da Língua Portuguesa*. Para ele, programas de TV, colunas de revistas, manuais de redação e, mais

recentemente, páginas na internet são consultórios de gramática e ortografia, prescrevendo o que deve ou não se fazer em termos de língua, o que é ou não aceitável (BAGNO, 2001). Desta forma, Bagno (2001, p.30) argumenta que “a mídia participa ativamente do processo de consolidação da Gramática Tradicional e, por meio dela, do preconceito linguístico”.

As interdições e repressões ao discurso científico por parte dos comandos paragramaticais se evidenciam, por exemplo, nos frequentes e grosseiros ataques de seus sustentadores à atividade dos linguistas profissionais, empenhados em conhecer a realidade linguística do Brasil (BAGNO, 2001, p.12).

Este embate entre linguistas e jornalistas, anterior às polêmicas do livro didático, possivelmente contribuiu para que as falas críticas se tornassem mais notórias na mídia brasileira. Falas estas que podem ser encaradas como manifestações dentro do sistema de interação sobre a mídia. A tomada de posição por parte de linguistas e profissionais de educação reverberou na sociedade, fazendo questionamentos sobre a mídia e, paralelamente, esclarecimentos sobre o livro. A intenção destes intelectuais, ao reagir à mídia e, em muitos casos, usar os próprios veículos de comunicação para se expressar, foi justamente gerar novos significados sobre o livro, o debate sobre a língua e sobre a própria imprensa.

Ainda que, em geral, as falas do sistema de interação sobre a mídia sejam dispersas e, muitas vezes, de difícil identificação, parte do material publicado em diferentes veículos foi reunida pela ONG Ação Educativa na forma de um dossiê intitulado “Por Uma Vida Melhor – Intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro”, configurando-se um material empírico fértil para estudar as críticas da sociedade à mídia e, mais especificamente, ao jornalismo. Mesmo que a maioria das falas críticas integrantes do dossiê pertença a intelectuais especializados em determinada área, inclusive colunistas de jornais e revistas, estes podem ser tomados não como produtores midiáticos, mas integrantes da sociedade midiaticizada, que reage, interpreta e reflete sobre aquilo que recebe levando em consideração o cenário em que vive. As motivações que os levaram a questionar a produção jornalística, embora já explicitada, não é o que mais interessa a esta discussão. Importa compreender quais aspectos das notícias estes leitores, ainda

que especializados, observam para identificar problemas na produção de notícias. A partir deste entendimento, será possível inferir possíveis critérios para a análise de notícias.

2.3 Identificação de critérios de crítica de mídia noticiosa no Dossiê “Por Uma Vida Melhor”

O dossiê *Por Uma Vida Melhor – Intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro* foi organizado pela ONG Ação Educativa⁵², responsável pela orientação da proposta pedagógica do livro didático *Por Uma Vida Melhor*, da Coleção Viver, Aprender, pertencente à Editora Global. O objetivo da publicação online do dossiê era reunir “manifestações favoráveis à publicação e aos autores e responsáveis pela publicação”, produzidas por associações educacionais, linguistas, pesquisadores, educadores, jornalistas, intelectuais e outros membros da sociedade civil, especialmente após o grande debate sobre o assunto que circulou na grande imprensa⁵³. Importa saber que a ONG não convocou estes autores para escrever especificamente sobre o assunto para a publicação, mas coletou na imprensa, nas redes sociais e em sites alternativos as opiniões favoráveis ao livro, reunindo em material disponibilizado para download tanto no site da ONG quanto em sites de universidades e do Ministério da Educação (MEC). Duas versões do material podem ser encontradas: uma preliminar, datada de maio de 2011, e outra de junho de 2011, com uma gama maior de artigos sobre o tema. É esta que será analisada na sequência.

A versão final do dossiê contém 101 páginas, com um total de 47 textos. Apesar de a maioria destes textos ser categorizada como artigos de opinião, há também a compilação de notas públicas sobre a polêmica do livro didático, produzidas por associações educacionais diversas, e reportagens e entrevistas sobre o assunto, publicadas na própria imprensa que, do ponto de vista dos organizadores do documento, ajudariam a esclarecer a polêmica.

⁵² Sediada em São Paulo, a ONG Ação Educativa foi fundada em 1994, desenvolvendo atividades de formação e apoio a educadores, jovens e agentes culturais em níveis local, nacional e internacional. Com relação ao livro didático, atua assessorando secretarias de Educação no que se refere à Educação de Jovens e de Adultos. Mais informações podem ser obtidas em <http://www.acaoeducativa.org.br/>.

⁵³ Disponível em www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=2620&Itemid=2

Capa do Dossiê

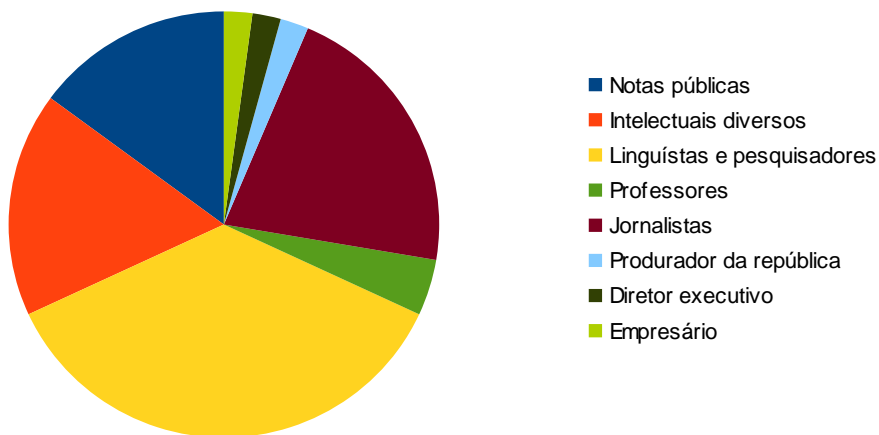


Fonte: Site da ONG Ação Educativa⁵⁴

Com relação ao perfil dos autores dos textos, observa-se a predominância de profissionais das áreas de Linguística e de Educação que, de certa forma, sentiram-se afetados pela cobertura da imprensa. Destaca-se que estes pesquisadores, quando fazem críticas às notícias, falam do seu lugar de origem, ou seja, buscam defender o entendimento que têm sobre língua a partir ponto de vista científico da Linguística/Educação. Além dos textos provenientes de membros do campo educacional, há ainda críticas escritas por jornalistas, intelectuais de diferentes áreas e até mesmo de um empresário, de um diretor executivo e de uma procuradora da República. Em números, os textos produzidos por profissionais diversos equiparam-se à quantidade de textos produzidos por profissionais do campo da Linguagem/Educação, como é possível ver no gráfico abaixo.

⁵⁴ Site da ONG Ação Educativa: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final_30_06_2011.pdf

Perfil dos críticos – Dossiê Por Uma Vida Melhor

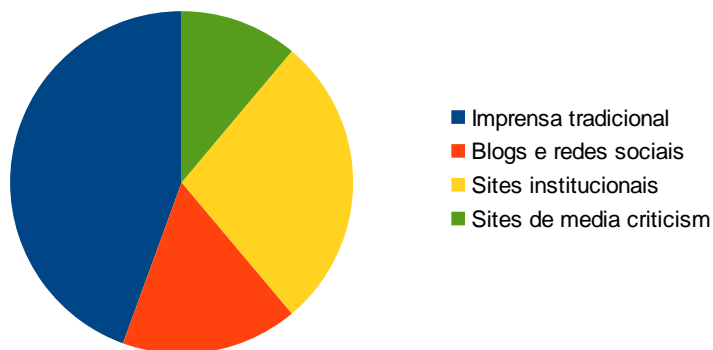


Fonte: própria

Interessante também é o local de origem das críticas, ou seja, qual o veículo os linguistas, educadores, jornalistas e outros intelectuais optaram por publicar inicialmente as suas colocações sobre o caso. Conforme esclarece Braga (2006), os dispositivos de crítica de mídia tendem a utilizar a imprensa para se manifestar, ou seja, as críticas ao jornalismo são, muitas vezes, publicadas no mesmo veículo no qual a notícia foi divulgada. Desta forma, justifica-se que a maior parte dos textos do dossiê tenha sido, primeiramente, publicada nos principais jornais do país – *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *O Globo*, entre outros – na forma de coluna, no espaço destinado a artigos externos, produzidos por leitores, ou mesmo em cadernos de fim de semana. Há ainda textos que foram publicados originalmente nas novas mídias sociais, como sites pessoais e blogs alternativos. Em menor quantidade, observa-se que o site do *Observatório da Imprensa*, reconhecido por ser um site de crítica de mídia, também foi utilizado por parte dos

manifestantes⁵⁵.

Tabela 2 – Local original de publicação das críticas



Fonte: própria

Ainda que o dossiê tenha como intenção principal se pronunciar sobre o livro didático e até mesmo tomar uma posição favorável ao livro didático, parte dos artigos também interpreta a polêmica observando como a imprensa lidou com o tema. Nestes casos, a defesa do livro exigiu um olhar crítico sobre a forma como o assunto foi abordado midiaticamente.

Como a intenção desta dissertação é identificar quais os critérios a sociedade utiliza para criticar o jornalismo, optou-se, nesta análise, por observar as passagens da publicação que criticam, de maneira explícita, a cobertura da imprensa sobre o assunto. Desta forma, foram identificadas as passagens nas quais os autores do dossiê fazem alusão à cobertura da mídia por meio das palavras-chave: (1) mídia; (2)

⁵⁵ Em pesquisa sobre o caso, identifica-se que outros textos foram publicados no Observatório da Imprensa sem terem sido reproduzidos no dossiê. Há também casos de textos que foram publicados em jornais e republicados no Observatório da Imprensa.

imprensa; (3) jornalismo; (4) jornalistas; (5) colunistas; (6) críticos; (7) notícias; (8) entrevistador; (9) revistas (10) noticiário. Na análise prévia do material coletado, observou-se que parte dele fazia apenas uma alusão ao caso na mídia, não necessariamente abordando-o de forma crítica. Fez-se, portanto, uma seleção das passagens que apresentam uma conotação crítica sobre a imprensa. Ao todo, foram encontrados 48 fragmentos nos quais há uma crítica explícita.

Neste corpus, foram identificadas seis noções-chave que motivaram a crítica e que aqui serão tomados como critérios: (1) Opinião x informação; (2) Ausência de fontes; (3) Desinformação; (4) Ausência de contexto; (5) Interpretação da realidade; (6) Omissão de informações. Estes critérios serão descritos um a um e discutidos na sequência.

(1) Opinião x informação

O jornalista deve se ater aos fatos. Esta frase, entre outras sentenças semelhantes, resume a concepção que se tem do jornalismo. Repetida exaustivamente em cursos de comunicação, em campanhas publicitárias dos veículos de massa destinadas ao público leitor/ouvinte/telespectador, presente em manuais de redação e também no discurso dos próprios profissionais da área, a sentença sintetiza a ideia que se tem das notícias: estas devem apresentar informações em vez de opinião; devem descrever situações em vez de tomar partido sobre determinado assunto; devem se ater estritamente aos fatos e evitar, ao máximo, a apresentação de juízos de valor.

O raciocínio de que os jornais deveriam separar as opiniões das informações está enraizado na própria história desta atividade, ao menos no mundo ocidental. De acordo com Traquina (2005), esta lógica nasceu no século XIX, no período de consolidação da chamada *penny press*. Antes deste período, explica o autor, o jornalismo estava associado fortemente a grupos políticos, que investiam nestes jornais da época com intenção de difundir as próprias ideias. O próprio Eagleton (1991), como já visto anteriormente, ao relembrar o papel dos periódicos durante a formação da esfera pública, explica que os jornais eram espaços para a discussão, especialmente de opiniões, com a função de orientar o público leitor. Neste sentido, não havia qualquer preocupação em separar informações e opiniões. Nem qualquer embaraço em apresentar a posição dos jornais ou dos jornalistas sobre diferentes temas. Esta forma de atuação, porém, iria se modificar com a alteração na forma de financiamento dos jornais. Os “crescentes rendimentos das

vendas dos jornais permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma do jornalismo: (...) um jornalismo que privilegia fatos e não a opinião” (TRAQUINA, 2005, p.36). Considera-se, portanto, que estes novos jornais não dependiam mais do financiamento de determinadas pessoas, em sua maioria com interesses políticos, mas que os novos financiadores seriam os próprios leitores. Assim, se antes os profissionais de comunicação eram vistos mais como difusores de propaganda política, a partir da *penny press* eles se tornariam guardiões da verdade. Além disso, a concepção de um jornalismo capaz de apresentar ao público leitor uma suposta verdade se consolidou, neste período, também em função do pensamento positivista que vigorava na época. Havia a convicção de que, por meio de métodos, era possível encontrar uma verdade. Assim incutiram-se as “técnicas” da imparcialidade e da objetividade, que hoje permanecem em vigor no imaginário profissional.

Mesmo que, conforme explica Traquina (2005), a noção de jornalismo imparcial, objetivo e livre de interferências opinativas tenha surgido com a *penny press*, outros textos da Teoria do Jornalismo mostram que a ideia de que esta profissão deveria se ater aos fatos existia muito antes deste período. O pesquisador alemão Tobias Peucer (2004, p.16), no século XV, informava que os primórdios dos relatos jornalísticos deveriam ter “mais em conta a sucessão exata dos fatos que estão interrelacionados e suas causas, limitando-se somente a uma simples exposição, unicamente a bem do reconhecimento dos fatos históricos mais importantes”. O autor também sugeria que as informações dignas de crédito deveriam ser separadas de rumores infundados, mesmo que, naquela época, já pudessem ser encontradas nestes jornais histórias suspeitas, que, segundo o autor, não deveriam ser levadas a sério pelo público leitor. Percebe-se, então, que ainda que a preocupação com os fatos e não com a opinião tenha ganhado força com a *penny press* e com o novo paradigma do jornalismo, a ideia de que jornalistas precisam se ater às informações colhidas e evitar opinar sobre os acontecimentos ou fazer deduções sem certeza está arraigada a esta atividade muito antes deste período.

Apesar de a separação entre fatos e juízos de valor ser histórica e compartilhada entre os profissionais da Comunicação e o público, pesquisas têm revelado a (im)possibilidade de se produzir notícias e reportagens sem expor, de alguma forma, o ponto de vista pessoal do jornalista, do veículo de comunicação em que este trabalha e, em determinados casos, pontos de vista entranhados até mesmo na sociedade em que os profissionais do jornalismo estão inseridos. Lage

(2001) observa que jornais e jornalistas não são à prova de ideologia. Pelo contrário, as notícias seriam comumente uma mistura de componentes lógicos e ideológicos, sendo os jornalistas portadores de preconceitos e prejulgamentos da própria sociedade em que vivem. Lage (2001, p.152) enfatiza que “a primeira coisa que um jornal informa é a sua ideologia”. Além disso, questões relacionadas ao modo de produção das notícias também interfeririam na simples exposição de fatos relacionados com a realidade.

Comumente [o jornalista] não vê o que relata, baseia-se em testemunhos que expressam interesses, trabalha com rapidez sobre temas controversos, onde há pressões e contrapressões eficientes, e é levado a penetrar em informações técnicas de difícil transposição (LAGE, 2001, p.150).

Sponholz (2009), ao discutir a definição filosófica de fato e relacioná-la ao jornalismo, observa que, comumente, o termo tem um sentido polissêmico, associado ao acontecimento em si ou até mesmo à notícia. Conclui, porém, que o fato noticioso é um recorte da realidade e que precisa estar associado ao sentido que ele recebe na sociedade. Desta forma, além das informações extraídas da realidade, o jornalismo também trabalharia com declarações descritivas e juízos de valor, fazendo com o que o seu objetivo não seja necessariamente “aproximar da realidade, mas sim de gerar credibilidade” (SPONHOLZ, 2009, p.67). Os fatos seriam, na verdade, recortes da realidade validados através da relação de determinados públicos com o assunto abordado. O jornalismo “trabalha sobretudo com proposições a serem consideradas verdadeiras pelo público, ou seja verídicas (credíveis)” (SPONHOLZ, 2009, p.67). O verdadeiro, neste caso, se relacionaria à verdade no entendimento de uma coletividade. Segundo Lage (2001, p.50), as crenças e perspectivas incluídas nas notícias “não são mais as do indivíduo que a produzia, mas a da coletividade hoje produtora, cujas tensões refletem contradições de classe e de cultura”.

Considerando este histórico do jornalismo, é possível afirmar que o público espera que as notícias apresentem mais informações do que opinião, como se as informações estivesse mais próximas de uma suposta verdade. No entanto, esta verdade apresentada pelos jornalistas só ganhará sentido social quando validada pelo público, a partir do momento em que esta vier ao encontro dos seus conhecimentos e

expectativas. Desta forma, as críticas publicadas no dossiê sobre a polêmica do livro didático mostram que os jornalistas não se preocuparam em ser imparciais, pois compartilham com a maior parte do público leitor a ideia da existência de uma língua “correta” e a execração de qualquer variedade que fuja do senso comum, noções enraizadas no senso comum. Numa cultura de supervalorização da gramática normativa, do chamado “português correto”, especialmente pelo fato da elitização da língua (BAGNO, 1999), o jornalismo teria investido em declarações descritivas de partes do livro e na exposição de juízos de valor que colocavam em xeque a qualidade da publicação. Para os críticos, o jornalismo nacional optou por defender a concepção de língua proposta pelos gramáticos e condenar o entendimento dos linguistas; defendeu a gramática tradicional sem ao menos dar espaço para o entendimento das variedades linguísticas do português brasileiro. Por fim, opinou mais do que informou, não explicando as razões teórico-didáticas do capítulo tão amplamente criticado. Para os críticos, os jornalistas foram, portanto, parciais – baseando a sua parcialidade no senso comum sobre a questão.

Frases como “nós pega o peixe” (...) causaram a indignação de jornalistas (p.5)

Li na imprensa, vi nos blogs e ouvi no rádio do carro vozes, desde sentenciosas a sardônicas e sarcásticas, dizendo que se tratava de uma descarada proposta de ensino do português pelo método invertido, preconizando o erro de concordância, o desvio sintático e o assalto à gramática (p.26)

E na discussão se leu de tudo, analistas com julgamentos definitivos sobre a questão, acadêmicos soltando sentenças condenatórias, jornalistas atirando flechas na miragem (p.30)

O pessoal pegaram pesado. Da esquerda à direita, passando por vários amigos meus, a imprensa foi unânime em atacar o livro didático "Por uma Vida Melhor", de Heloisa Ramos (p.36)

A depender do zelo idiomático de meus colegas da imprensa, ainda estaríamos todos falando o mais castiço protoindo-europeu (p.38)

Foi o suficiente para que políticos, jornalistas, intelectuais e professores manifestassem toda a sua perplexidade e indignação. (...) Chama a atenção, em primeiro lugar, o açodamento e

leviandade de alguns posicionamentos, que revelaram que seus autores sequer se deram ao trabalho de ler o livro. p.47

Quando os jornalistas bradam contra a teoria sociolinguística que recomenda a discussão na escola dos nossos modos de falar e de escrever, estão ecoando valores muito arraigados. p.59

O livro faz parte do Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação, e vem sendo execrado por diversos jornalistas e outros moralistas, sob a acusação de que a obra orientaria professoras ensinarem o “português errado” a seus alunos, em detrimento do que consideram o “bom e correto” uso da língua. (p.76)

Além disso, ao contrário do que levemente alegam os que querem censurar o livro, a publicação foi aprovada não pelo MEC, mas por um longo e democrático processo de avaliação. Por incrível que possa parecer, é exatamente isso que vem irritando alguns jornalistas e pseudointelectuais. (p.76)

Em jornais, emissoras de tevê e meios eletrônicos o livro, seus autores e o próprio MEC foram crucificados. Colunistas renomados esbravejaram. É um livro “criminoso”, atestou Clóvis Rossi, na Folha de S. Paulo. Dora Kramer, no Estadão de terça-feira, aproveitou para atacar Lula (p.78)

Era o que faltava para que setores da grande mídia e alguns intelectuais de plantão vociferassem aos quatro cantos que o MEC está distribuindo livros didáticos que preconizam erros gramaticais. (p.91)

Os críticos do dossiê identificaram de duas formas esta suposta parcialidade da imprensa nacional na apresentação da polêmica, através da qual era possível identificar a opinião/posição dos jornalistas sobre o caso. A primeira delas era o tom indignado das notícias. Um jornalista que se queira demonstrar imparcial, que não quer demonstrar a própria opinião na notícia, não pode transmitir *indignação*. E foi exatamente o que os jornalistas fizeram do ponto de vista dos críticos. Os profissionais da imprensa teriam sido *unânimes em atacar, em execrar, em crucificar e esbravejar contra o livro e todos os outros envolvidos no processo*, desde os autores até mesmo o Ministério da Educação e o Programa Nacional do Livro Didático. Os jornalistas atuaram como

outros setores da sociedade deixando transparecer a *perplexidade e o considerado zelo idiomático com o Português* – dando a entender a defesa de uma linguagem específica. Além disso, os profissionais de comunicação teriam usado e abusado do tom *sardônico e sarcástico* em entrevistas e comentários. Eles não tinham interesse em apresentar fatos que gerassem um entendimento sobre o caso. A parcialidade e a opinião eram, para os críticos, evidentes no discurso jornalístico que, supostamente, deveria ser isento.

Para os autores do dossiê, a segunda maneira pela qual era possível identificar uma opinião antecipada dos jornalistas sobre o livro didático e os seus envolvidos relaciona-se com o caráter de julgamento da maioria das notícias. As críticas sugerem que o jornalismo agiu como se fosse uma espécie de juiz. Jornais e jornalistas teriam sido *sentenciosos*, teriam agido como *analistas com julgamento definitivos sobre a questão*. No entendimento coletivo, não poderia haver, na imprensa, um julgamento antecipado dos fatos. A ela, caberia apenas apresentar as informações de uma maneira mais ampla possível. O público, com base nas informações, é quem deveria tirar as suas próprias conclusões. No caso da polêmica do livro didático, pareceu aos críticos que a sentença já estava dada.

(2) Ausência de fontes

O jornalismo deve ouvir os vários lados da mesma história. Ainda que os jornalistas sejam lembrados como testemunhas oculares de fatos, as notícias não são compostas apenas daquilo que estes profissionais viram ou ouviram; são também produto do que outras testemunhas oculares presenciaram ou de especialistas e membros de diferentes setores da sociedade que compartilham seu conhecimento com os jornalistas e leitores. Estas pessoas são popularmente conhecidas como entrevistados. No jargão jornalístico, são chamadas de fontes.

Em outras palavras, pode-se dizer que o jornalismo não necessariamente persegue informações capazes de serem transformadas em notícias. Pelo contrário, ele recebe muita informação e precisa saber selecionar, por meio dos critérios de noticiabilidade, o que interessa ao seu público. Pode-se afirmar que parte significativa do que é publicado e divulgado em diferentes veículos de comunicação chega às redações através de diferentes pessoas, com interesses diversos, como assessores de imprensa, anunciantes, fontes de confiança de jornais e jornalistas. Conforme Sousa (2001, p.63), “grande parte das informações jornalísticas não existiria sem fontes de informação”. Ou seja, o

jornalista, muitas vezes, torna-se dependente de quem tem informações privilegiadas e, outras tantas, necessita entrar em um processo de negociação para conseguir tais informações e transformá-las em notícias. A maioria das notícias, portanto, não necessariamente surgiria como acontecimentos, como popularmente se acredita, mas passaria por um processo de apresentação e escolha.

Os fatos não se apresentam sozinhos às mãos dos atarefados jornalistas encarregados de escolhê-los para publicá-los ou jogá-los no lixo. A regra é que os fatos a que se dará forma de notícia foram previamente escolhidos e isolados dos processos, de alguma “ação em marcha”, pelos interessados em que o fato seja conhecido (GOMIS, 2004, p.103).

As fontes, em função das múltiplas origens e interesses, têm sido classificadas de forma diferente: podem ser caracterizadas como internas ou externas aos jornais (podendo ser também mistas); oficiais ou não oficiais, ou seja, falando oficialmente ou não em nome de órgãos reconhecidos; oficiosas, ou melhor, extraoficiais, que mantém alguma relação com determinados órgãos sem responder por eles; e ainda fontes informais, que podem dar a sua opinião ou versão dos fatos, sem necessariamente fazer parte deles (SOUSA, 2001). Teorias do campo da Comunicação indicam que jornalistas trabalham com uma escala de credibilidade das fontes, valorizando e desvalorizando a informação que recebem dependendo do lugar que elas ocupam na hierarquia social. É destas fontes que estes jornalistas são dependentes: geralmente institucionais, regulares e credíveis (SOUSA, 2001). De acordo com Hall (1999, p.229), determinados grupos dentro da sociedade têm “um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos media por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas”. Os assessores de imprensa de políticos e grandes empresas seriam um exemplo de fontes que fazem parte desta prática. Pessoas com este acesso privilegiado à imprensa são conhecidos como definidores primários dos tópicos que podem se tornar notícias.

Apesar de haver tal escala de credibilidade, o nível de confiabilidade de determinada fonte não deveria alterar o procedimento padrão do jornalismo, que seria o de entrevistar diferentes fontes com pontos de vista e versões diversas sobre o mesmo assunto. Sousa (2001, p.63) expõe que, “as fontes devem ser sempre contrastadas, ainda que a

resposta a publicar seja que a entidade se recusou a prestar declarações. Também se deve fazer contrastação de fontes por rotina”. Independentemente do assunto – e sobretudo quando o tema for controverso – o jornalista deve confirmar suas informações, ouvir opiniões discordantes.

(...) a responsabilidade dos meios está em verificar o fato e contrastá-lo, para o que é frequente perguntar não só a quem beneficia, mas também a quem prejudica. A notícia é uma interpretação de um fato, mas a interpretação da notícia se faz melhor se nos perguntarmos a quem beneficia ou prejudica, como pista para averiguar quem pode ser a verdadeira fonte (GOMIS, 2004, p.106).

Além disso, não se pode esquecer que toda fonte possui interesses diversos. Aos jornalistas – e também aos leitores e críticos – cabe “perguntar quem contou o fato e com que interesse” (GOMIS, 2004, p.106).

Lage (2001), porém, considera que este procedimento de “ouvir os dois ou mais lados da mesma história” mais ajuda o jornalismo a preservar a sua credibilidade perante o público do que realmente confirma um interesse por parte dos profissionais da Comunicação em mostrar mais de um ponto de vista na mesma matéria. Segundo ele, os jornalistas “para evitar as acusações correntes de sensacionalismo ou subversão, ora se exageram ou amesquinham as notícias, ora se cuida de obter uma interpretação conveniente, o que no jornalismo à moda tradicional é conseguido através de um especialista ou um técnico, certamente imparciais” (LAGE, 2001).

Do ponto de vista do dossiê sobre a polêmica do livro didático, este procedimento de ouvir os muitos lados da mesma história não foi seguido pelos profissionais da imprensa brasileira – nem para averiguar a melhor informação, como sugerem Gomis (2004) e Sousa (2001), nem para preservar a credibilidade do jornalismo, como indica Lage (2001). Os críticos advertem a escassez de fontes especializada na área da Linguística e da Educação para explicar a baixa qualidade do material jornalístico analisado. Observa-se, no entanto, que a questão foi abordada de maneira sucinta no documento online: dos 48 passagens nos quais há uma crítica explícita à imprensa, apenas em três utilizam este critério de maneira mais explícita, sendo que dois destes textos eram notas públicas de associações de linguistas.

A Associação de Linguística Aplicada do Brasil expressa seu repúdio à atitude autoritária e uníssona de vários veículos de imprensa em relação à concepção deturpada de “erro” (p.6)

Diante de posicionamentos virulentos externados na mídia, alguns até histéricos, a Associação Brasileira de Linguística – Abralín vê a necessidade de vir a público manifestar-se a respeito, no sentido de endossar o posicionamento dos linguistas, pouco ouvidos até o momento (p.7)

A imprensa tem feito verdadeiro estardalhaço a respeito do livro Por uma Vida Melhor, indicado pelo Programa Nacional do Livro Didático. Jornais e revistas de circulação nacional se manifestaram contra o livro (e, por extensão, contra o MEC e o ministro Haddad), abrindo espaço para a opinião de vários ‘especialistas’: integrantes da ABL, jornalistas, escritores, autores de manuais de redação e estilo... Curiosamente, nenhum linguista foi chamado por esses mesmos canais de comunicação para dizer o que pensa (p.67)

Nestas pequenas passagens nos quais a questão das fontes vem à tona do dossiê, a principal crítica se refere à ausência de profissionais do campo da Linguística entre os entrevistados pela mídia. Os analistas consideraram o jornalismo praticado sobre o caso *uníssonos*, ou seja, ouvindo apenas um lado da história. Alega-se que os linguistas e outros especialistas com conhecimento técnico sobre o assunto em pauta *foram pouco ouvidos*. Em determinadas passagens, reagem dizendo que *nenhum linguista foi chamado (...) para dizer o que pensa*. Os jornalistas teriam sido *autoritários* ao não abrir o debate para os linguistas.

Como os fragmentos foram colhidos de notas públicas de associações de linguistas, torna-se compreensível tal cobrança. De certa forma, o tom da crítica advém do seu lugar de fala, do seu lugar de origem: os profissionais deste ramo se sentiram afetados diretamente pela ausência dos seus pares no noticiário, especialmente por ser um assunto do campo científico do qual fazem parte. Na opinião deles, a entrevista com algum linguista, membro ou não da associação, poderia ter contribuído para a discussão – até mesmo esclarecido aquilo que consideram uma confusão da mídia. Do ponto de vista das críticas, portanto, seria possível dizer que o jornalismo sobre a polêmica do livro didático deixou de lado uma das práticas profissionais que os veículos de comunicação gostam tanto de enfatizar: ouvir o outro lado da

história.

(3) Desinformação

A informação correta é a principal matéria-prima do jornalismo. Como discutido anteriormente, em determinados casos, os jornalistas podem correr atrás da informação que precisam ou esta pode chegar até os profissionais através de diferentes pessoas, interessadas no poder de divulgação da mídia. Independentemente da fonte, observa-se que a informação e as suas múltiplas trocas são as razões da existência da imprensa. Por conta disso, não haveria crítica maior a esta atividade do que acusar jornalistas de serem *desinformados* ou ainda de propagar a desinformação. Mas o que seria exatamente essa desinformação?

De acordo com Gomis (2004), a desinformação pode ser muitas vezes confundida com uma informação, pois ambas tendem a diminuir, no receptor, o estado e o grau de incerteza sobre a realidade. Contudo, apesar de a desinformação dar ao leitor/ouvinte/telespectador a sensação de que está recebendo mais e novas informações e, de certa forma, tendo um panorama geral de uma realidade distante da sua, o que ocorre é justamente o contrário: ela ajuda a criar uma realidade inexistente, que passa a ser entendida como verdadeira. Ou seja, ao invés de esclarecer determinada situação ao público leitor, ela tende a enganar o receptor.

O que desinforma atua com a intuição de diminuir, suprimir ou impedir a correlação entre a representação do receptor e a realidade do original. Contra os interesses do receptor, habilmente enganado, a representação da realidade que faz o receptor não é a realidade mesma, mas a realidade que o emissor trata de vender-lhe como boa (GOMIS, 2004, p.112).

A desinformação pode surgir na mídia por meio da indicação de uma fonte com interesses específicos, que já apresenta a informação distorcida ao veículo de comunicação, ou ainda pode ter sido formulada, intencionalmente ou não, pelo próprio jornalista, no processo de definição e apuração da pauta. Em geral, ela produz efeito quando o receptor desconhece por completo a realidade apresentada de maneira distorcida – pois ele passa a tomar como verdade aquela realidade apresentada através dos meios de comunicação (GOMIS, 2004).

Para agravar, no caso específico da polêmica do livro didático,

observa-se que as informações divulgadas também tinham uma conotação científica, ou seja, dependia da compreensão das decisões teórico-didáticas no processo de formulação do livro e a explicação deste assunto numa linguagem coloquial, do senso comum. Havia a necessidade de explicar de forma simplificada o fato. O jornalismo, contudo, parece um tanto quanto de mãos atadas, tendo em vista que encontra obstáculos no que se refere à possibilidade de informar detalhadamente procedimentos e conhecimentos científicos, principalmente pelas exigências da rotina diária do noticiário. Nas palavras de Lage (2001, p.153), “o aprofundamento da investigação jornalística é generalizada abertura ao senso comum, mas também caminho único para a exploração do objeto”. Ou seja, o detalhamento exigido do jornalismo por parte das ciências impossibilitaria a produção jornalística. Assim, havia informações de difícil transposição para a linguagem do senso comum e o próprio desconhecimento do público leitor desta realidade específica, o que tenderia a potencializar a desinformação. Portanto, “os eruditos queixam-se da superficialidade dos jornais, lamentam o laconismo das notas de rádio e flashes de televisão, esperam livros que talvez não leiam” (LAGE, 2001, p.153). A reclamação repete-se com frequência, como virá a ocorrer no caso analisado.

Consideraram que a críticas que vêm sendo difundidas pelos meios de comunicação são infundadas, além de contribuírem para o preconceito e a discriminação social (p.10)

A polêmica provocada pela publicação na imprensa de trechos do livro de Heloísa Ramos nasce da defasagem entre a visão do ensino da língua materna cultivada pelo senso comum e uma pedagogia desenvolvida com base na linguística (p.18)

Vimos o Jornal Nacional colocar uma das autoras do material em posição humilhante de ter que se justificar por ter conseguido fazer uma transposição didática de um assunto já debatido há tempos pelos grandes nomes da Linguística do país – nossos mestres, aliás (p.60)

O jornalista Clovis Rossi afirmou que a língua que ele julga correta é uma “evolução para que as pessoas pudessem se comunicar de uma maneira que umas entendam perfeitamente as outras” e que os professores têm o baixo salário justificado por “preguiça de ensinar” (p.60)

Ficamos todos perplexos pela falta de informação desses jornalistas, pela inversão de realidade a que procederam, e, sobretudo, pelo preconceito que despejaram sem pudor sobre seus espectadores, ouvintes e leitores, alimentando uma visão reduzida ao senso comum equivocado quanto ao ensino da língua (p.60)

*A versão trazida pelos jornais sobre a defesa do "erro" em livros didáticos, e mais especificamente no livro *Por uma vida melhor*, é uma ofensa a todo trabalho desenvolvido pelos linguistas e educadores de nosso país no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa (p.60)*

Vimos, com isso, a humilhação que a academia e que os estudos sérios e profundos podem sofrer pela mídia desavisada (ou maldosa). O poder da mídia foi assustador (p.61)

Ironicamente, pedimos para a mídia se informar (p.62)

Uma das maiores ajudas com as quais contamos é a dos jornalistas. Pedimos que procurem conhecer as teorias atuais da Educação, do ensino de língua portuguesa e da prática que vem sendo proposta cotidianamente no Brasil. Pedimos que leiam muito, informem-se. Visitem escolas públicas e particulares antes de se proporem a emitir opinião sobre o que deve ser feito lá (p.63)

A sociedade, no caso, os jornalistas – até mais que os normatistas – condenaram um tipo de conteúdo, a variação linguística, que faz parte há mais de quinze anos dos livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado, avaliado se aprovados pelo MEC. Estão, no entanto, mal informados (p.79)

Faz mais de 15 anos que os livros de português disponíveis no mercado abordam a variação linguística e seu tratamento na sala de aula. Mas tudo bem. Esse tipo de erro crasso na imprensa chega a ser normal (infelizmente), quando se desconhece do que se está falando (p.87)

Mas que com essa “chancela para ignorância” dada pela mídia a comentários de pessoas que estão totalmente alheias aos problemas estruturais de nossa educação, parece que não adiantar falar isso (p.88)

E assim caminha a humanidade (e nossa imprensa preconceituosa e desinformada) (p.88)

Depois de tanto alarde sobre o livro Por uma vida melhor, do ensinar “errado”, dos absurdos que a mídia fez questão de propagar e que disseminou nas redes sociais numa linguagem também “errada” – triste paradoxo da imprensa – fica a pergunta: o que fazer para formar alunos com competência textual? (p.89)

Uma imprensa que propaga a *falta de informação* sobre o tema que aborda, *que desconhece do que se está falando*, que *não procura conhecer* mais a fundo sobre o assunto que publica, que está *alheia aos problemas, mal informada, desavisada*, na posição dos críticos, não pode ser uma imprensa credível. O mínimo que se espera dos jornalistas é que eles tenham a informação e a transmitam da melhor maneira ao público – o que não teria ocorrido, do ponto de vista do dossiê. Desta forma, os críticos notam e evidenciam publicamente que os jornalistas estavam desinformados. Mais: ironicamente *pedem que ela se informe, que leia muito*.

Para os críticos, mais do que esclarecer o que realmente dizia o livro didático, mais do que apresentar as decisões teórico-metodológicas dos autores e outros envolvidos na produção do livro ou ainda de apresentar opiniões contundentes para o debate sobre a língua, a mídia estaria apenas interessada na reverberação da polêmica como um “assunto do momento”, gerando leitura. Reverberação alimentada pela dificuldade de aprofundar questões que envolvem a “verdade” de outra ciência – a Linguística –, o que potencializou a desinformação propagada.

A principal questão levantada pelos críticos da imprensa no caso da polêmica do livro didático é que a desinformação, mais o que transmitir informações errôneas à população, acaba contribuindo para a reverberação de conceitos, visões e valores distorcidos. Como eles mesmos indicam, as versões infundadas sobre o caso contribuem para o *preconceito e a discriminação social, a ignorância*. Ou seja, em vez de esclarecer, eles apresentam uma *inversão de realidade*, que afeta não somente o entendimento sobre o caso, mas todo um entendimento sobre o conceito de língua e de educação na sociedade brasileira.

(4) Ausência de contexto

O jornalismo não deve ser superficial. Se existe uma crítica à qual os jornalistas precisam conviver com frequência é a acusação de que o trabalho que desenvolvem é superficial, sem aprofundamento sobre os conteúdos abordados diariamente. Em geral, exige-se que o jornalismo apresente o contexto das notícias. No entanto, utilizar este termo para avaliar produtos midiáticos, especialmente, jornalísticos, ainda é bastante controverso.

Não há, no campo da comunicação, pesquisas consolidadas capazes de definir o que seriam (ou não) notícias contextualizadas. Em geral, tende-se a entender contexto como um aprofundamento sobre determinado tema ou até mesmo uma investigação mais demorada sobre um assunto em pauta. Esse entendimento, contudo, frequentemente colide com o próprio modo de operação do jornalismo. Por lidar com questões factuais, jornalistas precisam produzir novas notícias em um curto espaço de tempo, envolvidos em um prazo conhecido como *deadline*. Assim, o trabalho jornalístico é associado a “uma atividade prática diária, cujo ritmo exige uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas” (TUCHMAN apud TRAQUINA, 2005). A apresentação de informações de maneira ampla e aprofundada seria contraditória à própria essência da atividade jornalística, que teria como função entregar em primeira mão o furo ao público leitor, ainda que esta entrega fosse de informações prévias e até mesmo superficiais. Em determinados casos, uma apresentação mais completa dos assuntos abordados nas notícias poderia aparecer com mais clareza em reportagens ou programas especiais.

Uma possibilidade de esclarecer o que poderia ser encarado como ausência ou presença de contexto em notícias seria utilizar alusões do termo já testadas em outras áreas ou dentro do campo da Comunicação, porém, com objetivos diversos. É o caso do termo *contexto* no protocolo metodológico de análise da cobertura jornalística (ACJ), proposto por Silva e Maia (2011). De acordo com as pesquisadoras, uma cobertura jornalística poderia ser analisada em três níveis diferentes: marcas de apuração, relacionadas à forma de cobertura do evento (local, envolvidos, fontes); marcas de composição, que envolvem características do produto (gênero, diagramação e recursos visuais); e, a que interessa aqui, marcas de contexto, divididas em contexto interno e contexto externo.

O contexto interno se referiria à publicação em si, ou seja, “caracterização visual, editorial do veículo/empresa (...) perfil da

redação, rotinas, abrangência, tiragem, formato do produto” (SILVA e MAIA, 2011, p.31). Utilizando esta concepção como analogia ao processo de produção e contextualização da notícia, o contexto interno busca informações básicas, ou seja, a apresentação de um panorama geral sobre o objeto investigado. Já o contexto externo apresentaria a “caracterização do tema/acontecimento/assunto específico da cobertura e da conjuntura sócio-histórico-cultural envolvente” (SILVA e MAIA, 2011, p.31). Ou seja, seria a relação do texto com tudo o que está ao seu redor. Conforme explica Silva e Soares (2012, p.84), o contexto externo precisa “relacionar a produção à influência de forças conjunturais”. Este, se comparado com o contexto interno, exige do jornalismo uma complexidade maior, bem como maior tempo de apuração. Ao mesmo tempo, acaba por gerar maior credibilidade para a notícia e para o veículo de comunicação.

Outro campo que busca definições do que pode ser contexto é o da linguagem, com a qual o jornalismo mantém laços. De acordo com Rodrigues (2014), contexto é um dos tópicos mais difíceis de definir neste campo de estudo. Segundo ele, “todos os autores aceitam hoje que o contexto dos enunciados intervém, de uma maneira ou de outra, na constituição do sentido, mas a natureza desta intervenção é difusa e a sua dimensão é incomensurável”. O contexto, no campo da linguagem, levaria em conta dois pontos: a situação enunciativa – no caso do jornalismo, a relação entre jornalistas e leitor – e aspectos extralinguísticos desta relação, como informações prévias sobre o próprio tema ou até mesmo deduções, reais ou imaginárias sobre o texto ou o tema em si. Em ambos os casos, o contexto externo está interconectado com os sentidos que o assunto já tem ou terá em sociedade. Em função disso, o contexto está conectado com a ideia de mapas culturais, de Hall et al (1999), ou seja, o compartilhamento de significados, do entendimento sobre determinado assunto por diferentes setores da mesma sociedade.

Além do aspecto de contexto, o campo da linguagem também convive com a existência – ou, em determinados casos, a inexistência – do contexto, ou seja, “a intervenção das unidades verbais que fixam a significação das outras formas linguísticas presentes num mesmo texto” (RODRIGUES, 2014)⁵⁶. Em outras palavras, sugere-se que determinados termos linguísticos, dentro de um texto, só ganham o sentido definido pelo autor e decodificado por um leitor quando

⁵⁶Disponível em http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=847&Itemid=2

conectados com outros termos existentes no mesmo texto. Desta forma, a partir do momento em que os jornalistas editam falas, eles correm o risco de eliminar o *cotexto* da notícia.

No caso da polêmica do livro didático, os críticos da imprensa lastimam que o jornalismo apresentou informações desconectadas ao público.

É impressionante como observações avulsas, sem contexto, eivadas de um desconhecimento feroz tanto do livro em si como de seu pressuposto linguístico, podem rolar pelo país como uma bola de neve, encher linguiça de jornais, revistas e noticiários e até mesmo estimular o “confisco” do material pela voz de políticos (p.19)

Para o linguista Sírio Possenti, professor da Unicamp e colunista de Língua, a celeuma com o livro foi fruto da descontextualização. Uma página da obra teria sido “sistematicamente mal lida” pelos comentaristas (p.69)

Uma frase retirada da obra Por uma vida melhor, cuja responsabilidade pedagógica é da Ação Educativa, vem gerando enorme repercussão na mídia (p.97)

Uma frase retirada de seu contexto na obra Por uma vida melhor, cuja responsabilidade pedagógica é da Ação Educativa, vem gerando intensa repercussão na mídia (p.99)

O fato que, inicialmente, chama a atenção foi que os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente. As críticas se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas largamente citadas (p.7)

Ilustres colunistas e afamados comentaristas bateram duro em um livro, com base na leitura de uma das páginas de um dos capítulos. Houve casos em que nem o entrevistado nem o entrevistador conheciam o teor da página, mas apenas uma nota que estava circulando (...). Nem por isso se abstiveram de “analisar” (p.14)

Pior ainda: jornalistas respeitáveis e até mesmo um conhecido gramático manifestam indignação claramente apenas por ouvir dizer e não com base numa análise criteriosa do material. Não podemos senão lamentar essa irresponsável atitude de pessoas

que têm a obrigação, ao ocupar o espaço público, de seguir comezinhos princípios éticos (p.21)

O país inteiro repetiu a ficção criada, as melhores cabeças da mídia de massa embarcando em uma canoa furada, apenas repetindo o que ouviram falar (p.30)

Sem que um só tivesse ao menos lido o capítulo, deram o que lhes era pedido: condenações do livro e da autora, pela discutível vantagem de saírem em jornais e programas de TV.. dizendo bobagens (p.30)

A pergunta inquietante que tivemos foi: será que esses jornalistas ao menos se deram o trabalho de ler ou meramente consultar o referido livro didático antes de tornar públicas tão caluniosas opiniões? (p.60)

A preocupação dos senhores jornalistas, no entanto, ainda é comum. Na base de suas críticas aparecem, sobretudo, o medo da escola não cumprir com seu papel de ensinar a norma culta aos falantes. Entretanto, se tivessem lido o referido material, esse medo teria facilmente se esvaído (p.61)

Para os críticos da imprensa, as notícias sobre a polêmica do livro didático teriam se baseado em apenas *cinco ou seis frases retiradas da obra*, extraídas especificamente de um *único capítulo* e apresentadas de *forma avulsa* ao público leitor. De acordo com eles, até mesmo os jornalistas que teriam produzido e comentado as notícias *teriam lido mal ou não teriam lido* a maior parte do livro, fazendo com que reproduzissem informações incompletas e, conseqüentemente, gerassem uma repercussão negativa na mídia e na própria sociedade. Desta forma, as informações que circularam durante semanas nos principais jornais do país não teriam apresentado um panorama geral da publicação, nem as motivações dos autores para a escolha do material ou explicações sobre a metodologia que dava suporte ao livro. As notícias apresentavam, na opinião dos críticos, uma *realidade fora de contexto*, ou ainda uma *descontextualização*.

Os críticos da imprensa observam que se a imprensa tivesse informado que o livro era destinado à educação de jovens e adultos, e não para alunos em fase de alfabetização; se os jornalistas tivessem explicado que os autores da obra eram profissionais do ramo da Linguística; ou que apenas um capítulo do livro é dedicado à língua popular, sendo todo o resto voltado ao ensino da norma padrão do

Português; toda a polêmica teria se esvaído – não haveria, portanto, pauta. É da ausência deste contexto, aparentemente fácil de ser apresentado ao público, que os críticos da imprensa reclamam e acusam a mídia de omissão.

Além disso, uma notícia não apenas apresentaria a polêmica ou faria críticas ao livro isoladamente, mas poderia fazer a correlação do livro didático e seu conteúdo com parte do sistema educacional na qual está inserida; colocaria em xeque as escolhas que têm sido tomadas sucessivamente por diferentes governos; ou, num sentido contrário, faria entender o uso das variedades populares do português brasileiro. Alguns defensores do livro didático, porém, acreditam que o jornalismo deveria ter procurado mais respostas para as questões colocadas na mídia: falar sobre o embasamento teórico dos autores do livro didático; sobre as pesquisas que já foram feitas sobre o assunto; sobre os governos que implantaram o ensino das variedades linguísticas do português brasileiro. Sem estas respostas, o jornalismo praticado escancara a sua falta de contexto.

Para Baronas e Cox (2013), que avaliaram aspectos linguísticos das notícias sobre o livro didático, o cotexto do livro didático foi extirpado pela mídia a partir do momento em que as linhas amplamente divulgadas foram retiradas do texto e passaram a serem repercutidas isoladamente. Desta forma, perdeu-se a comparação que a autora do livro tentou fazer entre a linguagem popular e a norma culta, dando a entender que o livro exalta apenas a variedade popular da língua portuguesa, quando, na verdade, a maior parte do livro dedica-se a explicar as regras gramaticais. A extirpação do contexto teria interferido na comoção negativa sobre a publicação, na própria relação comunicacional entre jornalistas e público.

(...) vários apagamentos comprometem a compreensão “real” do acontecimento: o apagamento do cotexto e contexto em que os enunciados foram produzidos, a inexistência de prévia leitura do material pelos leitores do jornal, o silenciamento da voz de quem de fato participou da elaboração do material e a não explicitação das fronteiras entre os elementos alterados e criados pelos jornalistas e os elementos do próprio livro (BARONA e COX, 2013, p.76).

Como se pode observar, contexto e cotexto estão intimamente ligados. Para que possam ser usados no campo do Jornalismo, necessita-

se de um estudo mais profundo sobre estes conceitos no jornalismo, tendo em vista as raras discussões existentes sobre o tema. Investigação essa capaz de ajudar a mídia a lapidar o que pode ser considerado um critério de análise da produção jornalística contemporânea.

(3) Interpretação da realidade

Esclarecer a realidade é uma das funções do jornalismo. Conforme visto anteriormente, a principal função do jornalismo seria informar o público, sempre que possível, de forma imparcial. Esta ideia amplamente difundida no senso comum dialoga com a Teoria do Espelho, que considera o jornalismo apenas um reproduzidor da realidade tal qual ela é (TRAQUINA, 2005). Apesar de predominar no entendimento coletivo sobre a profissão, esta concepção também deixa brechas para que, paradoxalmente, também se enxergue o jornalismo como uma espécie de intérprete da realidade. Diante do curioso, do inesperado, do confuso, o jornalismo deveria captar a realidade e explicá-la ao público leitor. A leitura dos fatos passaria pela interpretação dos produtores das notícias, estando esta interpretação presente no processo de produção e podendo ser identificada pelos críticos e pelo público leitor no produto final.

Este reconhecimento do jornalismo não apenas como um mero reproduzidor ou transmissor da realidade, mas também como um intérprete dela, está presente nas críticas sobre a polêmica do livro didático. Ainda que algumas destas críticas argumentem a necessidade de separar fatos de opinião, retomando a visão tradicional da atividade jornalística como guardiã da verdade, elas também observam que os profissionais da área leem a realidade, selecionam e hierarquizam as informações que observam e recebem. A interpretação produzida pelos jornalistas sobre a realidade teria como base os próprios conhecimentos sobre os assuntos abordados e também os conhecimentos que os profissionais de comunicação deduzem que o público-alvo da publicação tenha sobre o assunto. Assim, os leitores e os críticos do jornalismo reconhecem, portanto, uma espécie de subjetividade na produção noticiosa.

Como intérprete da realidade, o jornalismo precisa decodificar a realidade e recodificá-la em outra linguagem para que a comunicação se estabeleça. Estas codificação e recodificação ocorrem porque “partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes”, os “mapas de significados” (HALL et al, 1999). A sociedade, assim como compartilha informações e noções sobre o que

é ou entende ser a imprensa, também compartilha com os próprios jornalistas conhecimentos sobre diferentes assuntos abordados midiaticamente. Em relação ao público leitor, os jornalistas buscam conhecer seus gostos, objetivos e afinidades, de forma que possam atingi-los de maneira mais efetiva, ou seja, para que consigam gerar comunicação. Assim, “os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de *consenso* enquanto característica básica da vida cotidiana” (HALL at al, 1999, p.227).

Na tentativa de esclarecer uma realidade confusa, os jornalistas são acusados de ter um lugar privilegiado na introdução de novos significados sobre a realidade. De acordo com Hall at al (1999), o jornalismo teria a capacidade de ajudar na construção de novos mapas de significados, tendo em vista que tem a capacidade de apresentar um novo olhar sobre determinado tema para um grande grupo de pessoas. Em outras palavras, Hall at al (1999) explica que o jornalismo teria a tarefa de tornar compreensível uma realidade problemática. “Os media definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos” (HALL at al, 1999, p.228). Para isto, haveria um “idioma público dos media”, ou seja, uma linguagem na qual o jornalismo traduz “o mundo não familiar para um mundo familiar” (HALL at al, 1999, p.228). Mais do que qualquer outra instituição, seja igreja, escola ou família, o jornalismo teria tomado para si a tarefa de esclarecer os fatos e, portanto, interpretá-los e traduzi-los.

Na esteira destas discussões, Silva e Soares (2013) propõem o entendimento do jornalismo como uma atividade de *tradução* da realidade. Assim como Hall at al (1999) indica para a existência de um “idioma dos media”, as autoras entendem que o jornalismo faz uma determinada leitura dos fatos e busca interpretá-los considerando diferentes aspectos da publicação e do público leitor. “O jornalismo, ao mesmo tempo em que se pretende objetivo e imparcial, realiza todo o tempo um trabalho de *tradução* dos fatos em relatos” (SILVA e SOARES, 2013, p.112).

Essa tradução fiel ao texto serviria para a elaboração de outro texto (a tradução do fato a ser noticiado) com base na perspectiva da cultura destinatária da notícia. Assim, a notícia

apresentada ao público em diferentes culturas pode ser considerada tradução deste fato noticioso, no sentido de representação cultural (SILVA e SOARES, 2013, p.114).

Dentro deste aspecto cultural de interpretação e tradução da realidade, o público teria um papel importante. Determinada tradução pode fazer mais sentido para um e não para outro público. Assim, a mesma notícia, então, poderia ganhar um enfoque ao falar ao grande público, mas ter uma conotação diferente para os especialistas. Conforme salientam Silva e Soares (2013), dentro de uma mesma cultura, pode haver traduções diferentes sobre um mesmo fato.

Se um mesmo fato pode ser traduzido de maneiras diferentes para diferentes públicos e, ainda assim, não pode ser considerado uma distorção do original, qual seria o principal problema da polêmica do livro didático? Para os críticos, houve uma interpretação deturpada da realidade – fruto de um desconhecimento ou de problemas de compreensão, seguido de conclusões precipitadas ou de uma interpretação forçada, a fim de causar determinado impacto na audiência. Quando se entende que os acontecimentos precisam ser compreendidos, decodificados e recodificados, observa-se que os problemas identificados nas notícias estariam atrelados a uma falha na leitura da realidade ou ainda a uma falha na tradução dos acontecimentos.

O grande incômodo, relacionado ao fato do livro relativizar o uso da norma culta, (...) retrata a incompreensão da imprensa e da população em relação ao escopo de atuação de pesquisadores (...) (p.6)

(...) a imprensa e a população continuam a interpretar de forma deturpada a proposta de ensino defendida das diretrizes curriculares (p.6)

Fico me indagando de onde é que saiu essa onda de interpretações equivocadas sobre o livro. Fico pensando nessa expressão esquisita que a imprensa tanto usa "repercutir a notícia". Parece até que a imprensa é "oral" e não "escrita". Fica repercutindo boatos, o "ouvir dizer". Isto bate num problema crônico agravado pela modernidade: a cultura auricular (o ouvir dizer). E dá-lhe boato, que vira calúnia (p.32)

A celeuma ganhou os jornais nas últimas semanas. Foi motivada por um trecho no qual se afirma que o aluno pode dizer "os livro". Parece a senha para um vale-tudo na utilização da língua. Não é, mas assim foi lido (p.54)

Nunca os órgãos de imprensa, inclusive os mais poderosos, dedicaram tanto espaço para discutir um conteúdo de livro didático, como aconteceu nas últimas semanas em relação ao tratamento de regras linguísticas variáveis em livro destinado à educação de jovens e adultos. Não me deterei nos fatos, sobejamente conhecidos. Observo apenas que, por um lado, tivemos jornalistas ilustres criticando veementemente o tratamento que o livro deu às variantes de regras de concordância nominal e verbal, com o objetivo de ensinar que há diferenças entre as modalidades oral e escrita da língua. Argumentavam os jornalistas que a escola estaria fugindo a sua função precípua, que é ensinar alunos de todos os estratos sociais a usar com competência a nossa língua materna. Gostaria de incluir aqui a refutação a essa interpretação equivocada da imprensa, mas resisto à tentação e deixo isso para um próximo texto (p.58)

Interpretação equivocada é a expressão mais utilizada pelos críticos da imprensa, que se manifestaram através do dossiê, para indicar o principal problema do noticiário sobre a polêmica do livro didático. A mídia em geral teria transmitido durante dias e até mesmo semanas uma *visão equivocada* sobre livro e, conseqüentemente, sobre a ciência conhecida como Linguística. De acordo com os pesquisadores, principais críticos do caso, teria havido por parte dos jornalistas uma *incompreensão generalizada* sobre o assunto e, em determinados casos, de forma consciente ou não, uma *deturpação* do tema e também do conteúdo do livro.

Quando os críticos assinalam *incompreensão*, de certa forma eles criticam o já estabelecido mapa de significados sobre o conceito de língua, no senso comum e compartilhado entre jornalistas e público. As informações propagadas na mídia reiteram visões do público leitor desta mesma mídia: não se aceita e não se entende o que são as variedades linguísticas do português brasileiro ou como isto poderia ajudar no aprendizado da Língua Portuguesa dentro da sala de aula. A questão é que os especialistas em linguagem podem aceitar o fato de a sociedade ignorar a existência das variedades linguísticas e estudos sobre o assunto. No entanto, eles não são tão complacentes com os jornalistas.

Eles esperam que mais do que reiterar as visões já existentes na sociedade, que os jornalistas possam interpretar, explicar e, por fim, traduzir uma realidade mais complexa para o público leitor. O que jornalismo, neste caso, não teria feito.

Destaca-se que a maioria destas críticas parte de pesquisadores do campo da Linguística e da Educação e, portanto, comparam o entendimento pelo jornalismo, baseado no senso comum, e outros mais aprofundados, gerados por uma ciência, pelo *escopo dos pesquisadores*. Ainda assim, é possível dizer que a mídia não foi capaz de *traduzir* corretamente os conhecimentos desta ciência nem de explicar como as descobertas sobre o uso social da língua – chamada de Sociolinguística – foi utilizada na sala de aula, através do uso e da explicação das variedades linguísticas – *uma nova proposta de ensino*. Na tentativa de explicar essa *realidade confusa* ao leitor/telespectador/ouvinte, o jornalismo teria apenas se baseado no conhecimento prévio do público leitor sobre o assunto, propagando apenas *preconceitos, reiterando visões*, e não necessariamente apresentando uma nova visão sobre a realidade em debate.

A *interpretação equivocada* ou *deturpada* da realidade teria se tornado mais grave porque indicaria, na visão dos críticos, um descaso com própria leitura do conteúdo denunciado pelos jornalistas, ou seja, uma *não-leitura*, uma *má-apuração*. Os jornalistas, no processo de interpretação e, posteriormente, de tradução da realidade, não teriam se dado ao trabalho de ler e reler o livro, de entrevistar a autora e outros especialistas sobre o assunto. O que, pode-se deduzir, teria gerado uma má tradução – frágil e incompleta.

(4) Omissão de informações

O jornalismo não deve omitir informações do público. As notícias são um produto que, no entendimento coletivo, deveriam ajudar o público a entender a realidade em que vive. Em função disso, espera-se que jornalistas desvelem esta realidade apresentando o máximo de informações possíveis sobre ela. Omitir informações, sejam elas quais forem, mas principalmente àquelas decisivas para o entendimento de determinada realidade, pode ser visto como um problema no noticiário. Tal falha pode comprometer toda a validade da notícia e colocar em dúvida a credibilidade de um veículo de comunicação.

Abramo (2003), ao discutir o conceito de manipulação no jornalismo, já havia levantado a questão da ocultação de informações como uma falha da imprensa brasileira. De acordo com ele, a ocultação

de informações seria um processo diário da construção da notícia, estando vinculada diretamente aos critérios de noticiabilidade que definem o que é e o que não é um fato jornalístico para determinado veículo. Neste contexto, seria usual publicar determinados assuntos e outros não. É nesta brecha que se encontra a manipulação por meio do padrão de ocultação, ou, em outras palavras, a instalação de um “um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade” (ABRAMO, 2003, p.26). Ou seja, certas informações, por não se adequarem ao conceito de fato jornalístico, não teriam nunca oportunidade de se tornar notícia.

Há, contudo, outra forma de omissão de informações. Aquela que se dá nos fatos jornalísticos escolhidos para virar notícia. Mesmo quando um acontecimento diário torna-se parte do noticiário, o jornalista precisa decidir quais informações sobre o fato são ou não relevantes para fazer parte da notícia, ser impresso, radiodifundido, enfim, divulgado. Em geral, chama-se este processo de hierarquização de informações. No entanto, segundo Abramo (2003), esta suposta hierarquização das informações pode gerar uma manipulação via padrão de fragmentação, ou seja, quando “todo real é (...) fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados”. Um dos fatores que interferiria neste padrão de fragmentação é a “seleção de aspectos do fato”. Ou seja, “embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, um fato é decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou aspectos, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público” (ABRAMO, 2003, p. 28). É neste processo que a imprensa omite informações importantes.

De acordo com Rothberg (2010, p.54), o processo de escolha do ângulo da notícia e também a hierarquização das informações estariam diretamente relacionados com a ideia de enquadramento, ou seja, o processo de seleção, exclusão e ênfase em determinadas informações dos acontecimentos. Em geral, o público tende a encarar a feição que a notícia terá como resultado de uma “uma suposta intencionalidade de jornalistas e editores” (ROTHBERG, 2010, p.54). O autor, no entanto, explica que tais decisões não são baseadas, sempre, em fruto de uma manipulação deliberada destas informações, mas, muitas vezes, resultado de inevitáveis escolhas implícitas na produção da pauta. Malin (2013), no entanto, observa que ainda que possa existir casos de uma omissão de informações por incompetência ou ainda preguiça, não se pode negar que há omissão de informações que interessam à linha política e econômica das empresas jornalísticas.

Desta forma, as fontes, especialmente aquelas afetadas pela informação omitida, e o público leitor que teve acesso a todas as informações sobre determinado fato, incluindo àquelas não publicadas na mídia, não entendem a supressão de informações como um processo diário do jornalismo, como uma escolha de ângulos ou como uma forma de hierarquização do que é ou não mais relevante. Tal omissão é observada como um erro ou como uma falha. Há ainda casos mais evidentes, quando as informações não publicadas são percebidas por aqueles que não estão envolvidos no acontecimento. É baseando-se nesta concepção de erro que os críticos da polêmica destacam as omissões produzidas pelo noticiário sobre o caso.

O livro é destinado à EJA – Educação de Jovens e Adultos. Ao falar sobre o tema, muitos veículos omitiram este “detalhe” e a mídia televisiva chegou a ilustrar os VTs com salas de aula de crianças (p.3)

O livro (...) foi escrito por professores com experiência. (...) E a isso, em momento algum, foi atribuída a relevância devida nas notícias publicadas (p.9)

Também esses dois últimos jornalistas tentam negar a voz contrária aos seus julgamentos, dizendo que pouquíssimos foram os que se manifestaram, e que as ideias expressas no material podem ter sucesso somente entre alguns professores “mais moderninhos” (p.60)

Os críticos que se expressaram por meio do dossiê usam o termo *relevância* para questionar como o jornalista seleciona as informações que vão entrar no noticiário e aquelas que não vão. Quais critérios estes profissionais, afinal, utilizam para decidir o que vai se tornar notícia e o que não se torna; o que é importante para entender o contexto de determinada pauta e o que não é. É pelo poder da imprensa em tomar esta decisão que eles chamam os veículos de comunicação e seus jornalistas de *autoritários*.

As críticas observam que o que é tratado pela imprensa apenas como um *detalhe* é fundamental para entender o contexto da obra amplamente condenada. Para os críticos, não é apenas um detalhe o fato de que a publicação é destinada a alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pelo contrário, esta informação ajuda a entender que a reflexão sobre o uso de língua culta e língua popular destina-se àqueles que já têm uma vivência própria de vida e não a

estudantes que estão em processo de alfabetização ou ainda em fase de formação.

As notícias, segundo o dossiê, também ignoram o grupo de pesquisadores e professores envolvidos na pesquisa e disseminação do estudo social da língua. Omitem que o livro passou por um processo de seleção, também por professores com formação acadêmica e titulação – além de, já como dito anteriormente, não dar espaço para estas vozes no noticiário. Ainda insistem em informar que um pequeno grupo de pesquisadores e professores adota as variedades linguísticas, deixando de lado a informação de que os estudos nesta área são debatidos há décadas dentro das universidades.

Torna-se, no entanto, complexo dizer se tais omissões se deram de maneira ciente, ou seja, foi intencional ou fruto, como afirma Malin (2013), de uma preguiçosa apuração dos fatos. O próprio dossiê não chega a uma conclusão, já que os críticos se dividem: para alguns, há um pacto entre as elites e a mídia, de forma a desconsiderar a fala que dos mais pobres; enquanto para outras a imprensa é simplesmente incompetente no que faz.

Considerações parciais

A localização de fragmentos nos textos do dossiê sobre a polêmica do livro didático com referências diretas ao jornalismo e à cobertura do caso, o agrupamento destes mesmos fragmentos por temas, seguido de descrição e análise, permitiram inferir alguns critérios de crítica de mídia noticiosa. Destaca-se que estes critérios aqui identificados foram utilizados pelo público leitor para argumentar sobre diferentes aspectos das notícias, ou seja, foram usados por aqueles que não estão diretamente envolvidos no processo de produção para avaliar a mídia noticiosa. Os critérios, portanto, expõem uma visão que a sociedade tem sobre o que é ou o que deveria ser o jornalismo. Entre os critérios encontrados estão: opinião x informação; ausência de fontes; desinformação; ausência de contexto; interpretação da realidade; omissão de informações.

A identificação destes seis critérios nas falas críticas publicadas no dossiê sobre a polêmica do livro didático permite a confirmação daquilo que já havia sido exposto por Braga (2006): quando a sociedade se expressa sobre os produtos midiáticos, incluindo as notícias, ela faz uso de alguns critérios para avaliar estes produtos. Estes critérios, no entanto, não são necessariamente utilizados de maneira sistematizada. Como foi possível observar, eles estão dispersos nas diferentes falas.

Algumas críticas podem utilizar todos os critérios aqui observados para analisar as notícias, enquanto outras se atêm apenas a um deles para avaliar os produtos da mídia noticiosa. Um critério, portanto, pode ser utilizado em determinada crítica, mas não ter nenhuma menção em outra. Além disso, dentro de cada um dos textos críticos, os critérios aparecem de maneira não organizada, por vezes de forma ostensiva, por vezes de forma sucinta. Utilizando um determinado critério, um crítico pode optar por descrever e explanar detalhadamente os problemas da notícia, enquanto outro pode utilizá-lo para comentar rapidamente a notícia e expor a sua própria opinião. Em função desta falta de uniformidade na produção crítica, estes critérios acabam não se tornando explícitos para o público leitor das críticas – o que pode dificultar o próprio processo de produção da crítica bem como a sua leitura. Por isso, a tentativa aqui foi de identificá-los e, de alguma forma, organizá-los.

Estes critérios não sistematizados de crítica de mídia podem ser chamados de impressões, uma vez que se trata de impressões que as pessoas têm sobre o que é o jornalismo na sociedade atual. Ou, como afirma Benetti (2007), os leitores acionam o conhecimento prévio que têm sobre aquilo que supõem ser o jornalismo e, a partir deste conhecimento, avaliam e legitimam ou não determinado produto como tal. Este entendimento sobre o jornalismo, que vai gerar as impressões no momento de avaliação das notícias, é composto, na verdade, de expectativas com relação à profissão e à produção destes profissionais. A sociedade processa as expectativas que tem sobre aquilo que considera ser a função do jornalismo na sociedade contemporânea e avalia os produtos. É neste processo que se legitima o texto como notícia, ou, em outros termos, que se consolida a credibilidade do produto jornalístico. Baseando-se nas críticas analisadas, é possível dizer que a sociedade presume que o jornalismo pode oferecer informações novas e verídicas, sem se deixar levar por influências pessoais ou de terceiros; que a imprensa pode ser capaz de apresentar os diferentes lados da mesma história e explicar, de maneira clara, aquilo que não é do conhecimento do público. Destaca-se que boa parte destas impressões e expectativas são compartilhadas entre diferentes públicos, leitores de diferentes veículos. Fazem parte, portanto, de uma espécie de entendimento coletivo sobre o jornalismo na sociedade. Para usar um termo de Hall et al (1999), este entendimento funcionaria como um “mapa cultural” sobre a própria atividade jornalística. Por isso, muitas vezes, estes critérios aparecem repetidamente em diferentes críticas e podem, em determinados casos, recair sobre os estereótipos da própria

profissão.

É interessante observar também que este entendimento coletivo sobre o jornalismo, comum a diferentes públicos, também é compartilhado com os próprios profissionais da área. A sociedade tem essa visão do jornalismo porque esta mesma visão é reiterada nas universidades e nas redações, integrando o que pode ser chamado de imaginário da profissão. Com a intenção de se legitimar perante o público, os jornalistas transmitem parte deste imaginário para o público leitor. Por isso, tais impressões, baseadas em expectativas e opiniões da sociedade sobre o jornalismo, por vezes apresentam também nuances de ordem técnica, pois são compostas deste compartilhamento entre a produção e a recepção. Desta forma, impressões manifestadas pela sociedade e critérios de ordem técnica podem vir a se sobrepor nas críticas. É o caso de critérios que observam a quantidade de fontes, a omissão de informações, a parcialidade do jornalista, entre outros.

Apesar de ter sido possível encontrar alguns critérios nas críticas publicadas no dossiê e refletir sobre o seu uso, é preciso reconhecer a fragilidade do material. Os critérios encontrados podem ser considerados úteis para analisar o jornalismo, mas a forma fragmentada e não sistematizada como eles foram localizados no corpus expõem a dificuldade de se encontrar e de se produzir crítica de mídia noticiosa. Não foi possível identificar, por exemplo, um único texto crítico que reunisse os principais problemas e possíveis acertos da cobertura midiática sobre a questão do livro didático. Para buscar uma compreensão mais panorâmica sobre o caso, foi preciso recorrer aos 47 textos publicados sobre o assunto e, em meio às opiniões sobre a mídia em geral e sobre o próprio tema da notícia, identificar as 47 passagens que tratam em específico de jornalismo. Portanto, a crítica se apresenta hoje fragmentada. Alguém interessado na leitura crítica da mídia precisaria reunir estes fragmentos para buscar a compreensão sobre os produtos e as coberturas da mídia noticiosa. Vale dizer que ao evidenciar esta fragmentação como um ponto negativo não significa dizer que a crítica deva fazer uso de todos os critérios; nem que a crítica não possa ser múltipla e até mesmo expor pontos de vistas diferentes sobre o mesmo produto. Observa-se apenas que a fragmentação da crítica indica que não há um processo de produção crítica sistematizado, que muito interessa ao estudo acadêmico. Além da inexistência dos critérios, a produção textual crítica se mostra semelhante a um artigo de opinião geral, não se consolidando como gênero textual. Na tentativa de contribuir com esta discussão, investe-se no próximo capítulo em um exercício de crítica de mídia noticiosa com o objetivo de investigar os

critérios e o modo de operação da crítica. Esse exercício será feito justamente com o material noticioso que originou toda a polêmica – as notícias sobre o assunto publicadas no *Portal iG*, concentradamente no mês de maio de 2011.

CAPÍTULO 3 – EXERCÍCIO DE CRÍTICA DE MÍDIA NOTICIOSA

3.1 Para além das impressões

As análises teóricas e empíricas apresentadas até o momento têm buscado evidenciar o jornalismo, em especial as notícias, como um produto cultural, aqui entendido como produtos e práticas significativas elaboradas pelo homem, que recebem e difundem sentidos a partir da circulação e da interação com diferentes membros da sociedade (WILLIAMS, 1992, p.13). A identificação de seis critérios de crítica do jornalismo utilizados pelo público – opinião x informação; ausência de fontes; interpretação da realidade; omissão de informações; ausência de contexto; e desinformação –, exposta no segundo capítulo, revela que as notícias são o resultado da relação social entre produtores e receptores com palavras, imagens e temas. O sentido que as notícias recebem e a sua validação dependem da relação entre os produtos midiáticos e a sociedade, que analisa, interpreta, aceita ou rejeita estes mesmos produtos.

Da mesma forma que os critérios inferidos nas críticas produzidas pelo público demonstram o caráter cultural do jornalismo, eles enfatizam que estas críticas estão baseadas em impressões. Estas estão motivadas pelos desejos, interesses, interpretações pessoais de determinado público – e não necessariamente baseada em um entendimento técnico dos elementos que compõem, neste caso, as notícias. Como afirma Braga (2006), a sociedade possui os seus próprios critérios de avaliação da mídia e, a partir deles, é capaz de discutir os usos, a qualidade e a validade de determinados produtos. Este cunho impressionista não anula a qualidade destes critérios utilizados pelo público leitor, mas ratifica aquilo que já havia sido discutido no primeiro capítulo: na avaliação exercida pelo público, há uma predominância de critérios opinativos e pessoais e uma escassez de critérios do ponto de vista técnico. Sendo assim, o jornalismo carece de um repertório técnico para avaliar o produto final. São estes critérios de ordem técnica que aqui serão investigados.

Observa-se que os critérios técnicos utilizados pela crítica de arte estão direcionados a características específicas de uma obra. Na literatura, em geral, a análise se concentra em aspectos como o foco narrativo, a construção de personagens, o enredo, entre outros. A investigação remete, portanto, a detalhes do produto e não necessariamente ao meio em que determinado produto é veiculado

(BRAGA, 2006). Utilizando tal raciocínio, a crítica de mídia poderia, em sua análise, dar ênfase aos atributos específicos da mídia noticiosa, entre eles, a produção textual, a fotografia, a composição gráfica, além da angulação, da escolha das fontes. A partir da análise destes aparentemente pequenos detalhes viabiliza-se a discussão sobre os problemas, as qualidades, as motivações e os desentendimentos possivelmente ocasionados pelas notícias.

Especificamente dentro do campo do Jornalismo, quem propõe, de certa forma, a investigação sobre as características inerentes das notícias é o pesquisador alemão Otto Groth (2006). Conforme visto no primeiro capítulo, Groth considera que o estudo do jornalismo precisa investir na investigação sobre o que ele chama de unidade interior da obra ou do produto – neste caso, o produto jornalístico. De acordo com o autor, os produtos culturais teriam as suas próprias leis e, ao mesmo tempo, estariam conectados com o sentido que estas obras receberiam quando produzidas e recebidas pelo ser humano. Investigar esta unidade interior, ou o que ele chama de essência da obra, seria também o papel da crítica baseada nos critérios técnicos.

Além disso, os critérios técnicos, além de abarcar aspectos específicos das notícias, também envolvem a produção das notícias, ou seja, a tomada de decisões editoriais de jornais, revistas e sites. Não que o processo em si necessite ser analisado, mas é preciso considerar que o produto é resultado de uma construção, que envolve diferentes fatores. Como já visto no segundo capítulo, as marcas do processo de produção da notícia não desaparecem no produto final (SILVA e MAIA, 2011). Pelo contrário, são deixadas pistas sobre as decisões do processo de produção no próprio texto. Vale destacar que a tomada de decisões, ligada aos aspectos técnicos das notícias, não se aparta do caráter cultural do jornalismo, são eles mesmos opções culturais. Enquanto as impressões do público leitor foram provocadas pela sua relação com o produto jornalístico, os critérios de ordem técnica são compostos do vínculo entre os produtores de conteúdo e as notícias. Os jornalistas, editores, fotógrafos e outros profissionais envolvidos no processo de produção ressignificam, a partir das suas próprias vivências e conhecimento, as palavras, as imagens e os temas que recebem (das fontes), que captam em campo e transformam em notícias.

Outro fator importante ao propor a investigação de critérios técnicos de análise dos produtos jornalísticos envolve as reflexões sobre a função da crítica, conforme discutido no primeiro capítulo a partir das colocações de Eagleton (1992). A história de produtos culturais, e mais especificamente da crítica literária, demonstra que a especialização do

crítico profissional fez com que ele se tornasse distante das chamadas questões da rua. Ou seja, quanto mais focado no seu objeto, mais o crítico se afastava dos interesses da sociedade. Este processo fez com que a crítica perdesse qualquer influência sobre a sociedade na qual estava inserida, não conseguindo dialogar com aqueles que não pertenciam ao círculo de intelectuais. A elaboração de um repertório de critérios voltado à crítica da mídia noticiosa não deve se distanciar completamente dos interesses, concepções e necessidades da sociedade que consome estes produtos. Por isso, a necessidade de se compreender as impressões e inferir critérios de ordem técnica.

De certa forma, dar ênfase ao jornalismo como um produto cultural e, a partir desta ênfase, propor uma crítica de mídia noticiosa é uma tentativa de dialogar com aquilo que hoje interfere no dia a dia das pessoas. Se nos primórdios da crítica literária, o público se via representado através da literatura e, a partir disso, concebeu-se a necessidade da crítica (EAGLETON, 2005), hoje é possível dizer que a sociedade está representada nas diferentes mídias. Questionar a mídia – seus efeitos, sua qualidade e sua validade – parece fazer parte dos anseios da atualidade.

A crítica de mídia noticiosa necessita de uma investigação específica sobre os produtos, com foco nas notícias, levando em conta tanto impressões como critérios técnicos, sem deixar de dialogar com as questões da rua. É necessário, porém, sistematizar que critérios técnicos são esses, aparentemente escassos e dispersos. Desta forma, optou-se por um *exercício de crítica de mídia noticiosa*. Conforme o próprio nome diz, o exercício é uma forma de colocar a crítica em prática, sondando as possibilidades de sua execução. Nesta prática, as notícias serão avaliadas individualmente, observando detalhes da produção noticiosa, evidentes no produto, ressaltando os principais erros e acertos.

Destaca-se que, na feita dessa crítica, são deixados marcadores ao longo do texto, palavras-chaves destacadas em negrito no decorrer dos exercícios. Estes marcadores funcionam como uma espécie de pista sobre o critério. O critério **fonte**, por exemplo, poderia aparecer em determinada crítica marcado pela ideia de *ausência de entrevistados*, enquanto em outro texto, poderia estar subentendido na expressão *pluralidade de vozes*. Ambas indicam uma preocupação com a quantidade de pessoas ouvidas em determinada notícia. O marcador, diferentemente do critério, já traz consigo uma interpretação e uma argumentação. Ou seja, ele emite um juízo de valor sobre a forma de execução da notícia. Em função disso, o marcador não é o critério em si, mas uma ferramenta utilizada para inferir critérios. Ao final dos

exercícios, os critérios identificados serão discutidos e, por fim, sistematizados, de modo a servirem como referências para futuras críticas.

As notícias escolhidas para o exercício de crítica de mídia noticiosa, do qual serão inferidos os critérios técnicos, fazem justamente parte da cobertura que motivou as críticas publicadas no dossiê sobre o livro didático, analisado no segundo capítulo. Observa-se, portanto, que os objetos empíricos dialogam entre si. Além disso, pela ampla reverberação do caso nas redes sociais, a investigação de critérios se aproxima das questões da rua, conforme sugerido anteriormente.

Entre as inúmeras notícias que circularam pela imprensa sobre a polêmica, destaca-se que o Portal *iG* foi o primeiro na veiculação das informações, sendo, inclusive, fonte para grandes jornais, como *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* via material de agência. As notícias do exercício de crítica de mídia noticiosa foram retiradas do próprio portal, identificadas com as tags “por uma vida melhor”, “polêmica do livro didático”, “livro nós pega”. Ao todo são 17 matérias publicadas entre 12 de maio de 2011 e 23 de setembro de 2011. A maioria delas teve veiculação concentrada entre 12 e 31 de maio.

São essas as matérias analisadas:

- 1) **Livro usado pelo MEC ensina o aluno a falar errado** – publicada no dia 12 de maio, às 7:02
- 2) **“Não somos irresponsáveis”, diz autora de livro com “nós pega”** – publicada no dia 12 de maio, às 16:08
- 3) **MEC defende o uso de livro didático com linguagem popular** – publicada no dia 12 de maio, às 19:14
- 4) **Coordenadora de ONG defende livro polêmico “contra o preconceito”** – publicada no dia 16 de maio, às 19:51
- 5) **ABL critica livro e diz “estranhar certas posições teóricas”** – publicada no dia 16 de maio, às 19:30
- 6) **UFRN aprovou obra que defende fala popular** – publicada no dia 17 de maio, às 12:36
- 7) **“Não há motivo para censurar a obra”, diz ministro da Educação** – publicada no dia 17 de maio, às 14:40
- 8) **Rio Grande do Sul defende livro com “nós pega”** – publicada no dia 17 de maio, 20:03
- 9) **No Rio, estudantes querem aprender a forma culta da língua** – publicada no dia 18 de maio, 22:35
- 10) **Entenda a polêmica do livro que defende os “nós pega” na escola** – publicada no dia 19 de maio, 11:00

- 11) **Uso de linguagem popular em sala de aula é orientação do MEC** – publicada no dia 19 de maio, 11:00
- 12) **Sarney critica livro que defende o “nós pega” na escola** – publicada no dia 22 de maio, às 12:48
- 13) **Haddad vai a audiência pública defender livros didáticos** – publicada no dia 30 de maio, às 19:21
- 14) **Haddad compara críticos de livro a fascistas** – publicada no dia 31 de maio, às 11:30
- 15) **Defensoria Pública pede recolhimento de livro com “nós pega”** – publicada no dia 31 de maio, às 15:33
- 16) **MPF arquiva processo sobre o livro com “nós pega”** – publicada no dia 4 de julho, às 11:29
- 17) **Justiça nega pedido de recolhimento de livro com “nós pega”** – publicada no dia 23 de setembro, às 12:27

3.2 Sistematização de critérios técnicos por meio da análise das notícias do Portal IG

As primeiras informações sobre a polêmica do livro didático foram publicadas no Portal *iG* no dia 12 de maio, às 7h02min⁵⁷, com o título “Livro usado pelo MEC ensina o aluno a falar errado”. Por ser o primeiro conteúdo divulgado sobre o assunto, ele serviu de referência para as notícias publicadas na sequência, tanto no próprio portal como em outros veículos de comunicação. Destaca-se que este primeiro material é, na verdade, uma nota da coluna Poder Online, assinada, na época, por mais de um jornalista. O espaço tem caráter informativo e também opinativo, permitindo que os profissionais emitam pareceres sobre o conteúdo veiculado. No caso da polêmica do livro didático, o tom é de acusação, perceptível já na manchete. Outro atributo da coluna online, fundamental para entender melhor a polêmica, é que a maioria das informações divulgadas no espaço está relacionada a partidos e governos. Em função disso, num primeiro momento, a ênfase sobre a polêmica ganhou contornos políticos. No exercício de crítica que segue abaixo, estas e outras observações ajudam a ressaltar os principais problemas na veiculação da notícia.

EXERCÍCIO 1

Uma base pouco sólida

⁵⁷ Disponível em <http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>

Se fosse possível especificar uma única falha na publicação “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”, veiculada no Portal iG, no dia 12 de maio de 2011, seria justamente a de não se autorreconhecer como uma notícia. A coluna Poder Online, na qual a informação foi divulgada, tem um **caráter opinativo**, o que indica ter reduzido a preocupação de jornalistas com relação à **apuração**. Fundamentos básicos do gênero textual notícia, como **consulta de diferentes fontes, imparcialidade e a explicação de termos científicos ou desconhecidos** do público leitor, ficaram de lado na publicação aqui referida.

Um dos primeiros problemas relaciona-se à **angulação**, capaz de gerar questionamentos sobre **parcialidade**. Mesmo que, aparentemente, a notícia tenha como foco a educação, a cartola escolhida para identificar a publicação foi “governo”. Não que governo e educação não estejam associados – pelo contrário, a relação é quase óbvia. Mas o que pode parecer uma simples associação para uns, ou um simples detalhe em uma notícia, indica uma expectativa de que a repercussão não fosse essencialmente no campo educacional, e sim no campo político. Constatação esta que ganha força ao se perceber que, na manchete bem como no lide, o sujeito da notícia não é nem aluno nem professor, mas o próprio Ministério da Educação (MEC). Com esta construção textual, força-se a **interpretação** de que é o MEC que usa/ adota o livro. Ignora-se que o livro é produzido por professores universitários e que a escolha do material é feita pelos professores que estão em sala de aula.

Nota-se também a **inexistência de informações** básicas sobre a publicação, que aqui pode ser encarada como **omissão** ou como **falha na apuração**. Além disso, percebe-se o uso de fragmentos que **confirmam a tese** dos jornalistas – ou seja, que indicam a existência de passagens consideradas erradas na norma culta. Não há, porém, dados sobre o **contexto** em que os fragmentos foram escritos. **Não são informadas**, por exemplo, quantas páginas o livro tem e quantas são dedicadas à fala popular. Não se sabe em qual capítulo os fragmentos citados na reportagem estão inseridos. A sensação para quem lê a notícia é que o livro inteiro dedica-se à linguagem popular, ignorando a norma culta – o que não condiz com o conteúdo do livro, como ser facilmente observado por meio da sua leitura do livro.

Há ainda o **uso irrestrito de termos de cunho científico** do campo da Linguística, como “variedade popular”, “língua viva”, “formas linguísticas” e “preconceito linguístico”. Estes vocábulos, em nenhum momento, são esclarecidos ao leitor leigo neste campo de estudo. Possivelmente, os próprios jornalistas que redigiram o material não fazem ideia do que cada um destes termos significa. Os profissionais do portal apenas **reproduzem estas expressões, sem**

explicá-las e apenas **reforçam um estranhamento** no leitor sobre o assunto. Incorre-se, neste caso, em um problema de **má tradução** de uma realidade desconhecida do público.

Por fim, percebe-se que **não há fontes** na notícia – ou, pelo menos, não há fontes possíveis de serem visualizadas na análise do produto final. Sabe-se que a notícia sobre o livro didático deve ter partido de alguma fonte, porém, não é possível identificar a sua origem somente pela análise. A nota se sustenta apenas com a **descrição e interpretação do livro**. Não há, nesta primeira matéria, nem **imagens internas** do livro. Para agravar, a autora será ouvida somente nove horas após as primeiras informações sobre o caso terem sido veiculadas, quando a nota na coluna Poder Online será atualizada ao pé da página.

Após esta primeira nota, na qual nasce a repercussão que durará mais de um mês na imprensa, o Portal *iG* publica, no mesmo dia, uma outra notícia sobre o assunto. Esta segunda publicação não está disponível dentro da coluna Poder Online, mas sim no espaço dedicado às notícias. O conteúdo sob o título ““Não somos irresponsáveis”, diz autora do livro com “nós pega””⁵⁸ foi ao veiculado às 16h08min, agora sob a cartola Educação, sendo assinado pela repórter Naiara Leão, da sucursal do *iG* de Brasília. Ou seja, entre a primeira publicação sobre o caso e a segunda há um espaço de nove horas, utilizado provavelmente para tomar decisões editoriais – como definir a angulação da nova matéria, as fontes que seriam ouvidas, entre outras informações – bem como possibilitar a apuração dos dados decididos na pauta. Em função disso, percebe-se que esta segunda notícia traz dados que não constavam na primeira publicação, como uma entrevista com a autora, a reprodução de imagens de páginas do livro amplamente criticado e as opiniões de dois linguistas sobre o assunto.

Aparentemente, as principais regras da profissão são seguidas pela jornalista que produziu esta notícia. O que, porém, não isenta a reportagem de alguns erros, que continuam a fomentar a polêmica sobre o assunto, conforme expostos na crítica abaixo.

EXERCÍCIO 2

Lado bom, lado ruim

As decisões editoriais da notícia ““Nós não somos

⁵⁸<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao+somos+irresponsaveis+diz+aut+ora+de+livro+com+nos+pega/n1596948804100.html>

irresponsáveis”, diz autora do livro com “nós pega””, publicada às 16h08min, no Portal iG, no dia 12 de maio, parecem, num primeiro momento, acertadas. A fim de esclarecer a polêmica do livro didático, sobre um suposto livro de português dedicado ao ensino errado da língua, a repórter Naiara Leão cerca-se para construir a matéria: **traz informações que até então não haviam sido divulgadas** sobre o livro em si, **ouve diferentes fontes, recorre ao uso de imagens** para apresentar as passagens mais amplamente criticadas. A notícia, entretanto, equivoca-se ao reiterar o que já havia sido dito anteriormente: que o livro ensina errado.

O primeiro indício da tentativa de ratificação de uma **informação errada** é o fato de a autora do livro, entrevistada pela repórter, se defender de supostas acusações desde o título até a sua última fala na reportagem. A todo o momento, a autora precisa dizer que “não é irresponsável”, que “o livro não ensina errado”, que “eles não querem ensinar errado”. Este é um indício de que a reportagem, ao entrevistar a autora, não necessariamente estava atrás da **checagem**, mas tinha a intenção de repercutir o caso, retomando o que já havia sido publicado – tomando as notícias anteriores como certas. Assim, a função da entrevista com a autora aqui nada mais foi do que dar vez para que os envolvidos pudessem se defender e não necessariamente refutar que “livro ensina errado”. Observa-se que quem acusa é a própria mídia, aqui representada pelo Portal iG – o que indica uma possível **parcialidade**, ou seja, uma leitura **tendenciosa**.

No entanto, não se pode falar apenas de pontos negativos na reportagem. É evidente o **esforço em corrigir falhas** identificadas na primeira notícia sobre o assunto. A jornalista se dispõe a conversar com a autora do livro. Ela igualmente mostra empenho em apresentar **novas informações** sobre a publicação criticada, na tentativa de apresentar o **contexto** do fato. A repórter explica, por exemplo, que a passagem de onde foram retirados os trechos integra um único capítulo do livro – apesar de não especificar o número de páginas; **traz imagens** das passagens amplamente citadas; deixa claro que o livro é destinado a alunos de Educação de Jovens e Adultos – e não a alunos de alfabetização. A questão, porém, é o **destaque** que estas informações ganham – ou neste caso, não ganham – na **construção do texto**. Se fosse dada atenção e ênfase a estas informações, possivelmente o gancho da reportagem, que o livro ensina errado, teria se esvaído.

Um dos pontos que poderia ser considerado positivo do **texto** da jornalista, que parece ter sido **mal conduzido**, é a repercussão da história com diferentes **fontes**. No intertítulo, a repórter informa que “Linguagem popular divide especialistas”. Na leitura dos três parágrafos seguintes, há a opinião de apenas duas linguistas que, contudo, não é discrepante uma da outra. Ambas visualizam a

importância de demonstrar, em sala de aula, as diferenças entre a norma culta e a norma popular, porém, com ênfases diferentes. Há uma tentativa de **generalização** do debate, **polarizando forçadamente** as opiniões. Na verdade, as duas linguistas parecem concordar com a própria autora do livro.

De forma geral, ainda que traga novas informações, a notícia apenas ajuda a **reforçar a concepção** sobre o livro, sobre a autora do livro e sobre o próprio MEC que havia sido reproduzida antes. Transforma-se assim em uma reportagem vazia, gerando uma repercussão em que, até o momento, o único a questionar a validade do livro e das escolhas didático-pedagógicas é o próprio iG.

Nesta segunda notícia sobre a polêmica, acima analisada, a repórter Naiara Leão buscou ouvir a autora do livro e outros linguistas sobre o assunto. Porém, uma das fontes mais interessadas no debate, e mais criticadas, não teve voz no noticiário: o Ministério da Educação (MEC). Como já mencionado, o MEC é o principal sujeito da primeira notícia da polêmica do livro didático, sendo literalmente acusado pelo portal de distribuir às escolas um livro que ensina errado a língua portuguesa. Apesar de a acusação recair principalmente sobre o órgão, oficialmente este será ouvido somente na terceira notícia veiculada sobre o assunto, ainda no dia 12 e nove horas depois da primeira, às 19h05min, com o título “MEC defende uso de livro didático com linguagem popular”⁵⁹. Esta suíte sobre o caso dedica-se única e exclusivamente a espaço para que o MEC se manifeste. Como tal, mais se assemelha a um direito de resposta do que a um material elaborado dentro de uma redação por um jornalista.

EXERCÍCIO 3

Direito de resposta

Em se tratando de um assunto polêmico, especialmente quando envolve acusações, cabe ao jornalismo apresentar ao público leitor aquilo que se chama de **contraponto**, ou seja, a versão dos fatos do ponto de vista do acusado. No entanto, a notícia “MEC defende uso de livro didático com linguagem popular”, veiculada no Portal iG, no dia 12 de maio, às 19h05min, apresenta uma peculiaridade: ela é composta somente do contraponto. A publicação nada mais é do que um espaço para que o órgão governamental possa se manifestar sobre o assunto. Mais do que parecer uma suíte sobre o caso, o conteúdo se

⁵⁹Disponível <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mec+defende+uso+de+livro+didatico+com+linguagem+popular/n1596949085987.html>

assemelha a um direito de resposta, ou seja, um espaço para que o MEC pudesse se pronunciar sem edição, utilizando as próprias palavras. Em função desta opção do veículo de comunicação, alguns problemas podem ser detectados: **a falta de introdução ao assunto principal, a falta de checagem das informações oficiais e de tradução de termos técnicos.**

Mesmo que a matéria seja uma suíte de outras notícias referentes à polêmica caberia à redação desenvolver ao menos um **parágrafo explicativo** sobre o caso, voltado especialmente ao leitor que não teve acesso ao conteúdo divulgado anteriormente. Ao ler o contraponto, sabe-se que o MEC está se defendendo. Contudo, podem não estar claras as razões para a postura defensiva do órgão. Por isso, a necessidade de garantir uma **breve explicação** sobre o tema já no lide da notícia, ainda que na mesma página estejam links para as matérias anteriores.

Observa-se que a notícia é composta por 12 parágrafos, sendo que sete deles dedicam-se a apresentar alguns fragmentos e informações selecionadas da nota oficial do MEC, divulgada através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Da própria nota, a reportagem retirou dados como o número de livros distribuídos, sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos e sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, que dão a base teórica para o livro. Os demais cinco parágrafos, conforme explicação do próprio texto, reproduzem parte da nota.

A redação de sete parágrafos com base na nota de esclarecimento do órgão seguida da reprodução de passagens do mesmo material evidencia um problema de **apuração**. Ainda que o conteúdo da nota tenha sido reescrito, percebe-se que há uma **reprodução da versão oficial** do órgão governamental. Não houve, por parte da redação, uma preocupação em **checar** se as informações divulgadas correspondem à realidade.

A falta de apuração, ocorrida devido à reprodução da nota, leva a problemas na **tradução da realidade** para o leitor. Parte da nota utiliza vocabulário técnico para justificar a escolha do livro didático. **Sem a confrontação de dados e termos técnicos** com outras fontes, a reportagem acaba por **reproduzir expressões** como “variação linguística” e “preconceito linguístico”, **sem explicar** exatamente o que cada uma delas quer realmente dizer.

Os problemas aqui expostos indicam que o que era para ser uma notícia informativa, capaz de esclarecer outro ponto de vista sobre a acusação, torna-se apenas um processo burocrático, que pouco contribui para o entendimento do leitor sobre o caso.

A decisão editorial do Portal *iG* em dar prosseguimento à

cobertura do caso por meio da interpretação e divulgação da nota de esclarecimento do MEC abrirá uma brecha para que este tipo de recurso seja utilizado novamente nos dias seguintes. No dia 16 de maio, o artifício volta a ser empregado nas notícias ““Coordenadora de ONG defende livro polêmico “contra o preconceito””⁶⁰, publicada às 19h51min, e ““ABL critica livro e diz “estranhar certas posições teóricas””⁶¹, publicada às 19h30min. Em ambos os casos, o portal introduz brevemente a polêmica por meio da linha de apoio e do lide e, na sequência, publica a nota da ONG Ação Educativa, responsável pela orientação pedagógica do livro didático, e da Academia Brasileira do Livro na íntegra. Observa-se que há uma polarização nas notas – enquanto uma defende o uso do livro, a outra o execra. Por meio da análise do produto final, não é possível afirmar se as notas foram enviadas diretamente à redação do Portal *iG* ou se estas instituições se manifestaram por meio das redes sociais e sites oficiais, tendo o veículo de comunicação apenas reproduzido o material, dando espaço para opiniões diferentes no noticiário.

Abaixo mais um exercício crítico sobre as publicações das notas da ONG e da ABL. Identificam-se aqui problemas semelhantes aos da notícia baseada no contraponto do MEC. Além disso, mesmo que os dois materiais tenham sido publicados na seção noticiosa do portal *iG*, sob a cartola Educação, eles não apresentam características básicas daquilo que se convencionou chamar de notícia.

EXERCÍCIO 4

Repercussão vazia

O jornalismo, comumente, é encarado pela sociedade como um intermediador entre a fonte e o público. Possivelmente, utilizando esta concepção, o Portal *iG* elaborou duas notícias diferentes: ““Coordenadora de ONG defende livro polêmico “contra o preconceito”””, publicada no dia 16 de maio, às 19h51min, e ““ABL critica livro e diz “estranhar certas posições teóricas”””, publicada no dia 16 de maio, às 19h30min. De alguma forma, a intenção é colocar o público de frente para diferentes opiniões – uma da ONG Ação Educativa, que defende o uso do livro didático; e outra da Academia

⁶⁰ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/coordenadora+de+ong+defende+livro+polemico+contra+o+preconceito/n1596956000653.html>

⁶¹ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/abl+critica+livro+e+diz+estranhar+certas+posicoes+teoricas/n1596955904739.html>

Brasileira do Livro, que não concorda com as decisões teórico-didáticas dos autores da publicação. No entanto, a **falta de interpretação** das colocações de ambas as partes parece decisiva para definir a fragilidade do material – torna-se difícil chamá-lo de notícias.

O primeiro erro é considerar que o público leitor sabe do que se trata a polêmica do livro didático. Apesar de, na mesma página, haver links para as primeiras matérias sobre o caso, seria necessário que o primeiro parágrafo, o chamado lide, tivesse uma **introdução ou recapitulação** sobre o assunto. As menções às matérias anteriores se restringem ao título e à linha de apoio, o que dificulta a compreensão do leitor.

Apesar disso, o principal problema da notícia é a falta de **explicação e checagem do conteúdo** das notas. O Portal *iG* se contenta em apenas **reproduzir** as informações repassadas pela ONG e pela ABL. Nas notas, tanto a coordenadora da ONG quanto o presidente da ABL utilizam dados extraídos de leis, citam autores de gramáticas e de livros da linguística, usam termos técnicos do campo da linguagem. Esse conteúdo, contudo, em nenhum momento é **confrontado com outras fontes**. E os termos linguísticos não recebem qualquer tipo de **interpretação** por parte da redação.

Observa-se que ainda que a publicação tenha título, linha de apoio e um texto inicial, que se assemelha a um lide, quase não há por parte da redação, ou seja, dos jornalistas do portal interferência no produto. O material mais parece um **artigo opinativo** deslocado de sua seção, publicado no espaço destinado às notícias, talvez pela inexistência, dentro do site, de um espaço específico para opiniões produzidas por terceiros como em geral tende a ocorrer em jornais impressos.

Com a **mera reprodução** das notas, fica difícil acreditar que o público leitor, leigo nos assuntos do campo da linguagem, tenha se dedicado a ler o conteúdo até o fim. Mais: é quase ilusório considerar que este mesmo público tenha realmente entendido a explanação de cada um dos lados sobre o assunto, justamente pela dificuldade técnica que envolve o tema.

Até o momento, todas as notícias sobre a polêmica do livro didático divulgadas pelo *iG* foram produzidas pela redação, como indica a assinatura no início de cada uma das publicações – ainda que, como analisado anteriormente, as notas de esclarecimentos de algumas instituições tenham sido publicadas no site sem grandes interferências por parte dos jornalistas. No dia 17 de maio, no entanto, pela primeira vez, o *iG* irá utilizar conteúdo de agência para dar continuidade à cobertura sobre o caso. A matéria “UFRN aprovou obra que defende fala

popular”⁶², publicada às 12h30min, é assinada pela Agência Estado, do grupo O Estado de S. Paulo. Aparentemente, a publicação traz um dado novo sobre o caso: a de que um grupo de pesquisadores da Universidade do Rio Grande do Norte teria aprovado o livro didático antes de este ser distribuído pelo MEC às escolas públicas. Mesmo que o material tenha sido produzido por terceiros, percebem-se falhas na apuração.

EXERCÍCIO 5

Notícia de terceiros

O recurso da agência de notícias pode ser utilizado em diferentes casos: quando outro veículo tem uma informação nova, inacessível a outros meios de comunicação, ou quando não há equipe disponível para ir atrás de novos fatos. O Portal iG, apesar de ter sido o primeiro a divulgar a polêmica do livro didático, precisou, no dia 17 de maio, recorrer a Agência Estado, do grupo O Estado de S. Paulo. A reportagem “UFRN aprovou obra que defende fala popular” traz um dado até então não divulgada pelo portal: a de que antes da sua distribuição às escolas brasileiras pelo MEC, o livro didático teria sido aprovado por uma comissão de professores e especialistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A informação de que o livro passou pelo crivo de especialistas antes de chegar à sala de aula justifica a suíte sobre o assunto. Afinal, toda a cobertura está alicerçada em um questionamento sobre a qualidade do material. Contudo, esse novo dado se mostra **raso, superficial**. Em nenhum momento a notícia explica quem são estes especialistas; quando a análise do livro didático foi feita; quais as razões teórico-didáticas levaram estes especialistas a aprovarem esta obra; ou quais eram as outras opções de livros da comissão. Sabe-se apenas que alguns docentes da UFRN escolheram o livro, mas não se sabe como e por quê. Esta análise leva a crer que **não houve apuração** por parte da agência de notícias. O único esforço notório na reportagem é a tentativa de conversar com a assessoria de imprensa da universidade, que não quis se pronunciar sobre o caso. Essa tentativa também demonstra certa **acomodação** por parte da redação. Teria a reportagem, por exemplo, tentado conversar com os membros da comissão, os professores e especialistas efetivamente responsáveis pela escolha? Aparentemente não. Há **inexistência de fontes**.

Por fim, a notícia acaba por **contradizer** outras informações que já haviam sido publicadas no próprio portal. O texto informa, por

⁶² Disponível <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/ufrn+aprovou+obra+que+defende+fala+popular/n1596960155597.html>

exemplo, que o MEC não quis comentar o mérito da obra. Porém, o próprio *iG* publicou uma nota de esclarecimento na qual o ministério se coloca em defesa da publicação. Há também uma **inversão no tom acusatório** utilizado até o momento pelo portal. Em vez de falar “livro que ensina errado”, emprega-se a expressão “livro que defende a fala popular”. A opção de mudança no tom explica-se por ser um material de agência. No entanto, essa justificativa não deixa de conflitar com a leitura da cobertura como um todo.

Na análise da notícia “UFRN aprovou obra que defende fala popular”, os principais problemas que se sobressaíram foram a falta de complexidade da nova informação e a contradição no processo de cobertura sobre o caso. Problemas semelhantes a esses se repetem na publicação “Não há motivo para censurar a obra, diz ministro da Educação”⁶³, veiculada no mesmo dia, às 14h40min. Apesar de a reportagem ser extensa, um total de oito parágrafos, percebe-se que os ganchos utilizados para viabilizar a reportagem – a fala do ministro da Educação sobre o assunto e a sua passagem por um evento convocado pelo Senado para discutir o caso – não sustentam a suíte.

EXERCÍCIO 6

Novas informações?

A suíte é uma notícia sobre um assunto presente no noticiário que deve trazer novas informações ao público leitor, complementando as já recebidas. A publicação ““Não há motivo para censurar a obra”, diz ministro da Educação””, divulgada às 14h40min, no Portal *iG* no dia 17 de maio, poderia ser assim categorizada. Porém, a dificuldade é conseguir identificar qual é a **nova informação apurada** pelo portal que valide o material como uma suíte.

Dois são os ganchos utilizados pela redação do *iG* para validar o conteúdo, ambos expostos no título e na linha de apoio: uma entrevista com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e uma audiência pública no Senado. Porém, ao analisar a **origem** e a **complexidade dos ganchos**, percebe-se que não houve **apuração** por parte da redação. As falas do ministro são **reproduções da entrevista** concedida pelo ministro à rádio CBN – o portal, na verdade, não conversou com o político. Além disso, a informação sobre a audiência pública parece a **reprodução de um release** da assessoria de imprensa do Senado. Portanto, as informações são de **fontes terceirizadas**, o

⁶³Disponível <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao+ha+motivo+para+censurar+a+obra+diz+ministro+da+educacao/n1596960540542.html>

que coloca em dúvida a credibilidade dos dados.

Para sustentar os oito parágrafos de reportagem, o portal **repete informações** publicadas em notícias anteriores, como passagens da entrevista com a autora do livro e outros dados já divulgados pelo portal. Na tentativa de retomar essas informações, o portal utiliza **termos incoerentes**, que **contradizem reportagens anteriores**. Por exemplo, em vez de dizer que o livro “ensina errado”, como era feito usualmente nas reportagens do portal, optou-se por afirmar que o livro “admite erros de concordância” ou que há a “presença de exemplos de frases que contrariam a norma culta”. A mudança, que pode parecer sutil, altera o sentido da polêmica, que estava baseada na acusação. Ao dizer que o livro ensinava errado, as notícias partiam para a acusação explícita, baseada em uma frase assertiva. Com a mudança na escolha da expressão, a acusação ao livro – e consequentemente toda a polêmica, que está baseada na certeza de que há problemas na construção didática do livro – cai por terra. Quando se afirma que o livro “admite erros de concordância” ou que “contém frases que contrariam a norma culta” eles retiram a acusação. É como se não tivessem mais certeza da acusação e, assim, reportam apenas o fato – deixando, como se deve deixar, a interpretação para o público.

Se o leitor que acompanhava a cobertura do caso por meio deste portal esperava, com esta nova notícia, informações complementares às que já havia recebido, possivelmente ele se decepcionou. Além de ter lido mais sobre o mesmo, possivelmente ficou ainda mais confuso com o rumo que o conteúdo com a mudança no tom da cobertura.

Além das duas notícias analisadas acima, o Portal *iG* veicula uma terceira reportagem no dia 17 de maio, às 20h03min, sobre a polêmica do livro didático. Diferentemente das notícias publicadas até o momento, produzidas em sua maioria pelas redações de São Paulo e de Brasília, o material “Rio Grande do Sul defende livro com “nós pega”⁶⁴, abaixo criticado, é proveniente da sucursal do *iG* no Rio Grande do Sul, produzido pelo jornalista Daniel Cassol. Inicialmente, percebe-se uma tentativa do portal em regionalizar a informação, ou seja, repercutir a uma polêmica de natureza nacional para determinado público, bem específico – neste caso, os gaúchos, conhecidos por valorizar, em extremo, a cultural local. O exercício de crítica de mídia, contudo, indica que esta regionalização pouco acrescenta ao debate

⁶⁴ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/rio+grande+do+sul+defende+livro+com+nos+pega/n1596961346714.html>

instituído sobre o assunto e apenas reforça a fragilidade do portal no processo de apuração dos fatos. Além disso, o texto indica, por meio da sua construção textual, de que a escolha do livro poderia ter sido feita com interesses políticos. A dúvida, no entanto, qual a base dos jornalistas para a hipótese de associação entre o conteúdo do livro didático e os interesses políticos – seria proveniente da visão da imprensa como fiscalizadora do poder público?

EXERCÍCIO 7

Regionalização pra quê?

Regionalizar uma notícia é um recurso usado pelo jornalismo para aproximar determinado assunto de um público leitor muito específico, muitas vezes, bastante baírrista. Aparentemente foi a tentativa de aproximar a polêmica do livro didático do público gaúcho que originou a notícia “Rio Grande do Sul defende livro com “nós pega””, publicada pela sucursal no Rio Grande do Sul, no dia 17 de maio. O material, apesar de falar sobre o uso do livro nas escolas do Rio Grande do Sul, demonstra a **fragilidade da apuração** da notícia. Além disso, por meio da sua construção textual, é possível inferir que a polêmica surgiu da hipótese de existir uma relação entre o conteúdo do livro com interesses políticos implícitos. Observa-se, portanto, um **caráter ideológico do jornalismo** – uma leitura que repórteres fazem sobre o que é político, como ela age, como usufrui da máquina a seu favor e também uma leitura do próprio jornalismo como responsável por fazer essa fiscalização.

A fragilidade do material se mostra manifesta pela existência de uma **única fonte**, neste caso, a secretária adjunta de Educação do Estado. É dela que informa sobre a aprovação do livro pelas coordenadorias gerais de educação, a distribuição das obras e a boa aceitação da publicação. Ao mesmo tempo, da secretaria advém **desinformações**, já que ela não sabia informar se os cursos do EJA estavam efetivamente usando o livro. Neste caso, caberia ao jornalista do portal **checar** os dados e evitar repassar a falta de informação – o que não ocorreu.

O fragmento da reportagem que indicaria o caráter ideológico da polêmica – tendo, possivelmente, esse caráter afetado a leitura que os jornalistas fizeram do caso – pode ser identificado em “mesmo com a troca de governo em janeiro deste ano, a atual Secretaria de Educação mantém a posição de apoiar a utilização do livro (...)”. Ora, a passagem deixa uma brecha indicando que, do **ponto de vista** dos críticos do livro didático, incluindo aí a própria imprensa, a escolha do

livro teria sido política e não teórico-didática. Registra-se que a polêmica, o ataque, direciona-se ao governo, sendo o livro apenas um instrumento.

Fica a dúvida aqui até que ponto essa notícia foi vista diferentemente pelo público a quem foi destinada, neste caso, os gaúchos. Pouco, provavelmente, ela acrescenta à própria compreensão destes ao entendimento da educação do Sul do país.

Até o momento, portanto, há uma cobertura jornalística baseada em descrições de passagens de um capítulo do livro didático, na reprodução de opiniões divergentes sobre o livro e sobre a polêmica e em entrevistas, apesar de raras, com especialistas da área da linguagem. Durante estes seis dias após a publicação da primeira notícia sobre o caso, o assunto tornou-se um dos principais tópicos de comentários nas redes sociais, além de ter tomado a seção opinativa de revistas semanais e jornais diários – eram comuns colunas, cartas e artigos de opinião sobre o tema. O assunto foi pauta do *Jornal Nacional* por mais de um dia. O que se verá na imprensa é uma verdadeira batalha de opiniões contra e a favor do livro; contra e a favor da polêmica.

Apesar de a maioria das notícias ser publicada sob a cartola Educação, aqueles que lidaram diretamente com o livro e fazem parte do ambiente escolar – alunos e professores – não haviam sido ouvidos seis dias após o início da polêmica. Atento a esta aparente falha, o *iG* publica no dia 18 de maio, às 22h35min, a reportagem “No Rio, estudantes querem aprender a forma culta da língua”⁶⁵. Esta é a primeira publicação do portal a qual se pode efetivamente chamar de reportagem, por ter algumas características que atendem aos requisitos deste gênero textual. Em uma rápida análise do material, é possível ver que a repórter Flavia Salme, da sucursal do Rio de Janeiro, não se ateu a entrevistar as pessoas por telefone, mas visitou escolas de Educação de Jovens e Adultos para encontrar estudantes que pudessem comentar a polêmica. A jornalista também entrevistou um professor e uma coordenadora do curso e traz dados da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, o que já apresenta uma multiplicidade de fontes. Por meio de texto, é possível perceber que a repórter esteve no local. Fica evidente o contato pessoal da equipe de reportagem com os entrevistados por meio das fotografias, feitas pelo fotógrafo Léo Ramos.

O material é composto por 15 parágrafos e a construção

⁶⁵ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/no+rio+estudantes+querem+aprender+a+forma+culta+da+lingua/n1596963940756.html>

textual mescla a história de vida dos alunos com a opinião deles sobre o livro, a norma culta, o ambiente escolar. Combinam-se igualmente as opiniões e os dados fornecidos por professores e pelas instituições educacionais. Apesar de todo o esforço da reportagem em visitar escolas que receberam o livro didático e conversar com alunos e professores que utilizam a publicação quase que diariamente, a pauta apenas reforça os estereótipos até então propagados pela polêmica. No exercício de crítica abaixo, é notório que a equipe saiu à caça de informações com a reportagem pré-moldada desde a redação – o que pode ter prejudicado a leitura que fizeram dos dados obtidos na escola e na entrevista com os alunos e professores.

EXERCÍCIO 8: **A reiteração do estereótipo**

Jornalistas são amplamente criticados quando fazem as suas reportagens de dentro da redação; quando não saem às ruas para conversar com as pessoas; quando não ouvem a fonte cara a cara. A notícia “No Rio, estudantes querem aprender a forma culta da língua”, publicada no dia 18 de maio, às 22h35min, no Portal iG, não pode ser acusada deste mal. A repórter Flavia Salme e o fotógrafo Léo Ramos foram às escolas da rede pública de ensino para conversar com estudantes e professores que utilizam o livro didático *Por Uma Vida Melhor*, amplamente criticado por ensinar supostamente errado a língua. Se não falha pela acomodação, a equipe, no entanto, parece errar na **abordagem da fonte**. Ao saírem da redação com uma **pré-concepção** de certo e errado sobre a língua, fazem com que os estudantes se forcem a responder o que querem ouvir os jornalistas. A reportagem reproduz justamente aquilo que o livro didático diz combater: o preconceito linguístico.

A abordagem da equipe de reportagem juntos aos alunos de Educação de Jovens e Adultos pode ser identificada de maneira sutil na reportagem, nas entrelinhas. Em determinado momento, a entrevistada Erlaine, por exemplo, “diz que prefere ser corrigida na sala”. Para quem lê a reportagem, fica no ar: que tipo de pergunta a jornalista fez à aluna para que ela tenha na ponta da língua esta resposta. Em outro momento, Diego/Severino “justifica a oralidade alegando ser filho de analfabeta”. Em que momento da entrevista, o aluno achou necessário justificar a forma como ele fala? Contudo, a passagem que aparece de maneira mais nítida a abordagem pré-concebida da reportagem se refere à entrevista com o aluno Antônio. Trecho da reportagem: “perguntado pelo iG se deveria falar “nós pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” [Antônio] pediu um tempo para pensar”. Aparentemente, a reportagem colocou os estudantes, já em

processo de retomada dos estudos, após anos longe da escola, em uma situação constrangedora – estavam, em plena entrevista, em uma espécie de prova de português, na qual os avaliadores eram os próprios jornalistas. Nesta situação, torna-se difícil encontrar algum aluno que vá defender o livro – é como se eles tivessem sido emparedados. A abordagem dos repórteres força uma leitura da realidade, a produção de respostas pré-prontas para formar um estereótipo já construído, já previsto na mente da jornalista – ou até mesmo do editor que a orientou para a pauta.

Outro problema é a **generalização**. Na linha de apoio da notícia, afirma-se que “professores reclamam de livro”, o que volta a ser reiterado no decorrer do texto. Porém, o único professor citado na reportagem, bem como a única coordenadora do curso entrevistada, tem os seus nomes **omissos**, sem nenhuma explicação por parte da reportagem. Além disso, as falas deles não necessariamente condenam o livro. Pelo contrário, eles alegam que “os alunos falam dessa forma”, que a escola cabe “sinalizá-los sobre a norma culta”, que os alunos “são fiéis à norma popular” – mas nunca num sentido de pejorativo, mas de respeito pela diferença e como um aviso à necessidade da norma culta. A **generalização** do jornalismo **induz ao erro de leitura da realidade**. O mesmo problema de indução ao erro ocorre quando o texto afirma que Erlaine aprendeu a norma culta na escola, mas, concomitantemente, a unidade escolar adota o livro amplamente criticado. Pela lógica da polêmica, as duas coisas seriam incompatíveis, pois se o livro ensinasse errado levaria os alunos ao erro.

O material assusta por ser uma sucessão de erros. Mais: uma sucessão de erros que teve um alto investimento de reportagem para apenas confirmar uma hipótese pré-formulada, para dizer aquilo que parte da sociedade, aparentemente, queria ouvir.

Dando sequência à análise cronológica das notícias sobre a polêmica do livro didático, no dia 19 de maio, mais precisamente às 11h, o *iG* publica as reportagens “**Entenda a polêmica do livro que defende os “nós pega” na escola**” e “Uso de linguagem popular na sala de aula é orientação do MEC”⁶⁶. Enquanto o material anterior, acima analisado, foi produzido pela sucursal do Rio de Janeiro, estes são produções de São Paulo, com assinatura das repórteres Marina Morena Costa e Tatiana Klix. Vale destacar que a maioria das notícias até então analisadas foi produzida por São Paulo, o que, de alguma forma,

⁶⁶ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/uso+de+linguagem+popular+na+sala+de+aula+e+orientacao+do+mec/n1596963937866.html>

demonstra um maior conhecimento desta redação sobre o assunto ou da repercussão causada por ele. Desta forma, deduz-se que as decisões editoriais tomadas pelas repórteres aqui citadas e, possivelmente, dos editores envolvidos nesta produção são resultados de um envolvimento maior desta equipe com o assunto.

Diferentemente da notícia publicada pela sucursal do Rio de Janeiro, o material produzido em São Paulo apresenta um amadurecimento editorial, sendo capaz de explicar ao leitor leigo na temática as opções teórico-metodológicas dos autores do livro didático. Mesmo que de maneira tardia e indireta, percebe-se uma tentativa das jornalistas de tentar desfazer o mal entendido causado pelas notícias anteriores ou esclarecer a polêmica gerada pelo próprio portal. O efeito desta reportagem sobre os mais diversos comentários do caso, no entanto, é mínimo perto da repercussão já gerada pelas notícias anteriores. Além disso, apesar do amadurecimento editorial, percebem-se alguns erros nas escolhas da edição do material, o que tende a interferir na tentativa de gerar esclarecimento sobre a polêmica. Abaixo um exercício de crítica incomum – aqui, identificam-se mais pontos positivos do que negativos sobre a reportagem.

EXERCÍCIO 9: **Um olhar diferente**

As reportagens “Entenda a polêmica do livro que defende os “nós pega” na escola” e “Uso de linguagem popular na sala de aula é orientação do MEC”, publicadas no Portal iG, no dia 19 de maio, às 11h, são as que mais destoam da cobertura feita sobre a polêmica do livro didático pelo veículo de comunicação. Enquanto a maioria das notícias é construída com base em um tom acusatório, a publicação aqui referida, escrita pelas jornalistas Marina Morena Costa e Tatiana Klix, da sucursal de São Paulo, tenta desmistificar algumas supostas verdades propagadas pelo próprio portal, buscando relacionar a obra didática amplamente criticada com o contexto no qual está inserida e comparando-a com outros livros de gramática. É possível dizer que é a notícia mais esclarecedora sobre a polêmica até o momento.

Ainda que a **edição** do material tenha optado por títulos que pouco acrescentam ao conteúdo possivelmente já lido pelo público leitor, as linhas de apoio já indicam a existência de **informações novas**, ou seja, a de que “outras obras didáticas abordam as variantes da língua”. Além disso, a linha de apoio “obra (...) provoca debate”, sugere uma referência à própria polêmica instituída pelo portal. O material, contudo, gera o esclarecimento de que o livro não é o único a abordar a questão das variedades linguísticas e desmonta toda a

polêmica até então utilizada como gancho para as notícias sobre o caso.

A dupla de jornalistas desmistifica, nas entrelinhas, que a opção pelo uso das variantes do português tenha relação com o atual governo quando traz a informação de que os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento utilizado para validar a escolha metodológica do livro didático *Por Uma Vida Melhor*, datam de 1998, ou seja, são da época do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Chegam, inclusive, a entrevistar uma professora e linguista que participou, na época, da elaboração do documento.

É interessante observar que ainda que usem trechos do documento para explicar as opções teórico-metodológicas do livro, as autoras da reportagem tentam, de alguma forma, **traduzir** o conteúdo para uma **linguagem mais coloquial**. Evita-se, por exemplo, a reprodução de trechos longos. As jornalistas, com as próprias palavras, explicam as diferenças entre normal culta e norma popular registradas no documento. Há, portanto, uma tentativa de fugir do estereótipo de língua “certa” e “errada” propagado até agora pela polêmica – e, de certa forma, um esforço próprio das repórteres em deixar os possíveis preconceitos de lado.

Uma das melhores formas de desmistificar o livro didático foi comparar a obra amplamente criticada com outros dois livros didáticos, que abordam exatamente o mesmo tema. A comparação partiu da **transcrição de passagens** destes livros e da **reprodução de imagens**, com fragmentos nos quais são explicadas as diferenças entre a linguagem formal e informal. Enfatiza-se, inclusive, que os livros que trazem essa abordagem não são apenas de escolas públicas, mas obras didáticas usadas igualmente em escolas particulares. Para sustentar a informação de que as variedades da língua portuguesa são comuns a outros livros didáticos, e não somente ao livro amplamente criticado, a jornalista traz a opinião de uma reconhecida autora de livros de português, que reitera que este tipo de discussão sobre a língua é comum nos livros e na sala de aula. Ao fim, a autora ensaia uma defesa da obra, ao dizer que ele foi usado como “boi de piranha”. A reportagem, no entanto, peca ao não traduzir a expressão, que indica uma situação em que algo é sacrificado no lugar de outro bem.

Outro ponto positivo do conteúdo é a pluralidade e diversidade de fontes apresentadas. Em “Entenda a polêmica (...)” são ouvidos cinco especialistas no campo, porém, cada um defendendo pontos de vista diferentes sobre o assunto.

Não há dúvidas que este é o melhor material publicado pelo iG em toda a cobertura sobre a polêmica do livro didático. Chega a ser até mesmo incompreensível que tenha sido publicado, tendo em vista o tom denunciante e acusatório bancado pelo veículo até então. O mérito parece ser daqueles profissionais que perceberam o pré-

juízo existente anterior e se dispuseram a conhecer o desconhecido.

A reportagem acima analisada é o que de melhor foi produzido pelo portal sobre a polêmica do livro didático, representando uma espécie de evolução na cobertura sobre o caso. O material supera a visão estereotipada sobre a língua portuguesa, transmitida até então, e passa a explicar as questões teórico-metodológicas e as interferências de políticas educacionais que envolvem as escolhas feitas pelos autores da publicação. Como já dito anteriormente, essa tentativa das repórteres de apresentar uma visão diferente sobre a polêmica e sobre o livro não alterará a repercussão negativa sobre o assunto junto ao público leitor. Na verdade, o conteúdo não afetará nem a atitude de outros repórteres de outras sucursais do *iG* ao lidar com o tema. Pelo contrário, as notícias produzidas após esta reportagem da sucursal de São Paulo dão continuidade ao tom acusatório registrado desde o início da polêmica. Essa conduta por parte de outros repórteres evidencia a inexistência de uma efetiva comunicação entre as diferentes redações ligadas ao portal e a carência de leitura dos conteúdos publicados no site por parte dos próprios jornalistas que ali atuam.

Estes problemas de continuidade na cobertura são perceptíveis na notícia “Sarney critica livro que defende o “nós pega” em escolas”⁶⁷, publicada no dia 22 de maio, às 23h48min, pelo jornalista Wilson Lima, da sucursal do *iG* Maranhão. Aqui, volta-se a repercutir o caso por meio da reprodução da opinião de terceiros. O material pouco acrescenta ao que havia sido publicado anteriormente, como é possível ver no exercício de crítica de mídia abaixo:

EXERCÍCIO 10: Mais do mesmo

Até que ponto a **opinião de uma pessoa famosa** – seja ator, político, cantor, celebridade ou o que quer que seja – vale uma notícia? Do ponto de vista do Portal *iG*, mesmo que a opinião não acrescente nada ao debate em curso, repercutir estas falas pode gerar uma pauta. No dia 22 de maio, às 12h48min, dez dias após o início da polêmica do livro didático, o repórter Wilson Lima, da sucursal do *iG* Maranhão, publica “Sarney critica livro que defende o “nós pega” em escolas”.

⁶⁷ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/sarney+critica+livro+que+defende+o+nos+pega+em+escolas/n1596971132479.html>

A suposta notícia não traz **nenhuma informação** nova sobre a polêmica. Pelo contrário, limita-se a **divulgar a opinião** do presidente do Senado, que teria se manifestado através da sua coluna no jornal O Estado do Maranhão. Dos seis parágrafos da reportagem, cinco são reproduções de passagens da coluna publicada no veículo impresso. Apesar de a notoriedade de Sarney justifique, parcialmente, a notícia, esta falha pela falta de “timing”. Até para um artigo opinativo, o texto de Sarney parece tardio ao seu publicado e repercutido dez dias após o início da polêmica.

Outra falha é ignorar por completo a reportagem das jornalistas Marina Morena Costa e Tatiana Klix, publicada no próprio portal, que busca esclarecer a polêmica. O repórter, ao afirmar que o assunto já havia sido notícia no portal, opta por fazer referência à nota publicada na coluna Poder Online, primeira notícia sobre o assunto. Com isso, ele leva os leitores à estaca zero da cobertura ao invés de dar ao público um **panorama mais completo** sobre toda a cobertura.

A análise mostra que a notícia, da forma como apresentada, pouco acrescenta ao conhecimento leitor. A dúvida que fica é se há público para essa matéria. Afinal, o que explicaria, ainda que não justifique, a sua publicação? A audiência?

Depois de cerca de duas semanas com notícias quase que diárias sobre a polêmica do livro didático, o Portal iG faz uma grande pausa nas suítes – o veículo ficará dez dias sem publicar nada relacionado ao caso. Percebe-se um desgaste do tema, abordado das mais diversas maneiras pelo veículo de comunicação por meio de diferentes sucursais. Entre o dia 30 de maio e o dia 23 de setembro, serão publicadas apenas quatro notícias sobre a polêmica – uma média de uma por mês.

A retomada de publicações sobre assunto no noticiário ocorrerá somente no dia 30 de maio e 31 de maio, por meio de um pseudo-evento, ou seja, um evento pré-agendado por determinado grupo para atrair a atenção para a pauta (Boorstin, 1974; Gomis 2007). Neste caso, as reportagens “**Haddad vai a audiência pública defender livros didáticos**”, publicada no dia 30 de maio, às 19h21min, e “Haddad compara críticos de livro a fascistas”⁶⁸, publicada no dia 31 de maio, às 12h30min, partiram de uma audiência pública agendada pelo Senado Federal, com a presença de diferentes políticos, incluindo o ministro da Educação, que seria sabatinado sobre a escolha de livros didáticos. A audiência já havia sido citada em notícia anterior do portal, publicada no dia 17 de maio.

⁶⁸ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/haddad+compara+criticos+de+livro+a+fascistas/n1596991696869.html>

Abaixo, a crítica da suíte que, em 16 parágrafos, apresenta a opinião de diferentes políticos e traça uma relação entre este caso com outras polêmicas do campo da educação.

EXERCÍCIO 11:

Um pseudo-evento válido

No mundo do jornalismo, um pseudo-evento é uma ação com data e hora marcada, justamente com o objetivo de chamar a atenção da imprensa para determinado assunto. As reportagens “Haddad vai à audiência pública defender livros didáticos”, publicada no dia 30 de maio, às 19h21min, e “Haddad compara críticos de livro a fascistas”, publicada no dia 31 de maio, às 12h30min, partiram de um pseudo-evento: uma audiência organizada pelo Senado, divulgada pela assessoria de imprensa do órgão federal. Ainda que esse tipo de pauta nem sempre seja vista com bons olhos – pois por detrás deste tipo de pauta há sempre a intenção de alguma fonte em se promover – é possível dizer que, apesar de alguns problemas, o material cumpriu o seu objetivo – especialmente a segunda notícia, um relato da audiência capaz de contribuir para a compreensão da polêmica do livro didático do ponto de vista político.

A primeira matéria, assinada por Patrícia Borges, dá um panorama sobre o que iria ser a audiência. A essência do material é informativa, trazendo dados sobre dia, a hora, a pauta e buscando contextualizar, ou seja, apresentar os motivos para a ocorrência do evento. O conteúdo, no entanto, peca por não trazer fontes explícitas. Quando diz, por exemplo, que Haddad “terá de rebater questionamentos”. Ainda que esteja implícito que o ministro será fortemente atacado durante o evento, usar o verbo atacar, ao invés do verbo, responder soa tendencioso. Além disso, em diversos momentos, a repórter cita o ministro, como se tivesse conversado com ele – informação que não é possível ter certeza a partir da matéria.

No relato sobre a audiência, no dia seguinte, a repórter Naia Leão busca a **pluralidade** ao dar voz a diferentes políticos, de diferentes partidos e opiniões – ela cita os políticos João Pedro (PT-AM), Cristovão Buarque (PDT – DF), Álvaro Dias (PSDB –PR), Marisa Serrano (PSDB-MS), Kátia Abreu (DEM-TO) e, claro, o próprio ministro da Educação, Fernando Haddad (PT-SP). A jornalista também buscou **contextualizar o debate**, trazendo à tona outras polêmicas, discutidas durante a audiência, relacionadas ao campo da Educação – relacionada a livros de história e o chamado kit anti-homofobia, que seriam distribuídos nas escolas. De maneira sucinta, foi possível compreender a relação entre os temas e, principalmente, de que forma eles vieram à tona durante a audiência.

No entanto, **problemas de edição** comprometem o material. **Destacar**, na manchete, uma declaração do ministro da Educação, além de não dar um panorama sobre o que foi efetivamente a audiência, tende ao **apelativo**: é um recurso para atrair a atenção dos leitores, conquistar audiência, mais do que informar. Além disso, dá margem para que o próprio portal seja acusado de ser **tendencioso**, pois teria escolhido a pior frase do ministro, na suposta tentativa de desmoralizá-lo.

Há ainda muitas **generalizações** ao longo do texto. De acordo com a repórter “houve muitas críticas e poucas manifestações de apoio ao livro”. A jornalista também utiliza as expressões “vários parlamentares”, “a maioria deles”, para indicar que grande parcela dos políticos estaria descontente com o material. No entanto, justamente os parlamentares citados na reportagem são os que, aparentemente, mais compreendem a obra. Desta forma, induz-se que, ou não eram muitos os parlamentares reclamantes ou as falas selecionadas não resumem o debate travado durante a audiência.

A notícia aparenta ser, num primeiro momento, burocrática – afinal, são relatos sobre a audiência. No entanto, apesar de falhas perceptíveis no processo de produção, no conjunto, o material cumpre o que promete: informam sobre a audiência e se transformam nos olhos do público dentro do Senado.

Aos poucos, a polêmica do livro didático, pela exaustão como foi abordada na imprensa durante o período aqui analisado, começa a rarear no noticiário a partir do fim do mês de maio. Além da reportagem sobre a audiência pública com o ministro Haddad, são registradas mais três matérias até o fim de setembro: “Defensoria Pública pede recolhimento de livro com “nós pega”⁶⁹, às 15h33min do dia 31 de maio; “MPF arquiva processo sobre livro com “nós pega”⁷⁰; do dia 4 de julho, às 11h29min; “Justiça nega pedido de recolhimento de livro com “nós pega”⁷¹, às 12h27min, do dia 23 de setembro. Observa-se que estas três últimas notícias sobre o caso se assemelham entre si justamente pelo fato de apresentarem um caráter noticioso, ou seja, de estarem alicerçadas sobre fatos e trazerem menos interpretação. Em função disso, este último exercício de crítica de mídia noticiosa reuniu três

⁶⁹ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/defensoria+publica+pede+recolhimento+de+livro+com+nos+pega/n1596992150409.html>

⁷⁰ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mpf+arquiva+processo+sobre+livro+com+nos+pega/n1597063165070.html>

⁷¹ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/justica-nega-pedido-de-recolhimento-de-livro-com-nos-pega/n1597224925518.html>

conteúdos em um só texto.

EXERCÍCIO 12: **Sem polêmica, somente fato**

Toda polêmica tem o sem fim. É o que se pode deduzir a partir da análise das três últimas notícias sobre a polêmica do livro didático no Portal iG. Em “Defensoria Pública pede recolhimento de livro com “nós pega”, publicada às 15h33min do dia 31 de maio; “MPF arquiva processo sobre livro com “nós pega”; veiculada dia 4 de julho, às 11h29min; e “Justiça nega pedido de recolhimento de livro com “nós pega””, publicada às 12h27min, do dia 23 de setembro, não há qualquer tentativa em polemizar os acontecimentos. Os jornalistas se contentam em **narrar os fatos** e produzir uma notícia curta, informativa.

As três notícias se baseiam em **fatos de ordem jurídica**: uma no primeiro pedido de recolhimento do livro feito pela Defensoria Pública de Brasília; e as outras duas no arquivamento dos processos abertos contra a autora do livro e o MEC. Entre as **fontes** ouvidas pelos jornalistas, estão apenas as fontes jurídicas, capazes de explicar as motivações sobre a abertura e o fechamento dos processos.

Percebe-se que, em nenhum momento, há uma tentativa dos repórteres em polemizar estes fatos, nem ouvindo outras fontes. As notícias, inclusive, são curtas, composta pela introdução do tema, uma frase em aspas da fonte e uma conclusão.

3.2 Considerações parciais

O exercício de crítica de mídia noticiosa permitiu analisar individualmente as notícias sobre a polêmica do livro didático e identificar critérios a serem utilizados como referência para a produção de críticas sobre outras notícias. Ao todo, foram encontrados sete critérios: fontes, informação, texto, recursos visuais, leitura da realidade, inteligibilidade e ideologia. Observa-se que nesta lista há critérios concretos e abstratos, sendo estes últimos de difícil avaliação. Em função disso, viu-se a necessidade de discutir as gradações de cada um destes critérios, ou seja, aspectos do processo de composição da notícia, a fim de que a análise não se atenha ao campo teórico, mas possa avaliar o jornalismo na prática.

No processo de produção da crítica de mídia noticiosa, o primeiro critério a ser observado é a **informação**, a matéria-prima do jornalismo. A chegada de uma informação à redação, seja através de

uma fonte, seja através de uma investigação *in loco* feita por algum repórter, marca o nascimento da notícia. Convém lembrar que para que esta se transforme em notícia, ela precisa atender aos critérios de noticiabilidade, que podem variar dependendo do veículo de comunicação. Em outras palavras, a informação deve atrair a atenção dos jornalistas e, por fim, atender aos interesses do público. É a partir da informação que começa a formulação da pauta, seguida de execução, edição e publicação.

Critério 1: Informação/Apuração

Marcadores: Apuração das informações; complexidade dos ganchos; reprodução da versão oficial; checar; caráter opinativo; inexistência de informações; omissão; não são informadas; informações não divulgadas; opinião de “famosos”; divulgar a opinião; nenhuma informação nova; acrescenta informação; omissão; única fonte; reprodução de informações; apuração das informações; falha na apuração; checar a informação; checagem da informação; falta de checagem de informações oficiais; checagem do conteúdo; informação rasa, superficial; informações novas; desinformações; nova informação apurada; não houve apuração; confrontação de dados.

Por ser um critério extremamente abrangente, a informação é composta por diversas gradações. Uma delas é a sua *origem*. O crítico de mídia precisa inferir de onde surgiu a informação – se partiu de fonte citada na reportagem, se foi divulgada oficialmente por órgão público ou empresa privada, se foi um acontecimento presenciado pelo jornalista ou se surgiu de uma pesquisa de dados. Descobrir a origem da notícia é essencial para entender como e por que determinado tema foi transformado em pauta e, conseqüentemente, em notícia. Analisar a origem da informação é identificar a sua validade – se o fato merecia o dispêndio de tempo do jornalista para apurar e escrever a notícia e também a atenção do público leitor.

Outra gradação é a *complexidade*, ou seja, a associação do fato novo com a realidade ao seu redor, incluindo fatos anteriores. Uma notícia que faz associação entre fatos ajuda o leitor a entender o mundo ao seu redor, pois acautela para as causas e as conseqüências do acontecimento – e não somente apresenta o acontecimento em si. O principal entrave neste processo sempre foi o *deadline*, ou seja, o fechamento da edição. Com o advento da internet, a questão do *deadline* foi substituída pela imediatividade ou, em outras palavras, a entrega de informações em tempo real. Essa urgência da publicação faz com que a

análise das causas e consequências do fato seja uma etapa esquecida ou ignorada pelas redações, o que leva a publicação de pautas que não teriam a complexidade para se tornar notícia. Um exemplo notório é a suposta notícia sobre a opinião do senador Sarney sobre a polêmica do livro didático. Afinal, o que havia realmente de novo e importante ali para se publicar?

Além da *origem* e da *complexidade da informação*, dentro deste critério está a *apuração*. Apesar de esta parecer, em um primeiro, um critério aparte, torna-se inviável dissociá-la da informação. Toda e qualquer informação que chega aos jornalistas passa por um processo de apuração e checagem – primeiro observa-se e analisa-se a fonte da notícia, depois se confronta com outras fontes e analisa-se a idoneidade dos fatos. Do ponto de vista do crítico de mídia noticiosa, este deve observar até que ponto a equipe de reportagem foi capaz de *apurar e checar as informações* recebidas de diferentes fontes. Indaga-se se a equipe confrontou, averiguou a história – é possível analisar se o repórter esteve no local, se presenciou o fato, se pesquisou dados em diferentes fontes, se entrou em contato com entrevistados divergentes no assunto, se fez uma pesquisa em documento ou uma pesquisa de campo. Quanto mais confrontação de dados, com mais segurança o repórter transmite a informação e maior credibilidade é repassada ao público final.

Por fim, é preciso observar se no processo de apuração da notícia houve *omissão* de informações ou a transmissão de *desinformação*. A omissão é a gradação mais difícil de identificar, pois tende a ser proposital – ou seja, é camuflada pelo jornalista para atender aos seus próprios interesses ou aos interesses do veículo em que trabalha. Em geral, a omissão só será percebida pelo crítico de mídia e pelos leitores se estes tiverem acesso aos dados, caso estes sejam divulgadas por outros meios. Já a *desinformação* ocorre quando são repassadas para o público leitor informações distorcidas. A desinformação pode ser gerada pela própria fonte, que compartilha de maneira errônea os dados que possui sobre o assunto com a equipe de redação. Neste caso, o jornalista erra quando confia em uma única fonte e não checa a informação recebida – e acaba por repassar a desinformação ao público leitor. Por vezes, a desinformação é gerada pelo próprio jornalista que, ainda que note a ausência de dados, não os apura corretamente e acaba por publicá-los parcialmente, recorrendo a generalizações que podem ser percebidas no texto.

Outro critério a ser observado durante o processo de produção da crítica de mídia noticiosa são as **fontes**. Conforme visto no segundo

capítulo, a preocupação com as fontes do jornalismo desperta o interesse do público leitor, que valoriza a quantidade de entrevistados na reportagem e tem curiosidade em saber como o jornalista conseguiu determinada informação. Apesar de o leitor estar atento a este critério, ele é de ordem técnica e tem uma série de gradações a serem observadas quando se faz a crítica de notícia.

Critério 2: Fontes

Marcadores: a consulta a diferentes fontes, a fonte como contraponto, a confrontação ou não de determinada fonte com outra, a inexistência ou a pluralidade fontes, a reprodução de informações obtidas por fontes de terceiros.

A primeira e mais evidente gradação do critério **fonte** é a *quantidade de entrevistados* abordados pelo jornalista. Há um consenso entre leigos e especialistas de que quanto mais entrevistados tiver a notícia, mais completa ela chegará ao público. Diferentes fontes poderiam acrescentar detalhes à mesma história e, quando suas narrativas forem compatíveis, poderiam até comprovar a existência de determinado acontecimento. Observa-se, porém, que se as pessoas entrevistadas forem todas do mesmo círculo – seja profissional, social, familiar – as chances de discordâncias entre histórias e opiniões sobre o fato diminuem. Em função disso, o crítico de mídia, ao avaliar as notícias, deve observar se a quantidade de entrevistados está acompanhada da *diversidade* de fontes com diferentes discursos, ou seja, se o jornalista ouviu pessoas com diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, incluindo o contraponto. A observação da quantidade e da diversidade de fontes deve ser redobrada especialmente quando se trata de temas polêmicos, capazes de dividir a sociedade e, conseqüentemente, os entrevistados. Destaca-se que quantidade aliada à diversidade de fontes impede que o jornalismo seja tendencioso ou parcial, já que demonstra uma preocupação em confrontar versões.

O crítico de mídia, no processo de avaliação da notícia, deve ter em mente que a notícia não precisa ser composta apenas de entrevistas, mas que as informações podem ter surgido de outras fontes: dados divulgados por uma instituição, resultados de pesquisas acadêmicas, documentos disponibilizados em sites oficiais, entre outros. A observação destes aspectos leva em conta o nível de *pluralidade* na notícia, ou seja, a busca de informações por meio de diferentes recursos. É preciso, no entanto, ficar atento à origem destes recursos. Conteúdos advindos de releases de órgãos governamentais e empresas, entrevistas

repblicadas de outros veículos e até materiais comprados de agências de notícias precisam ser checados e confrontados antes de serem publicados – embora inspirem credibilidade, estes são passíveis de erro.

Por fim, a gradação mais difícil de identificar no critério **fonte** é a *abordagem*. Esta se refere à maneira como o repórter interpelou o entrevistado. A forma como o jornalista vai abordar a fonte é um processo que começa na redação, na definição da pauta e do pré-roteiro de entrevista. É comum que os profissionais saiam com uma série de perguntas da redação. O problema é quando estas perguntas estão calcadas em pré-julgamentos antes de se chegar à pauta. Este roteiro agendado pode interferir diretamente no andamento da entrevista e, posteriormente, na escritura do texto. A dificuldade desta gradação, do ponto de vista do crítico, é identificar, nas entrelinhas do produto final, o que ocorreu na entrevista, tendo em vista que este é um critério do processo de produção nem sempre visível no texto final. Por vezes, ele pode ficar notório entre o discurso do repórter e as aspas do entrevistado, ou então, ele desaparece na construção textual. É nas entrelinhas do texto, no recorte da fala do repórter com as aspas do autor, que o crítico de mídia deve buscar visualizar como a abordagem afetou o resultado final.

Outro critério a ser considerado pela crítica de mídia é o **texto** jornalístico. A redação noticiosa é o fio condutor da história a ser contada sobre o fato. Entre as gradações a serem observadas estão a *construção do texto* em si, composta pela hierarquização de informações, a escolha das palavras, a opção pelas aspas feitas pelo repórter; e o *processo de edição*, evidente na escolha das manchetes, títulos, intertítulos, legendas, entre outros textos de mais destaque.

CRITÉRIO 3: Texto/Edição

MARCADORES: destaque; construção do texto; mal conduzido; generalização; traduzir para linguagem coloquial; generalizações; generalização; repete informações; termos incoerentes; contradiz reportagens anteriores; inversão no tom; polarização; introdução ao assunto; parágrafo explicativo; breve explicação; contradição; problemas de edição; problemas de edição; declaração apelativa.

A análise do texto parte do primeiro parágrafo, a abertura da notícia. Esta introdução pode ter gradações criativas, mas deve, principalmente, ser informativa, apresentando um panorama sobre a notícia para o leitor. Ocorre que em vez de apresentar o panorama, o jornalista considera que o público já conhece o assunto abordado e opta

por omitir as informações básicas. Esta decisão do repórter é comum em suítes, mas pode comprometer o entendimento da notícia. Problemas de abertura no texto noticioso ficaram evidentes nas suítes sobre a polêmica do livro didático, quando faltou uma breve explicação sobre o tema que estava em pauta no noticiário.

O crítico de notícias pode também estar atento à linguagem usada pelo jornalista. Por se destinar a um público heterogêneo, as notícias são escritas de forma coloquial, acessível a todos. A escolha das palavras e a construção das frases merecem uma observação atenta no processo de produção da crítica. A opção por determinadas expressões em vez de outras interfere no sentido do texto e indica as intenções do jornalista. O crítico deve compreender que quando um repórter opta por abrir aspas para uma frase polêmica de um entrevistado no lugar de uma frase explicativa, ele dá pistas sobre qual a repercussão o veículo de comunicação espera daquela notícia. Nenhuma palavra é escrita despreziosamente.

O texto ainda é capaz de encobrir falhas no processo de apuração. Quando uma publicação está repleta de termos técnicos de determinado assunto e não há explicação sobre os seus significados, percebe-se que o repórter não apurou estes dados devidamente. Problemas de apuração evidentes no texto se dão quando ocorrem generalizações, adjetivação e uso repetido de conteúdos já publicados em outras notícias. São recursos usados pelos jornalistas para driblar a inexistência das informações. O que significa que nem sempre o melhor texto é o mais bem apurado. Uma apuração precária é acobertada por um bom texto.

Por fim, é preciso estar atento ao uso de termos nas notícias. Um problema identificado na análise das notícias sobre a polêmica do livro didático, que pode vir a se repetir em outros casos, é a contradição entre as notícias, uma espécie de mudança no tom da cobertura, percebida nos vocábulos utilizados por diferentes repórteres. As notícias sobre o caso começam acusando o livro, dizendo que ele “ensina errado”. Posteriormente, o tom de acusação desaparece e passa-se a usar termos mais amenos, como “conteria erros”. Essa contradição entre as notícias parece uma tentativa de correção de um dado que foi publicado errado, mas sem atrair a atenção do leitor para este fato e nem chamar este processo de correção. Um processo, no mínimo, questionável no que se refere à credibilidade para o jornalismo – e que deve ser observado com atenção pelos críticos do jornalismo.

Além das gradações da construção do texto por parte do repórter, há gradações do processo de edição deste mesmo texto por

parte dos editores. Sabe-se que apesar de ser o repórter quem apura, checa e assina a notícia, a redação jornalística passa pela revisão de um ou mais profissionais com a responsabilidade de dar título, linha de apoio, intertítulo e fazer legendas e olhos. Além disso, estes profissionais podem até alterar o texto do repórter, caso julguem necessário. O processo de edição é o que hierarquiza a informação, ou seja, destaca aquilo que é considerado importante. Assim como as escolhas das palavras, frases e aspas do repórter indicam as suas intenções na construção da notícia, as opções que os editores fazem no processo de hierarquizações do conteúdo indicam aquilo que eles consideram importante, seja para o público leitor, seja para a própria audiência / venda do veículo de comunicação no qual atuam. É neste processo de hierarquização que se subentende se o veículo quer informar ou chamar atenção a qualquer custo.

Tanto no que se refere à construção do texto quanto à edição, é preciso observar a polarização das informações. Na tentativa de simplificar o fato jornalístico e criar uma narrativa envolvente, o repórter ou o editor busca polarizar vozes ou dados na notícia. É preciso observar se a polarização de fato ocorre ou se é apenas um recurso para atrair a atenção para a história em questão. Em geral, quando a polarização de opiniões, por exemplo, não faz sentido, ela torna-se perceptível no texto.

Se o texto é um critério importante a ser observado, não se pode esquecer que a notícia não é contada somente desta forma. Nas mais diferentes plataformas, estão os recursos audiovisuais, ou seja, fotografias, imagens, infográficos, ilustrações, reproduções, entre outros, que devem ser observados nas críticas da mídia noticiosa.

CRITÉRIO 4: Recursos visuais

MARCADORES: imagens internas do livro; uso de imagens; imagens; transcrição de trechos; reprodução das imagens.

Tal qual na arte, os recursos visuais nas notícias mexem com as sensações do leitor. A escolha de fotografias e ilustrações para as capas dos jornais, das imagens que irão acompanhar um *off* na televisão ou para acompanhar o texto jornalístico, seja na internet, seja no impresso, envolve a plasticidade. Afinal, como passar despercebido por uma imagem impactante ou uma página com um visual diferente do projeto gráfico? Estas escolhas desejam causar um efeito no leitor – e este efeito deve ser analisado.

Os recursos visuais utilizados junto às notícias não surtem

apenas um efeito de conotação estética. Imagem, neste caso, é informação. Um crítico de mídia noticiosa impressa, por exemplo, pode observar se as escolhas imagéticas feitas por fotógrafos e editores facilitam ou dificultam a leitura da notícia. Além disso, mais do que simplesmente se deixar levar por gostos pessoais, fotógrafos, cinegrafistas, diagramadores, ilustradores e editores estão atentos à relação das imagens com a notícia a qual estes recursos estão vinculados. Da mesma forma, um crítico de mídia analisa quais as contribuições das imagens para a pauta em questão.

No caso das notícias analisadas sobre a polêmica do livro didático, não se observa alterações no que se refere à disposição gráfica das notícias se comparadas a outros conteúdos do site. Não há uma mudança no projeto gráfico na qual são apresentadas as informações, nem ilustrações referentes à pauta. Contudo, foram encontrados dois tipos de imagens: fotografias e reproduções de páginas do livro didático. As fotografias eram de alunos de escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Elas identificam quem eram os entrevistados e, de alguma forma, comprovam que o repórter esteve em uma entrevista *in loco*. Já as reproduções das páginas do livro didático ajudam o leitor a ter acesso ao conteúdo e, a partir da leitura dos trechos escaneados, o levam a tirar as próprias conclusões sobre o material. As imagens, portanto, além de ilustrar e informar, servem como uma espécie de prova da notícia.

As informações recebidas pelos diferentes veículos de comunicação, antes de virarem notícia, passam pelo crivo dos jornalistas. A triagem que os jornalistas fazem dos fatos que chegam às redações passa pelo critério **leitura da realidade**, que é interpretação feita pelo jornalista do conteúdo recebido e colhido em campo e a sua habilidade de relacioná-lo com os próprios conhecimentos e com a realidade ao redor das informações recebidas.

CRITÉRIO 5: Leitura da realidade

MARCADORES: relaciona ao contexto; tradução de termos técnicos; tradução da realidade; indução ao erro de leitura da realidade; desmistifica; interpretação; descrição e interpretação do livro; falta de interpretação e tradução.

Se bastasse ao jornalista decodificar as informações que recebe através de diferentes fontes ou colhidas em campo, a leitura feita por este profissional poderia ser somente uma leitura de dados. Contudo, a sociedade contemporânea deposita no jornalismo a função não só de ler

estas informações, mas de esclarecer a realidade confusa (HALL at al, 1999, p.228). Espera-se que a imprensa seja capaz de desmistificar boatos, desfazer preconceitos e distorções e elucidar acontecimentos da vida cotidiana de difícil compreensão para o público leitor ou de difícil acesso. Desta forma, mais do que ler as informações, o jornalista precisa ler a realidade para que possa, por meio da notícia, traduzi-la ao público final. Observa-se, porém, que a leitura da realidade e a conexão desta com outros acontecimentos e com a realidade ao seu redor passam pela subjetividade do jornalista que fará tal interpretação. O repórter ou o editor envolvido no processo de produção da notícia analisa e relaciona aquilo que recebe com o próprio conhecimento que tem de mundo e com dados advindos da sua atividade profissional. Por isso, a atividade jornalística é passível de erros, pode gerar distorções da realidade, induzir ao erro, o que fará com que tais informações, lidas de maneira equivocada pelo jornalista, cheguem equivocadamente aos leitores.

Do ponto de vista da crítica de mídia, a leitura da realidade é um critério com alto nível de abstração. Torna-se difícil observar até que ponto os conhecimentos de vida e os conhecimentos profissionais do jornalista ajudam ou prejudicam a leitura de dados que podem se transformar em notícia. A sua análise é possível quando o crítico identifica, na notícia, erros. E é a partir destes erros que pode avaliar se este derivou ou não da interpretação do jornalista.

Apesar de colocados aqui separadamente, a leitura da realidade é um critério que mantém uma relação de extrema dependência com a **inteligibilidade**. Esta é a transformação das informações recebidas e das conexões feitas pelo jornalista em uma notícia compreensível ao público leitor. A execução correta ou distorcida de um destes critérios pode afetar o desempenho do outro.

CRITÉRIO 6: Inteligibilidade.

MARCADORES: termos técnicos; esclarecedora; reproduzir expressões (...) sem explicar; contextualizar o debate; reprodução de expressões, sem explicação; explicação de termos científicos, má tradução.

Mais especificamente, a inteligibilidade é a capacidade do jornalista de, a partir da leitura que fez na realidade, repassar a compreensão que teve sobre determinado assunto corretamente ao público leitor. Funciona como uma espécie de tradução das informações já interpretadas pelo jornalista. Observa-se, no entanto, que esta transmissão está condicionada ao bom desempenho no processo de

leitura da realidade. Se a interpretação do jornalista sobre os acontecimentos e a sua correlação com outros fatos não foi distorcida, há chances que o texto jornalístico torne-se compreensível ao público final. Se a leitura já foi feita erroneamente, a inteligibilidade estará comprometida. Porém, ainda que a leitura da realidade tenha sido feita, não significa que esta tenha sido transmitida corretamente. Muitas vezes, o jornalista tem dificuldade de traduzir em palavras acontecimentos apurados e presenciados. Desta forma, todo o trabalho de interpretação torna-se inútil se o jornalista é incapaz de produzir um texto compreensível ao público leitor.

Por lidar com a compreensão, a análise da inteligibilidade por parte da crítica de mídia está diretamente associada ao texto, fazendo com que este critério seja menos abstrato que a leitura da realidade. Observa-se, entretanto, que a inteligibilidade depende no nível de conhecimento do público leitor sobre determinado assunto, nível difícil de medir. O crítico, ao fazer a análise destes critérios, teria que considerar o público alvo do jornal e, com base nisso, avaliar o texto. A tradução de termos técnicos, a descrição, a tentativa de correlação entre temas estão entre aspectos a serem considerados aqui.

Por fim, o último critério a ser analisado seria a **ideologia** presente nas notícias, ou seja, um conjunto de ideias ou crenças sobre determinado assunto, propagado através da publicação. É um critério de ordem abstrata, de difícil observação por parte dos críticos de mídia, porém perpassa todas as etapas do processo de produção da notícia – do texto a escolha das fontes.

CRITÉRIO 7: Ideologia

MARCADORES: caráter ideológico; imparcialidade; angulação; parcialidade; tendencioso; reforçam estranhamento; confirmam a tese; parcialidade; tendencioso; artigo opinativo, reforçar concepção.

A ideologia de determinado grupo da sociedade, possivelmente compartilhada pelos jornalistas por meio de suas notícias, geralmente tem duas gradações: a intencional e a não-intencional. Na gradação intencional, o processo de produção da notícia é feito com a finalidade de informar e compartilhar as crenças sobre o assunto em pauta. Esta intencionalidade pode visar a atender os interesses do próprio jornalista, do veículo em que trabalha e até os interesses de uma fonte do jornal. As intenções do jornalista podem ser observáveis especialmente quando o texto jornalístico deixa de ser apenas informativo, mas é composto de emissão de opiniões, seja do próprio repórter, seja das fontes

entrevistadas. Desta forma, críticos e leitores taxam estas notícias de parciais, opinativas e até tendenciosas. No entanto, a intencionalidade pode estar disfarçada ao longo da reportagem. Optar por uma fonte e não por outra; por uma paráfrase em vez de uma aspa são recursos utilizados para dissimular a ideologia que dá base à publicação.

Por outro lado, a ideologia não intencional é aquela que, apesar de transmitir o modo de pensar de determinado grupo da sociedade, incluindo o modo de pensar dos próprios jornalistas, não o faz com este objetivo. Imersos na cultura da sociedade contemporânea, os jornalistas têm as suas próprias crenças e reproduzem, mesmo que inconscientemente, estas crenças e levá-las ao público leitor. Em outras palavras, pode-se dizer que não há má-fé neste processo. Além disso, a ideologia não-intencional chega de maneira imperceptível ao público leitor que compartilha da mesma ideologia reproduzida pelo jornalista. Da mesma forma que a ideologia intencional deve ser investigada, pelo crítico, nas escolhas do jornalista, a não-intencional também está presente nos diferentes critérios aqui discutidos – na escolha do texto, dos recursos visuais, nas opções por determinadas fontes em detrimento de outras. É na observação destes critérios que é possível deduzir a visão de mundo propagada pelo jornalista em sua notícia – mesmo que este não seja o objetivo do profissional.

Para concluir a discussão, torna-se necessário retomar a relação entre os critérios aqui identificados e o critério predominante na crítica publicada hoje em observatórios de imprensa e outros órgãos semelhantes: a ética. Conforme visto no primeiro capítulo, muitas das críticas hoje já produzidas pelos profissionais da Comunicação estão preocupadas em avaliar o jornalismo do ponto de vista ético – ou seja, o seu comprometimento com a função social que o jornalismo exerce na sociedade, uma consciência sobre as causas e consequência da atividade jornalística. Ainda que haja uma ampla defesa destes observatórios sobre a necessidade da avaliação ética do jornalismo, reitera-se aqui que a ética não pode ser analisada apartada dos critérios identificados neste exercício. Entre os critérios aos quais ela se ligaria com mais ênfase está o caráter ideológico das notícias. A tendência é que uma notícia seja antitética quando a ideologia do jornalista ou do veículo de comunicação em que trabalha interfere no processo de composição da notícia. A falta de ética é mais comum de ser encontrada quando essa ideologia é intencional, ou seja, há má-fé. Se, portanto, a ética aproxima-se da ideologia, assim como esta, ela pode ser encontrada na análise dos outros critérios – na escolha das fontes, na escolha das palavras que compõem o texto, na escolha dos recursos visuais.

Ideologia e ética perpassam todo o processo de produção da notícia.

Convém dizer que assim como o jornalista reproduz sua visão de mundo quando produz a notícia, o crítico de mídia noticiosa também reproduz, em sua crítica, sua visão sobre o que é o jornalismo. Por isso, os critérios técnicos não são somente técnicos – são também impressões que o crítico tem das notícias. Impressões, no entanto, externalizadas no texto crítico, baseadas em exemplos, argumentos e indícios retirados da análise do produto jornalístico. O que faz com que os critérios técnicos acabem por dialogar e até mesmo concordar com as impressões que a sociedade tem das notícias, tendo em vista o compartilhamento e a interação entre produtores, receptores e críticos.

4. CONCLUSÃO

Quando a crítica de mídia noticiosa foi eleita como objeto de investigação desta pesquisa, questionamentos surgiram de imediato. Primeiramente, existia uma incerteza com relação à existência de críticas sobre os produtos jornalísticos. Reconhecia-se que havia textos voltados para a análise da mídia, mas pairava uma hesitação em nomeá-los propriamente de crítica. Posteriormente, estas produções passaram a ser consideradas interações críticas sobre os produtos jornalísticos. A partir de uma investigação teórica deste objeto de estudo, observou-se que estas interações críticas sobre o jornalismo eram frágeis em diferentes aspectos – dispersas, não continham critérios de análise explícitos, dependendo basicamente de opiniões pessoais, e, muitas vezes, atendendo a interesses privados. Considerando este cenário, percebeu-se a necessidade de investigar critérios de crítica de mídia noticiosa a fim de ajudar no aperfeiçoamento desta prática. Tomou-se como objeto empírico o acontecimento jornalístico que ficou conhecido como a polêmica do livro didático. Com dois objetivos de (1) identificar critérios subentendidos nas impressões críticas da sociedade sobre as práticas e os processos jornalísticos e (2) fazer exercícios de crítica de mídia noticiosa, buscando observar problemas nas notícias analisadas, inferir e sistematizar critérios técnicos para se fazer a crítica. E como corpus foram analisadas: (a) as críticas sobre as notícias, reunidas no dossiê *Por Uma Vida Melhor*, organizado pela ONG *Ação Educativa*, e (b) as próprias notícias sobre o livro didático que originaram a reação da sociedade à cobertura noticiosa, publicadas no *Portal IG*, primeiro veículo a dar a notícia. As análises ocorreram em dois foros feitas em dois *corpora*, ambos ligados ao acontecimento jornalístico que ficou conhecido como a polêmica do livro didático. O primeiro corpus foi composto de críticas produzidas pela sociedade, publicadas em dossiê organizado sobre a polêmica; e o segundo corpus, notícias sobre o livro didático que originaram a reação da sociedade à cobertura noticiosa.

O percurso para a identificação e sistematização destes critérios passou por um levantamento teórico sobre a produção crítica. Apesar de a bibliografia sobre o tema ser reduzida, especialmente no que se refere ao jornalismo, foi possível encontrar algumas publicações que auxiliaram a pesquisa, servindo de orientação sobre possíveis procedimentos e práticas da crítica de mídia noticiosa. As ideias de Marcondes (2002) possibilitaram a reflexão sobre a necessidade de se ter bases razoáveis para apreciar os produtos midiáticos. Carey (1974),

ao debater o uso que era feito da crítica nos Estados Unidos, ajudou a sustentar que a crítica não deveria ser um ataque – ela deveria basear-se em uma análise detalhada, especialmente da linguagem. Já o aporte teórico de Braga (2006) contribuiu para o reconhecimento das interações críticas dispersas na sociedade – incluindo o dossiê –, visualizando suas possibilidades de aperfeiçoamento. Bertrand (2001), por sua vez, confirmou a existência de diferentes processos críticos na sociedade, sem deixar de pontuar a fragilidade destas práticas bem como a sua falta de credibilidade junto à sociedade e ao próprio campo profissional do jornalismo. Estes autores deram direções sobre como investigar a crítica de mídia noticiosa e seus critérios: não abandonar a crítica já existente, produzida pela sociedade como um todo; fazer com que esta crítica seja um ponto de partida para o aperfeiçoamento desta prática; insistir que a crítica tenha uma base sólida na qual se apoiar; evitar o deboche e o ataque. Desta forma, a crítica moldou-se aqui como um objeto de investigação, mas, ao mesmo tempo, um exercício.

A investigação critérios de crítica de mídia noticiosa também foi possível a partir da compreensão do funcionamento da crítica em outras áreas, especialmente na Literatura. As reflexões de Eagleton (1991) sobre o nascimento e o desenvolvimento da crítica literária, do início da Idade Moderna aos dias de hoje, alertou para a necessidade de a crítica não se isolar em grupos de especialistas, supostamente preparado para discutir o objeto a ser criticado. Pelo contrário, a função da crítica seria a de dialogar com as questões que interessa a sociedade na qual está inserida – só assim ela poderia ter mais relevância. Neste sentido, a proposta dos Estudos Culturais em ampliar aquilo que são considerados objetos culturais, incluindo práticas contemporâneas como o jornalismo, e consequentemente a avaliação destes objetos, serviu de base para fundamentar a crítica aqui proposta. A partir das colocações de Williams (1992) e Hall et al (1999), tomou-se o jornalismo como um produto cultural por envolver sentidos entre produtores, receptores e as notícias. Desta forma, caberia à crítica de mídia noticiosa analisar o texto, sem, no entanto, abandonar a investigação social que este motiva, ou seja, as questões provenientes da rua. Pode-se dizer, portanto, que uma crítica que esteja embasada no pensamento desta escola não separa conteúdo e forma, ou em outras palavras, considera que “elucidar os componentes de uma obra é elucidar a prática em si” (CEVASCO, 2001).

Complementarmente, Braga (2006) reforça essa concepção da mídia como um produto cultural ao mostrar que o sistema de comunicação é composto pela produção, pela recepção e pela interação,

sendo que este último sistema evidencia que a sociedade não apenas recebe os conteúdos, mas interage com eles, usa os próprios conhecimentos para avaliar e validar os produtos midiáticos, incluindo os jornalísticos. É esta interação que validaria o jornalismo como um produto cultural. O autor defende que a crítica dos produtos midiáticos deve ser uma análise do produto em si, considerando repertórios, valores, enfim, critérios – tanto quanto sugerem Machado (2000), Serelle e Soares (2012) e Silva e Soares (2013).

O resultado destas leituras, seguida de análise empírica, foi a identificação das impressões críticas da sociedade, ou seja, aspectos que o público utiliza para avaliar os produtos midiáticos (opinião x informação; interpretação da realidade; omissão de informações; ausência de contexto; desinformação; ausência de fontes) e a sistematização de critérios técnicos observados por meio de exercícios de crítica de mídia noticiosa (fontes, informação, texto, recursos visuais, leitura da realidade, inteligibilidade e ideologia). Contudo, considerações devem ser feitas a partir do cotejar destes critérios.

Primeiramente, observou-se a concordância entre impressões e critérios técnicos. Um exemplo é o aparecimento da preocupação com a informação em ambas as análises. Enquanto as impressões falam de *omissão de informações* e *desinformação*, critério técnico abarca no critério *informação* diferentes gradações deste aspecto da notícia. Outro exemplo de concordância pode ser encontrado entre as impressões que falam sobre a *ausência de fontes* e o critério *fonte*. Percebe-se que há um diálogo entre aquilo que a sociedade espera do jornalismo e aquilo que o jornalismo, tecnicamente, se propõe a fazer. Esta justaposição de critérios já era esperada, tendo em vista que os profissionais da comunicação compartilham, de alguma maneira, aquilo que entendem ser o jornalismo (BENETTI, 2007). Observa-se, no entanto, que estes critérios são diferentes. Os critérios técnicos são amplos e exigem um detalhamento a partir das suas gradações, enquanto os critérios baseados em impressões emitem um julgamento sobre o objeto criticado. As impressões dos leitores poderiam ser categorizadas como gradações dos critérios técnicos por serem compostas de um julgamento que precede a análise técnica. Sua validação pela crítica técnica, no entanto, dependeria da identificação de elementos na análise crítica que sustentam tais impressões – caso contrário, recaem na mera opinião e até mesmo na velha crítica de ataque.

Vale ainda dizer que o que diferencia a crítica baseada em critérios técnicos da crítica baseada em impressões é a apresentação de argumentos que embasem a análise. Se a crítica feita com impressões

baseia-se em opinião, a crítica focada nos critérios técnicos exemplifica o seu ponto de vista e busca vestígios para sustentá-lo. Esta explanação garante uma análise detalhada do produto e a inclusão da sociedade na discussão, tendo em vista que detalha ao leitor da crítica o processo de análise.

Enfatiza-se também que as impressões aqui identificadas possuem um vínculo direto com o objeto empírico analisado e os problemas por estes apresentados. Se o objeto empírico fosse outro, muito provavelmente outras impressões poderiam ser encontradas. Em sendo outro o objeto empírico, também o exercício de crítica poderia encontrar outros marcadores e, conseqüentemente, outros critérios técnicos. Ainda assim, supõe-se que parte dos critérios aqui discutidos voltaria a se repetir, justamente por expor as visões da sociedade sobre esta atividade midiática e, ao mesmo tempo, os erros aqui apontados nas notícias tendem a se repetir.

Cabe ainda dizer que, embora os critérios sejam de certo modo óbvios, nunca, porém, haviam sido sistematizados desta forma. E, apesar de os resultados aqui encontrados serem apresentados na forma de conclusão, esta pesquisa se mostra embrionária. Inúmeras são as possibilidades de investigação da crítica de mídia e, mais especificamente, da crítica dos produtos jornalísticos. Espera-se que com a identificação, a organização e a explicitação dos critérios, estes possam ser utilizados no processo de produção de crítica de mídia noticiosa, seja dentro ou fora do ambiente acadêmico. Espera-se também que, dentro do ambiente acadêmico, os critérios possam ser testados em outras pesquisas, com outros objetos empíricos. Há ainda há possibilidade de que diferentes critérios e outras gradações possam ser investigados em outras dissertações e teses que, mesmo sem ter a crítica de mídia como objeto de estudo, fazem análises de cobertura de acontecimentos jornalísticos específicos.

Paralelamente aos estudos sobre os critérios, esta pesquisa abre caminho ainda para que se investigue a crítica de mídia noticiosa como um gênero textual, considerando os aspectos da sua produção, da escolha dos títulos, a abertura do texto até a coesão e a coerência dos argumentos apresentados.

Para finalizar, importa dizer que num cenário cada vez mais pessimista sobre o futuro do jornalismo – a morte dos jornais impressos à espreita, a proliferação de falsas notícias nas redes sociais e as dúvidas sobre a credibilidade da profissão – estudar a crítica de mídia noticiosa é uma forma de contribuir para a formação universitária de novos jornalistas e, conseqüentemente, para uma prática mais aperfeiçoada e

responsável. E, eventualmente, se esta crítica ganhar um espaço que não seja somente acadêmico tem também potencial de contribuir para a formação leitores mais críticos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. Significado político da manipulação na grande imprensa. IN: ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Marcó Antonio Roxo da. **Mediacriticism à brasileira: o Observatório da Imprensa**. GT Estudos de Jornalismo, X Reunião Anual da Compós, Brasília, 2001.

BAGNO, Marcos. Dramática da língua portuguesa: Tradição gramatical, mídia & exclusão social. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BARONAS, Roberto Leiser; COX, Maria Inês Pagliarini. Por uma vida melhor na mídia:: discurso, aforização e polêmica. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 1, p.65-93, jan. 2013.

BENEDETI, Carina Andrade. A qualidade da informação jornalística: Uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004.. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 5., 2007, Universidade Federal de Sergipe. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.[s.l]: Sbjor, 2007. p. 1-15.

BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia**. Bauru: Edusc, 2002.

BIONDO, Fabiana Poças. **As diferentes versões de uma história única: a polêmica a respeito do livro didático por uma vida melhor e os estudos do(s) letramento(s)**. *Trab. linguist. apl.* [online]. 2012, vol.51, n.1, pp. 245-260. ISSN 0103-1813.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W.. Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. 263. ed. Lisboa: Veja, 1999. Cap. 277. p. 263-277.

BORNHEIM, Gerd. As dimensões da crítica. In: MARTINS, Maria Helena. Rumos da crítica. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007. p. 33-45.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia:** Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Interação como contexto da Comunicação. **Matrizes**, São Paulo, ano 6, n.1, p.25-42, jan. 2012.

CAREY, James. Journalism and criticism: The case of an undeveloped profession. **The Review of Politics**, 36, 1974, p.227-249.

CAREY, James. Scholarship, Research and Journalism: an interview to David McKnight. *Australian Journalism Review* 22(2) 2000.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams.** São Paulo: Paz e terra, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Dez impasses para uma efetiva crítica da mídia no Brasil. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]

CHRISTOFOLETTI, Rogério; DAMAS, Susana Herrera. Media watchers: a profile of press criticism in Latin America. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 2, n. 2, p.11-28, jun. 2006.

DALPIAZ, Jamile Gamba. **Representações do brasil na imprensa britânica:** uma análise cultural do jornal The Guardian. 2013. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DELLAGNELO, Adriana Kuerten; RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. Introdução aos Estudos da Linguagem. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2009.

DINES, Alberto. **85 anos de crítica de mídia**. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt201120021.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

DINES, Alberto. Mediaticism: Um espaço mal-dito. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Comunicação, hegemonia e contra-informação. São Paulo: Editora Cortez, 1982. p. 147-154.

DOURADO, Zildenor Ferreira. **Discurso, preconceito linguístico e manipulação da informação**: estudo de caso sobre a polêmica, na imprensa, dos supostos “erros” de português em livro do MEC. 2011. 51 f. Monografia (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/2531>. Acesso em: 24 nov. 2013.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EGYPTO, Luiz; MALIN, Mauro. Um observatório, mais observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. Observatórios de mídia. São Paulo: Paulus, 2008. p. 173-184.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. Revista Famecos, Porto Alegre, n.9 , p.87-97, 9 dez. 1998.

Fontcuberta, Mar de. El periódico como sistema. In: Fontcuberta, Mar de; Borrat, Héctor; Periódicos. **Sistemas complejos, narradores en interacción**. Buenos Aires: La Crujfa, 2006. p. 15-150.

GLASSER, Theodoro. O ombudsman de imprensa nos Estados Unidos. In: BERTRAND, Claude-jean. O arsenal da democracia. Bauru: Edusc, 2002. p. 213-221.

GOLDSTEIN, Tom. **Killing the messenger**: 100 years of media criticism. Nova York: Columbia University Press, 2007.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.102-116, jan. 2004.

GROTH, Otto. Tarefas de pesquisa da ciência da cultura. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. **A Era Glacial do Jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 155-181.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Breves notas sobre a crítica de mídia no Brasil**: critérios de análise e a proposta de uma rede universitária de observatórios de imprensa. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

GUERRA, Josenildo. Monitoramento de Cobertura e Produção Experimental Monitorada: Pesquisa aplicada voltada para a qualificação de produtos e processos jornalísticos. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Vitrine e Vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo*. Covilhã: Labcom Books, 2010. p. 69-94.

GUERRA, Josenildo. **Rede Nacional de observatórios da imprensa: um panorama inicial**. 2007. Disponível em: <<http://www.observatorio.daimprensa.com.br/news/view/rede-nacional-de-observatorios-de-imprensa-um-panorama-inicial>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL at al. Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Veja, 1999. Cap. 277. p. 263-277.

HALL, Stuart. **Culture, media, language**. London, Routledge, 1980.

HUTCHINS, R. M. et al. A Free and Responsible Press a General Report on Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books by the Commission on Freedom of the Press. Chicago: University of Chicago Press, 1947.

JACOBY, Al. Um ombudsman de jornal: memórias pessoais dos primeiros tempos. In: BERTRAND, Claude-jean. *O arsenal da democracia*. Bauru: Edusc, 2002. p. 223-229.

JAWSNICKER, Claudia. Cadernos de Jornalismo e Comunicação: iniciativa precursora de media criticism no Brasil. Alceu, Rio de Janeiro, p.150-158, 2008.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.

LEENHARDT, Jacques. Crítica de arte e cultura no mundo contemporâneo. In: MARTINS, Maria Helena. Rumos da crítica. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007. p. 19-28.

LOURES, Angela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. Um observatório, mais observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. Observatórios de mídia. São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-38.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 5. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: AIDAR PRADO, José Luiz (org.). **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker, 2002, p.14-26.

MARCONDES, Iara Lucia. Os consultórios gramaticais: Um estudo de preconceito e intolerância linguísticos. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARQUES DE MELO, José. Apresentação. In: DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilson de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. Observatórios de mídia. São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-38.

NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: MARTINS, Maria Helena. Rumos da crítica. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007. p. 33-45.

OLIVEIRA, Maria Madalena da Costa. Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso. 2007. 347 f. Tese (Doutoramento) - Universidade do Minho, Braga, 2007.

PAULINO, Fernando de Oliveira. Responsabilidade Social da Mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, em Portugal e na Espanha. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. Vitrine e Vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: Labcom Books, 2010. p. 35-52.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Estudos de Jornalismo e Mídia, Florianópolis, n.2, p.13-29, 2004.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O que é "estética"**. [2011]. Disponível em: <<http://cargocollective.com/ymago/Ranciere-Txt-2>>. Acesso em: 21 out. 2013.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Cotexto. In: CEIA, Carlos. **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=847&Itemid=2>. Acesso em: 12 mar. 2014.

ROTHBERG, Danilo. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. Vitrine e Vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: Labcom Books, 2010. p. 53-68.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Doa-se lindos filhotes de poodle: Variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Edirora Parábola, 2005.

SERELLE, M. V.; SOARES, R. L. A crítica de TV no Brasil: valores e repertórios. In: Colloque International Qu'est-ce qu'une télévision de qualité?, 2012, Paris (França). Ateliers du Colloque. Paris (França): Centre d'Etudes sur les Images et les Sons Médiatiques (Ceisme), 2012. v. 1. p. 32-33.

SILVA, G. & MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. Revista Rumores. Edição 10, v.5, jul.-dez. 2011.

SILVA, G.; SOARES, R. L. **O jornalismo como tradução:** fabulação narrativa e imaginário social. Galáxia (São Paulo. Online), v. 13, p. 110-121, 2013.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. O método Análise da Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. 10º Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), Curitiba, 2012.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. Para pensar a crítica de mídias. XXII Encontro Anual da Compós Salvador, 2013.

SILVA, L. O jornalismo como teoria democrática. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. Vitrine e Vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: Labcom Books, 2010. p. 7-20.

SILVA, Leonardo Gueiros. **A construção imaginária da língua nas malhas da imprensa:** (con)tradições do discurso midiático. In: Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual., 2013, Universidade Federal de Pernambuco. Núcleo de Estudos em Prática de Linguagem e Espaço Virtual.[s.l]: Neplev, 2012. p. 1-15.

SOUSA, Jorge Pedro. **Os elementos do jornalismo impresso.** 2001. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Braga, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2008.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p.56-69, dez.2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Veja, 1999. p. 258-262.

VELHO, Francianne dos Santos. **Língua e ensino nas redes do poder**: análise discursiva dos programas jornalísticos televisivos Bom Dia Brasil, Jornal Nacional e CQC acerca da polêmica do livro didático Por uma Vida Melhor. 2012. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/656>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CORPORA

ONG AÇÃO EDUCATIVA. **Dossiê Por uma vida melhor - Intelectuais, pesquisadores educadores falam sobre o livro**. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/dossie%20%20por%20uma%20vida%20melho%20final_30_06_2011.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.

ig. **Livro usado pelo MEC ensina o aluno a falar errado**. Disponível em <http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **“Não somos irresponsáveis”, diz autora de livro com “nós pega”**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao+so+mos+irresponsaveis+diz+autora+de+livro+com+nos+pega/n1596948804100.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **MEC defende o uso de livro didático com linguagem popular**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mec+def+ende+uso+de+livro+didatico+com+linguagem+popular/n1596949085987.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Coordenadora de ONG defende livro polêmico “contra o preconceito”**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/coordenadora+de+ong+defende+livro+polemico+.contra+o+preconceito/n1596956000653.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **ABL critica livro e diz “estranhar certas posições teóricas”**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/abl+critica+livro+e+diz+estranhar+certas+posicoes+teoricas/n1596955904739.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **UFRN aprovou obra que defende fala popular**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/ufrn+aprovou+obra+que+defende+fala+popular/n1596960155597.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **“Não há motivo para censurar a obra”, diz ministro da Educação**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao+ha+motivo+para+censurar+a+obra+diz+ministro+da+educacao/n1596960540542.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Rio Grande do Sul defende livro com “nós pega”**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/rio+grande+do+sul+defende+livro+com+nos+pega/n1596961346714.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **No Rio, estudantes querem aprender a forma culta da língua**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/no+rio+estudantes+querem+aprender+a+forma+culta+da+lingua/n1596963940756.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Entenda a polêmica do livro que defende os “nós pega” na escola.** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/entenda+a+polemica+do+livro+que+defende+o+nos+pega+na+escola/n1596963892122.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Uso de linguagem popular em sala de aula é orientação do MEC.** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/uso+de+linguagem+popular+na+sala+de+aula+e+orientacao+do+mec/n1596963937866.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Sarney critica livro que defende o “nós pega” na escola.** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/sarney+critica+livro+que+defende+o+nos+pega+em+escolas/n1596971132479.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Haddad vai a audiência pública defender livros didáticos.** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/haddad+vai+a+audiencia+publica+defender+livros+didaticos/n1596990164875.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Haddad compara críticos de livro a fascistas.** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/haddad+compara+criticos+de+livro+a+fascistas/n1596991696869.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Defensoria Pública pede recolhimento de livro com “nós pega”.** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/defensoria+publica+pede+recolhimento+de+livro+com+nos+pega/n1596992150409.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **MPF arquiva processo sobre o livro com “nós pega”** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mpf+arquiva+processo+sobre+livro+com+nos+pega/n1597063165070.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

iG. **Justiça nega pedido de recolhimento de livro com “nós pega”.** Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/justica-nega-pedido-de-recolhimento-de-livro-com-nos-pega/n1597224925518.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.